

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras



**SERVIÇOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS
PORTUGUESAS: UM DIAGNÓSTICO**

Raquel Gomes Delgado

Dissertação

Mestrado em Ciências da Documentação e Informação
Área de Biblioteconomia

2013

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras



**SERVIÇOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS
PORTUGUESAS: UM DIAGNÓSTICO**

Raquel Gomes Delgado

**Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Paulo Farmhouse Alberto e coorientada
pelo Mestre Jorge Revez**

Mestrado em Ciências da Documentação e Informação
Área de Biblioteconomia

2013

Ao meu filho Duarte que está no Céu, a quem digo:

Obrigado filho, pela Força e Coragem.

“É erróneo pensar que são as inovações tecnológicas que, por si, determinam as mudanças sociais – ou mesmo civilizacionais – emergentes; ao invés, serão sempre as soluções organizacionais e os modelos institucionais que levarão à exploração das potencialidades que as tecnologias encerram. Neste sentido, a formulação de orientações políticas e sobretudo a tomada de decisões políticas no tempo certo e com base no conhecimento das tendências económicas e sociais em curso são absolutamente cruciais para estimular e monitorizar as mudanças necessárias.”

Dr. Jorge Sampaio

Ex-Presidente da República Portuguesa

**In. Repensar a sociedade da informação e do conhecimento no início do século
XXI: 10 anos de Fóruns da Arrábida**

Agradecimentos

Este trabalho apenas foi possível devido ao apoio de diversas pessoas, por isso lhes quero aqui exprimir o meu agradecimento.

Antes de mais, agradeço ao meu orientador Doutor Paulo Farmhouse Alberto. Ao meu coorientador, Dr. Jorge Revez, pelo verdadeiro interesse e incentivo do tema e o sentido crítico que despertou em mim pelas abordagens, profundidade das suas exposições sobre a matéria durante as nossas reuniões e pela confiança que soube transmitir-me. Também pela forma como orientou esta dissertação, por toda a disponibilidade, pela crítica construtiva, pelos conselhos preciosos e pela exigência que demonstrou.

À Dra. Sandra Palma Oliveira, que foi o meu braço direito, com grande apreço, por toda a partilha de conhecimentos e disponibilidade.

A dois antigos alunos “utilizadores invisuais” da FDUL, que deles retirei a inspiração para a escolha do tema abordado, o Dr. Nuno Oliveira e ao Professor Doutor Ricardo Branco,

Agradeço também a cada uma das pessoas entrevistadas, pela disponibilidade, colaboração e partilha sincera das suas tarefas diárias e compromisso da instituição que delas fazem parte. Uma a uma e sem subestimar, ao Dr. Peter Colwell da ACAPO, ao Fernando Santos da ACAPO, à Dra. Monica Svalfors da Universidade de Estocolmo, à Pia Hasselrot da Agência Sueca de Acessibilidade e Imprensa (MTM), ao Dr. Sérgio Silva do ISCTE e ao Dr. Carlos Andrade do Gabinete de Referência Cultural de Lisboa.

Também ao Núcleo de Estudantes com Necessidades Especiais do Gabinete de Garantia da Qualidade da UL e ao Gabinete da BAES da Faculdade de Letras da universidade de Lisboa.

Tive a sorte de contar com a valiosa participação de 81 Bibliotecas do Ensino Superior e seus responsáveis no inquérito online, a quem manifesto a minha gratidão.

A todos os colegas de profissão que colaboraram no teste do inquérito, em especial à Dra. Paula Granada pelo incentivo e apoio sempre presente. Um enorme

apreço pela Doutora Ana Maria Martinho, pela imagem de profissionalismo e por ter-me incutido a mensagem de que “numa Biblioteca o Utilizador tem que sair sempre com uma resposta, independentemente de ser interna”.

Aos meus colegas de trabalho da BFDUL, à Maria Manuela Mouta. Em especial à Henriqueta Bernardo e Dra. Helena Catalarranas, a primeira por ter sido o meu ombro amigo e a ambas por me terem obrigado a ouvir, falar e agir neste momento tão difícil da minha vida.

À Ana Rebelo de Andrade Costa por me ter obrigado e acompanhado na matrícula a este Mestrado.

A toda a minha família- em especial os meus pais e irmãos, pela compreensão das minhas ausências prolongadas, pela força e motivação.

Resumo

A presente dissertação visa apresentar um diagnóstico dos serviços para deficientes visuais nas bibliotecas universitárias portuguesas no contexto das ciências da documentação e informação. É comumente aceite que um serviço de qualidade só poderá ser atingido quando a Biblioteca estiver sensibilizada para as necessidades sentidas pelos seus utentes, adaptando os seus serviços, recursos, materiais e espaços aos seus utilizadores, presentes e futuros. Se tivermos em conta públicos com características próprias a resposta poderá revelar-se desanimadora. Tomámos como exemplo as pessoas portadoras de deficiência visual, potenciais utilizadores das bibliotecas universitárias, procurando indagar se esta população tem iguais possibilidades no acesso à informação em formatos alternativos e adaptados. Partindo desta pergunta, procurou-se averiguar qual o estado da situação dos serviços para deficientes visuais nas bibliotecas universitárias em Portugal, através da aplicação de um inquérito em linha dirigido aos responsáveis pelas bibliotecas do Ensino Superior Público e Privado. Concluímos que, genericamente, não estão dotadas de serviços especializados para atender às necessidades do público portador de deficiência visual.

Palavra-chave: Bibliotecas Universitárias, Serviços Biblioteconómicos, Pessoas com deficiência visual.

Abstract

This thesis aims to present a diagnosis of the services for the blind and visually impaired in Portuguese academic libraries in the context of Library and Information Sciences. The common knowledge ensures that quality services can only be achieved when the Libraries are aware of the readers' needs and adapt their services, resources, materials and spaces to their present and future users. If we take into account different kinds of public with different characteristics the results may prove to be daunting. We took as a case study people with visual impairment, potential users of the academic libraries, and we tried to know if this population has equal possibilities in what concerns access to information in alternative and adapted formats. From this starting point we tried to know more about Portuguese academic libraries, through the application of an online survey addressed to the libraries' managers of Public and Private Higher Education. We have concluded that, in general, they do not provide special services to fulfil the blind and visually impaired demands.

Keywords: Academic Libraries, Library Services, Blind and visually impaired people

ÍNDICE

ÍNDICE	9
LISTA DE SIGLAS	11
INTRODUÇÃO	13
Perguntas de partida	15
Metodologia	16
CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	19
Conceitos técnicos	19
A educação dos cegos em Portugal	22
Estatística	24
CAPÍTULO II. REVISÃO DA LITERATURA	25
2.1 Antecedentes Históricos do Serviço para Deficientes Visuais nas Bibliotecas	25
2.2 Bibliotecas Universitárias em Portugal	26
2.3 Bibliotecas Universitárias Estrangeiras: uma visão geral	33
2.3 Casos de Estudo	43
CAPÍTULO III. LEGISLAÇÃO NORMAS E DOCUMENTOS ORIENTADORES	55
3.1 Normas Internacionais	55
3.2 Legislação da União Europeia	60
3.3 Legislação Nacional	61
3.4 Organizações Profissionais- IFLA	65
CAPÍTULO IV. ANÁLISE DOS DADOS	67
4.1 Análise dos resultados do inquérito às bibliotecas	67
4.2 Análise dos dados recolhidos por entrevista	92
4.2.1 Associação dos Cegos Ambíopes de Portugal	92
4.2.2 Universidade de Estocolmo	95
4.2.3 Agência Sueca de Acessibilidade e Imprensa	98
CONCLUSÃO	103
BIBLIOGRAFIA	109
ANEXOS	121

Anexo A – Mensagem-convite para responsáveis das Bibliotecas difundida via correio eletrónico do Campus UL

Anexo B – Lista de endereços de Bibliotecas Universitárias do Ensino Público

Anexo C – Lista de endereços de Bibliotecas Universitárias do Ensino Privado

Anexo D – Lista de endereços de Bibliotecas Universitárias do Ensino Superior Militar

Anexo E – Formulário do inquérito online

Anexo F – Grelha de respostas do inquérito

Anexo G – Resumo dos gráficos

Anexo H – Ficha de entidades entrevistadas

LISTA DE SIGLAS

ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal

BAES – Biblioteca Aberta do Ensino

DAISY – Digital Audio-based Information System

DGERT – Direção-Geral de Emprego e Relações do Trabalho

GTAEDS – Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com deficiências no Ensino Superior

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IFLA – International Federation of Library Associations

MTM - Myndigheten för Tillgängliga Medier) antiga Swedish Library of Talking Books and Braille (TPB) - Agência Sueca de Acessibilidade e Imprensa

NEE – Necessidades Educativas Especiais

OPAC – Online Public Access Catalog

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

SENDA – Special Education Needs and Disability Act

SNRIPD – Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência

WBU – World Blind Union

INTRODUÇÃO

A presente dissertação resulta de uma investigação centrada na análise no propósito de dar a conhecer o atual estado da arte do serviço para deficientes visuais nas bibliotecas universitárias em Portugal.

Vivemos na era da informação. Esta é produzida, distribuída e consumida a uma velocidade vertiginosa. Numa altura em que a sociedade nos coloca múltiplas exigências, temos de estar preparados para (re)agir aos desafios que nos são apresentados ao longo do nosso percurso seja ele de índole social, escolar e profissional.

A procura ávida de informação transporta a biblioteca para um plano fulcral nesta engrenagem do conhecimento e aprendizagem. A Biblioteca é por tradição o local onde se disponibiliza, por tradição, o acesso ao conhecimento; exige-se, cada vez mais, qualidade na prestação dos seus serviços, por forma a corresponder aos anseios e expectativas dos seus utilizadores.

Este almejado serviço de qualidade só poderá ser atingido quando a Biblioteca estiver sensibilizada para as necessidades sentidas pelos seus utentes e adaptar os seus serviços, recursos, materiais e espaços aos seus utilizadores, presentes e futuros.

Mas será que todos nós, cidadãos, sentimos as nossas necessidades de informação colmatadas pelas bibliotecas que frequentamos? Porventura a resposta para esta pergunta não será tão satisfatória quanto desejaríamos. Se tivermos em conta públicos com características próprias a resposta poderá revelar-se desanimadora.

Tomemos como exemplo as pessoas portadoras de deficiência visual. Não obstante esta limitação também esta população tem direito à informação e a poder ter acesso em formatos alternativos e acessíveis, dado que são, seguramente potenciais utilizadores das Bibliotecas e em particular das Biblioteca Universitária.

Perante a experiência diariamente percecionada e a comprovação das dificuldades dos utilizadores portadores de deficiência visual da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – ULisboa, germinou e desenvolveu a grande motivação para a elaboração deste trabalho.

Para tal e a fim de poder iniciar de forma consistente esta minha intenção houve a necessidade de tomar prévio conhecimento do que existe relativamente aos serviços, às ferramentas, aos recursos e à afluência de utilizadores portadores de deficiência visual nas Bibliotecas Universitárias.

A tecnologia inclusiva tem desenvolvido técnicas e estratégias para se afirmar na vida das pessoas portadoras de deficiência e em especial para as bibliotecas. A Biblioteca inclusiva tem o intuito de criar acessibilidade às pessoas com necessidades especiais, incluindo os deficientes visuais, a partir de métodos, práticas e tecnologias para o acesso à informação. A este pretexto e após alguma pesquisa encontramos alguns exemplos de serviços prestados pelas Bibliotecas universitárias estrangeiras, de onde poderemos retirar modelos a seguir e introduzir novas práticas e corrigir práticas que constatamos ultrapassadas.

Assim e como forma de ter obter um diagnóstico fiável dos serviços disponíveis neste domínio, para os deficientes visuais nas bibliotecas universitárias em Portugal, concebeu-se e aplicou-se através de um inquérito em linha dirigido aos responsáveis pelas bibliotecas do Ensino Superior Público e Privado nacionais.

Com intuito de tentar entender a situação em Portugal e analisar as questões pertinentes colocadas, partimos para este trabalho bastante encorajados pela bondade do projeto e com ensejo de poder contribuir com ideias práticas para a inclusão dos invisuais no mundo universitário.

De forma resumida, o presente trabalho está organizado em quatro capítulos que incluem vários subcapítulos. Primeiramente, é feito um enquadramento teórico associado ao tema do estudo e onde são abordados alguns conceitos e teorias relativos aos termos de tratamento, formatos de escrita e leitura especial e a educação dos/para os cegos. O segundo capítulo pretende dar a conhecer os instrumentos de recolha de informação existentes. O terceiro capítulo versa a legislação, normas e documentos orientadores do que em Portugal está disponível neste domínio. Na parte final do trabalho é disponibilizada uma análise dos resultados obtidos a partir do diagnóstico inicial.

Perguntas de partida

Num mundo em constante devir, e onde várias bibliotecas se destacam pelo seu trabalho criativo, há sempre algo que pode ser implementado, revisto, renovado e melhorado.

Neste trabalho procuramos responder a uma questão primordial relativa a um público específico: os portadores de deficiência visual. Por razões de metodologia e estudo colocámos a tónica nas bibliotecas universitárias. Assim, e desde logo, uma primeira e grande questão se coloca: Estarão as bibliotecas universitárias de Portugal dotadas de serviços e equipamentos especializados para atender às necessidades do público portador de deficiência visual?

Cabe aos responsáveis pelas gestão e administração das estruturas e entidades documentais alertar consciências para a situação concreta destes alunos no sentido de lhes dar garantias de um futuro mais próspero no sentido lhes possibilitar uma igualdade de oportunidades neste domínio. Estes alunos revelam-se, em tudo, iguais aos seus pares. Procuram educação, informação e conhecimento. Desejam ser auto-suficientes nas suas pesquisas e têm interesses variados que desejam ver respondidos. Contudo, constata-se uma baixa taxa de utilização das bibliotecas universitárias por parte destes alunos. Quais as razões?

A ausência ou reduzido número de utilizadores portadores de deficiência visual nas bibliotecas leva a que a política de aquisição, planificação e dinamização de serviços e formação, focados para a pessoa com deficiência visual, fique em sede de prioridades e contenção de custos relegada para segundo plano. Ora esta será uma das estratégias para reverter esta tendência pois como é do comum conhecimento o papel da Biblioteca universitária, é muito importante, quer na educação formal e profissional que disponibiliza quer pelo apoio que presta ao utilizador no seu processo de desenvolvimento, aprendizagem e na produção científica.

Neste contexto, procurar-se-á perceber se os bibliotecários e os profissionais de informação estão sensibilizados para a importância do serviço a prestar aos deficientes visuais nas bibliotecas portuguesas.

Metodologia

A concretização desta investigação realizou-se por etapas, tendo começado pelo levantamento exaustivo de informação bibliográfica relacionada com o tema em questão e respetiva leitura.

A pesquisa desenvolvida foi realizada como um diagnóstico, de carácter exploratório-qualitativo, pretendendo-se, assim, fazer um levantamento das necessidades da situação dos serviços de informação e documentação nas bibliotecas universitárias e politécnicos de Portugal.

O objetivo deste estudo incide sobre a análise qualitativa da organização e oferta de informação inseridos na gestão de serviços de informação para Deficientes Visuais nas Bibliotecas portuguesas, sobre as necessidades de informação e sobre as tecnologias utilizadas na recuperação da informação com o intuito de tentar compreender a inter-relação das bibliotecas, em especial as universitárias, com os utilizadores cegos e ou amblíopes.

A metodologia adotada para a recolha de informação sobre o serviço para deficientes visuais, nas bibliotecas universitárias em Portugal, foi a do inquérito em linha, com questões abertas e fechadas.

Para delimitar o universo de aplicação do inquérito, foi feita uma recolha de endereços eletrónicos a partir da lista apresentada pela Direção-Geral do Ensino Superior do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Foram incluídos neste universo Estabelecimentos de Ensino Superior Público, Estabelecimentos de Ensino Superior Privadas, Estabelecimento de Ensino Superior Concordatário e Estabelecimentos de Ensino Superior Militar e Policial.

O inquérito foi alvo de um pré-teste, com um reduzido grupo de profissionais da área de biblioteconomia, com o objetivo de eliminar qualquer tipo de termo ou linguagem menos perceptível, a fim de avaliar se a sua estrutura e organização era a mais correta.

Os inquéritos foram enviados por correio eletrónico, acompanhados por uma apresentação a explicitar a finalidade e importância deste instrumento de análise. Foi lançado em entre 22 de maio e 22 de junho do corrente ano;

Estes inquéritos foram enviados a 233 Unidades Orgânicas, tendo sido recolhidas 81 respostas, o que representa 35% da população alvo. Todavia, dado o inquérito ter sido enviado atempadamente e com um mês de abertura, se verificou que ficaram de fora a maioria das instituições. Desconhecendo os motivos consideramos esta amostra os nossos 100%. Os dados foram tratados pelo programa do Google Doc, através do Drive de inquéritos.

O inquérito é constituído por quatro partes distintas, que seguem, exatamente, a estrutura do relatório de análise de dados. A primeira parte é composta por questões relativas aos dados demográficos das instituições inquiridas, com destaque para a determinação tipológica da instituição onde se insere a Biblioteca, os graus e áreas de ensino lecionadas; questões relacionadas com o foro legislativo e acessibilidade. Aqui, foram aplicadas escalas de medidas de resposta fechada, com diversas opções de acordo com o tema da questão e que permite agrupar as Bibliotecas de acordo com as suas características. A segunda parte é composta por questões que pretendem determinar e avaliar o perfil e o número de leitores com deficiência visual, considerado fatores intrínsecos. A terceira parte é composta por questões que pretendem avaliar os fatores intrínsecos presentes no Serviço para Leitores com Deficiência Visual, que se apresentam e descrevem neste capítulo e aos quais está associado o grau de satisfação, como variável dependente. Nesta secção pretendemos aferir qual a avaliação que os responsáveis das bibliotecas fazem, tendo em conta a disponibilização da informação e ferramentas, para satisfazer as necessidades destes leitores. As questões estarão agrupadas de acordo com o fator que pretendem avaliar. Por fim, a quarta parte incide na colaboração entre docentes e Biblioteca.

Havendo hipóteses e variáveis de estudo, isto é, não sendo possível estabelecer relações causais (como, aliás, não é nosso objetivo), entre as diferentes variáveis consideradas nesta investigação, poder-se-á, no entanto, de forma descritiva, apreciar-se a maior ou eventual ligação entre elas, tomadas quer no seu conjunto, quer individualmente.

Como complemento desta fase e como o intuito de contactar com fontes de auxílio para o enquadramento do tema e de instrumentos envolventes, e como o nosso conhecimento não é extenso dentro das particularidades que envolve os portadores de deficiência visual, houve a necessidade de cruzar com entrevistas, neste caso entrevistas

exploratórias. Estas foram realizadas, durante o mês de Maio a entidades que prestam serviços para deficientes visuais em Portugal e Suécia. Tratam-se de entrevistas semiestruturadas com questões abertas; a pesquisa desenvolvida foi de carácter exploratório-qualitativo; as respostas captadas foram de carácter indeterminado e o seu registo teve uso do gravador.

Em Portugal, o interesse recaiu sobre a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal. A metodologia usada foi o contato telefónico; a sequência e abrangência das questões tiveram o mesmo modelo que as anteriormente mencionadas.

Desta forma, a entrevista foi dirigida ao Diretor da ACAPO, o Dr. Peter Colwell, no dia 13 de maio de 2013. Na Suécia, foram dirigidas à Coordenadora Monica Svalfors, do Departamento de Apoio aos Alunos Nacionais com Deficiência da Stockholm University, no dia 10 de maio de 2013 e a Pia Hasselrot, responsável pelo Departamento do Livro Falado para as Universidades de Estocolmo da Agência Sueca de Acessibilidade e Imprensa (MTM – Myndigheten för Tillgängliga Medier,), no dia 7 de maio de 2013.

CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Conceitos técnicos

Para nos inteirarmos de termos comuns desta temática, destacamos alguns conceitos importantes para um melhor entendimento quando se refere deficiência visual e serviços biblioteconómicos especiais.

Amblíope

Que ou quem padece de ambliopia. Enfraquecimento mais ou menos acentuado da sensibilidade visual, sem lesões aparentes do olho, cujas causas são variadas: malformação da retina, albinismo, abuso de tóxicos.

Também é geralmente considerada uma diminuição de visão sem nenhuma doença aparente do olho ou associada ao olho preguiçoso. Assim, em vez do termo ambliopia que deverá ser usado só neste contexto, parece preferível a utilização, dos termos, visão reduzida ou baixa visão, definindo-se qualquer deles simplesmente como uma acuidade visual reduzida e/ou um campo visual alterado, proveniente duma doença do sistema visual. Em Portugal, tem-se considerado usualmente como amblíope o indivíduo com uma acuidade visual entre 0,1 e 0,5. Dentro deste grupo ainda se distingue dois subgrupos- o dos, grandes amblíopes correspondente a uma acuidade visual entre 0,1 e 0,3 e o dos, pequenos amblíopes com uma acuidade visual entre 0,3 e 0,5 .¹

Invisual

Também designado Cego. Que ou quem está privado do sentido de visão ou tem uma visão muito reduzida. Que não vê; pessoa privada do sentido da visão.

¹ VIDE: http://www.antonioramalho.com/direscrita/ficheiros/AMBLIOPIA_1.pdf

Segundo a ACAPO, podemos caraterizar a cegueira como uma Deficiência Visual, um dano do Sistema Visual, na sua globalidade ou parcialmente, podendo variar quanto às suas causas (traumatismo, doença, malformação, deficiente nutrição) e/ou natureza (congénita, adquirida, hereditária) e traduz-se numa redução ou numa perda de capacidade para realizar tarefas visuais (ler, reconhecer rostos). A pessoa cega como sendo aquela que não possui potencial visual mas que pode, por vezes, ter uma perceção da luminosidade.

Existem três tipos de cegueira:

- Congénita (se surge dos 0 ao 1 ano de idade);
- Precoce (se surge entre o 1º e o 3º ano de idade);
- Adquirida (se surge após os 3 anos de idade)

Considerando as duas situações extremas:

Considerando as duas situações extremas: a cegueira congénita e a cegueira adquirida. Situando a primeira situação a que dada a ausência ou pouca memória visual, a pessoa possui ausência do conceito visual, não existe o conhecimento do que lhe rodeia, tais como as cores, perspectivas, volumes, relevos, isto é, o seu meio ambiente. Por último a cegueira adquirida, também designada cegueira tardia ou recente. A pessoa possui toda a memória visual anterior à cegueira, existe representação de um objeto ou de um ambiente por analogia (ACAPO, 2013).

Livros Sonoros

Dizer que a escrita está a mudar é um fato comum. A frase é sempre correta, muito em particular, desde as várias alterações que a escrita tem vindo a sofrer. O que acontece com o sistema de escrita e leitura para pessoas com deficiência visual não é diferente.

Com as novas tecnologias digitais são criadas novas formas de produção de livros sonoros, tais como, Livro Falado, Audiolivro e o Livro DAISY, que são formatos diferentes, com acessibilidades diferentes e, por vezes, para públicos diferentes.

A Educação Inclusiva veio adotar os livros sonoros como recurso complementar ao Sistema Braille. O avanço das tecnologias inclusivas, recursos tecnológicos para auxiliar pessoas com deficiência nas suas atividades quotidianas, e outras tecnologias digitais deram origem a novas formas de produção de livros, os Livros Sonoros.

O Audiolivro é a dramatização da leitura que pode ter som ou música de fundo e explicações, às vezes feita com o auxílio de locutores contratados, atores e voluntários. Este formato é possível de se encontrar na literatura infantil.

Trata-se de um Livro Falado, quando é feita uma leitura do texto sem entoações e dramatizações. O Livro Sonoro é considerado o complemento do livro Braille. O seu objetivo é o acesso à informação com o mínimo de interferência de interpretação de terceiros. A leitura é realizada apenas por locutor contratado ou também por um voluntário. O Livro DAISY é um novo formato que tem vindo a ganhar muitos adeptos. Dedicaremos algum tempo a este formato quando analisarmos a situação da Suécia, no contexto do desenvolvimento dos serviços de biblioteca para portadores de deficiência visual. Relativamente a estes formatos, as razões que justificam o seu público, recaem na escolha ou na preferência que este último faz. Um aluno ou utilizador adulto com deficiência visual pode optar por um Audiolivro mas é mais usual a sua preferência incidir no Livro Falado (JESUS).

Sistema Braille

O Sistema Braille, inventado na França por Louis Braille, é um modelo de lógica, de simplicidade e de polivalência, que se tem adaptado a todas as línguas e a toda a espécie de grafias.

Foi no ano de 1825, que surgiu do Sistema Braille. Desde então, esteve sempre em processo de melhoramento, até 1837. A edição de 1837, confirma o alfabeto e estabelece uma estenografia rudimentar, normaliza a representação dos números, que são formados pelos sinais da primeira série precedidos do que, ainda hoje, conhecemos como sinal numérico. Os sinais de pontuação são representados com os sinais que constituem a atual quinta série. Esta edição contém ainda uma notação que constitui o núcleo da Musicografia Braille dos nossos dias.

O Sistema Braille foi progredindo através dos tempos e, de fato, revelou-se a forma primordial de acesso ao conhecimento por parte da população cega à medida que as suas aplicações revelavam todas as suas potencialidades.

Mais recentemente, as novas tecnologias vieram dar um grande contributo para valorizar o Sistema Braille como, por exemplo, a redução de espaço proporcionada pelo Braille eletrónico; uma vez introduzido o texto no computador, o utilizador cego tem ao seu alcance toda a informação não gráfica disponível no ecrã, que pode ler através de um terminal Braille. A facilidade de imprimir textos em braille introduzidos no computador, é outro exemplo, os textos podem ser submetidos a um programa de tratamento específico e sair numa impressora Braille. Os textos podem ser utilizados, quer na produção direta em papel, quer na produção de placas de impressão, conforme o número de exemplares a obter (JESUS).

A educação dos cegos em Portugal

Em Portugal, durante a escolaridade obrigatória, os estudantes cegos não são motivados para a prática do braille nem o seu ensino é obrigatório. Assim, a falta de leitura reflete-se naturalmente, na escrita, enquanto, que os alunos com capacidade visual são preparados a ler e a escrever com variadíssimas opções de géneros literários. Tal fere o princípio da igualdade de tratamento, dado que os alunos com deficiência visual encontram várias barreiras.

São vários os autores que mencionam a redução da prática do Braille. O uso dos livros sonoros começou a generalizar-se e o seu fundo bibliográfico é limitado, alguns leitores optam pelo mais acessível e económico. Contudo, além da reduzida quantidade de recursos em Braille, surge o fator de apoio e políticas de organização do Governo.

APEC – Associação Promotora do Ensino para Cegos

Em 1854, foi registada no Museu Valentin Haüy, pela Instituição Real dos Jovens Cegos, em Paris, a impressão do método de leitura em língua portuguesa com o

nº 1439. Deste modo, inaugurou-se a primeira escola com o Sistema Braille, em língua portuguesa, no Rio de Janeiro, em 17 de Setembro de 1854.

Em Portugal, Adélia Sigaud, conhecida por Madame Sigaud Souto, juntamente com Léon Jamet, organista na igreja de S. Luís dos Franceses, que também estudou na Instituição em Paris, em cooperação com um grupo de pessoas, fundaram em 1887, a Associação Promotora do Ensino dos Cegos – APEC. Em 1888, a associação inaugurou a sua primeira escola com o modelo de internato. De 1888 a 1975, a APEC restringiu a sua atividade à instrução primária e a educação musical. Nos anos 60, a proporcionar aos alunos formação base, pondo de parte a música. Entre 1933 a 1948, houve a preocupação de ministrar o curso de tiflologia (educação dos cegos).

Mais tarde, a escola passa a ser apoiada pelo Estado, através de subsídios. Esta situação de dependência económica da escola perante o Estado agravou-se. Hoje, depende das quotas dos seus sócios para continuar a desenvolver um futuro melhor para todos os cegos e infelizmente parece não conseguir continuar a desenvolver um futuro melhor para todos os cegos de Portugal.

ACAPO - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal: formação profissional

A ACAPO - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal -, nasceu a partir de um esforço em conjunto de várias organizações já existentes com o mesmo propósito. A 20 de outubro de 1989, a partilha de conhecimentos e de interesse para com a comunidade de deficientes visuais, culminou com a criação a nível nacional de uma única instituição.

A Associação de Cegos Louis Braille, a Liga de Cegos João de Deus e a Associação de Cegos do Norte de Portugal, originou a ACAPO. Tem vindo a combater pela defesa e representação de todos os cidadãos portugueses cegos e com baixa visão, dando voz na sua plena expressão e exercício da cidadania. Atuam e interagem com agentes do Estado e Privados para o desenvolvimento comunitário, com os propósitos de inclusão e justiça social, tais como na elaboração dos Censos, documentação institucional e de outros interesses em escrita Braille, políticas e sinalização para pessoas deficientes visuais, assim como na promoção da qualificação de profissionais.

A formação profissional tem o objetivo de formar pessoas portadoras de deficiência visual, desde jovens 1º emprego, estudantes, profissionais, desempregados e reformados. Também são lecionados cursos de formação a professores de ensino especial. Os cursos profissionais são da responsabilidade do Departamento de Apoio ao Emprego e Formação Profissional da ACAPO, financiados pelo QREN através do programa Operacional Potencial Humano, Governo de República Portuguesa, IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) e credenciados pela DGERT (Direcção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho).

Os cursos de formação contínua para pessoas com deficiência visual são de cariz coletivo e alguns são de formação individual. A oferta é variada, abrange áreas administrativas, tecnologias da informação e comunicação, Braille, desenvolvimento de competências de autonomia, mobilidade e de orientação.

Estatística

Segundo os dados da ACAPO, existem, em Portugal, cerca de 26 mil pessoas cegas e 897 mil amblíopes. Contudo, torna-se difícil avançar com um número de jovens que reúnem estas condições em idade escolar, nomeadamente universitários.

A recolha destes dados depende do Censos, portanto colocam-se algumas questões que dificultam a aproximação a um número real, como a título de exemplo a sinceridade das respostas (por vezes os pais tentam omitir a deficiência visual dos seus filhos).

A nível mundial, estima-se que pelo menos 1 pessoa em 60 é portadora de deficiência visual. Segundo a Associação Mundial de Cegos e com dados recolhidos, de 2009, existem 314 milhões de pessoas portadoras de deficiência visual, das quais 45 milhões terão cegueira total; 90 por cento vivem nos países em desenvolvimento (WBU).

CAPÍTULO II. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Antecedentes Históricos do Serviço para Deficientes Visuais nas Bibliotecas

As primeiras bibliotecas para cegos eram pequenas, e disponibilizavam - pelo menos no mundo ocidental - os principais livros da religião local, uma seleção de livros considerados de autoestima e manuais práticos para ocupações, considerados adequados para aqueles que não podiam ver.

Na segunda metade do séc. XIX, associações de caridade lideradas por, mulheres filantrópicas, na Europa e nos Estados Unidos da América, dedicaram-se a esta comunidade e a partir desse envolvimento fundaram os serviços de bibliotecas para cegos. Assim, muitas bibliotecas para cegos nasceram como serviços de reabilitação para cegos e pessoas com deficiência visual e veteranos de guerra cegos (KAVANAGH; SKÖLD, 2009).

Em termos práticos, houve pequenas bibliotecas ligadas a escolas e faculdades mas, a ideia de uma biblioteca geral disponível para todas as pessoas com deficiências visuais e que cobrisse uma vasta gama de assuntos, levou muito tempo para se tornar aceite. Mesmo agora, muitas vezes é uma meta e não um facto (ROSS, 1998). Abordagens iniciais para as bibliotecas para cegos foram, inevitavelmente, afetadas pela atitude da sociedade em relação à cegueira, e baseados, também na crença que poucas seriam as pessoas que iriam utilizar uma biblioteca. Daí, que desde o início, são poucos os profissionais ao serviço ao público com deficiência visual (LEACH, 1993).

O Serviço para Cegos nas Bibliotecas, teve origem em 1977, num grupo de trabalho para a coordenação internacional dos serviços de biblioteca cegos e indivíduos deficientes físicos sob a responsabilidade da IFLA Secção de Bibliotecas em Hospitais. Este grupo foi liderado por Frank Kurt Cylke e apresentado na conferência da IFLA em 1978, discutido em mesa redonda em 1979, e, em 1983, foi criada a Secção de Bibliotecas para Cegos - IFLA LBS. Em 1978, o Grupo de Trabalho das Bibliotecas para Cegos apresentou uma série de documentos à IFLA General Conference em Strbske Pleso, na Checoslováquia, com vinte e nove bibliotecários de catorze países. A segunda conferência, em 1979, em Copenhaga, veio reforçar a força da temática, colocada em 1978. O Grupo de Trabalho, em 1979, teve uma abordagem internacional,

e recebeu um novo impulso à medida que cada conferência trouxe a expansão do serviço em outros países (BRAZIER, 2007).

Em 1980, em Arusha, na Tanzânia, realizou-se um Seminário de formação, para os serviços de biblioteca operacionais de deficientes visuais em África, realizado sob aval da UNESCO.

O auge destas conferências surgiu com 13 apresentações do grupo na conferência de Montreal, em 1982. Foi sugerido que o relatório apresentado pelo grupo fosse considerado uma secção de atividade de peritos da IFLA. Nesta conferência surgiu, pela primeira vez, a cooperação com outra organização dentro da IFLA, a *Audio Visual Media* (LEACH, 1993).

A IFLA LBS é uma das 37 secções da Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e representa mais de 135 países. Além da IFLA, o serviço para deficientes visuais nas bibliotecas tem vindo a encontrar ao longo dos anos apoios (que poderiam ser grandes alicerces se não fosse a falta de fiscalização e recursos financeiros), ao nível de legislações nacionais em defesa dos direitos da pessoa com deficiência e grandes iniciativas por parte de departamentos e instituições públicas.

2.2 Bibliotecas Universitárias em Portugal

Na medida que a oferta de informação científica e de divulgação ser quase inexistente em Portugal, iremos, de forma sucinta, dar a conhecer espaços e projetos reunidos. Estas unidades documentais, irão de certa forma relacionar-se com o modelo de análise proposto e os dados recolhidos. Numa visão geral abordaremos práticas de estudo que demonstram a realidade do serviço para deficientes visuais no estrangeiro.

Segundo a *The IFLA/UNESCO School Library guidelines*, a Biblioteca Escolar, contempla uma visão em que a biblioteca escolar deve ser gerida num quadro estratégico bem estruturado. A política de atuação da biblioteca deve ser elaborada tendo em conta as estratégias globais e as necessidades da escola e deve refletir o seu sistema de valores, metas e objetivos, bem como a sua realidade. A política irá especificar quando, onde, para quem e por quem o potencial da biblioteca será

realizado. A biblioteca tornar-se-á viável se toda a comunidade escolar apoiar e contribuir para as metas e os objetivos estabelecidos.

Muitas das Bibliotecas de Universitárias existentes em Portugal, foram construídas antes da criação do regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público; uma época de vazio legislativo no que concerne às acessibilidades e um tempo em que as consciências ainda não estavam tão despertas para estas questões. Assim, por um lado, a generalidade das bibliotecas de universitárias não comportam respostas quanto a formatos alternativos para utilizadores com necessidades especiais. No entanto, apesar das dificuldades e da reduzida oferta, existe boa vontade em criar um espaço para dar oportunidade de leitura e de empréstimo a quem tem deficiência visual ou outro tipo de deficiência, que impossibilita a leitura. Tem vindo a surgir pequenos espaços em bibliotecas, com áreas convidativas a pensar no académico com deficiência visual que contemplam os protocolos, já estabelecidos com bibliotecas congéneres.

Os alunos universitários que demonstram a coragem, independência e motivação para abarcarem a responsabilidade, quase hercúlea, de serem alunos universitários, esperam que as escolas lhes proporcionem a oportunidade de conquistarem o sucesso.

É vital criar uma atmosfera de boas vindas na biblioteca para que os alunos tenham confiança nas suas políticas, na assistência prestada e na fiabilidade dos seus serviços.

Apresentamos seguidamente alguns serviços a pensar no aluno com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior em Portugal. São projetos e espaços mais significativos, a nosso ver, em Bibliotecas Universitárias, que se fazem notar pela diferença e pelo sentido de responsabilidade social perante a comunidade portadora de deficiência visual. Contudo, questionamos se estes serviços contemplam os objetivos para o fim a que se destinam e se esforçam por acompanhar o desenvolvimento do sistema informático inclusivo.

GTAEDES

O Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiências no Ensino Superior, surgiu a 20 Janeiro de 1998, por iniciativa da Universidade do Minho; é constituído o Grupo de Trabalho da Comissão de Leitura para deficientes visuais para o Ensino Superior no âmbito da Comissão de Leitura do SNRIPD.

Na altura teve como membros a Universidade do Minho, a Reitoria da Universidade do Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Universidade de Coimbra e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Os seus objetivos consistiam:

- Na criação de uma base de dados com a produção de obras em formatos alternativos já disponíveis para o ensino superior,
- No intercâmbio de material bibliográfico,
- Em promover e disponibilizar informação sobre necessidades especiais de alunos com deficiências no Ensino Superior e estabelecer parcerias com entidades estrangeiras homólogas, nomeadamente na produção e empréstimo de materiais bibliográficos.

Em 26 Janeiro de 2001, estabelecem entre si o Protocolo de Colaboração entre Serviços de Apoio a Estudantes com Deficiências Físicas ou Sensoriais em Estabelecimentos de Ensino Superior, comprometendo-se, entre outras, a partilhar experiências e informação profissional e a definir uma política de ação comum, com vista ao desenvolvimento, valorização, reconhecimento, consolidação e reforço da qualidade dos apoios prestados a este grupo estudantil.

Designado, Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiências no Ensino Superior (GTAEDDES), formalizado em Julho de 2004, é constituído por instituições de ensino superior público com serviços de apoio a estudantes com deficiência com o propósito de proporcionar um serviço de melhor qualidade a estudantes com deficiências e promover a aproximação inter-serviços, para o apoio a estudantes com deficiências, por forma a facilitar a troca de experiências, o desenvolvimento de iniciativas conjuntas e a racionalização de recursos. Conta desta forma com a colaboração da BAES – Biblioteca Aberta do Ensino Superior e com o

Núcleo de Estudantes com Necessidades Educativas Especiais para promover a aproximação entre as Unidades Orgânicas dentro das Universidades.

Um dos grandes objetivos da GTAEDDES é proporcionar o acesso e o uso das Tecnologias Informação e Comunicação ao Serviço da comunidade com Necessidades Especiais no Ensino Superior.

O GTAEDDES é constituído pelas seguintes instituições:

- Universidade dos Açores
- Universidade de Aveiro: Gabinete de Apoio Pedagógico;
- Universidade de Coimbra: Apoio Técnico-Pedagógico a Estudantes Deficientes;
- Universidade de Évora: Núcleo de Apoio ao Estudante;
- Universidade de Lisboa: Reitoria;
- Universidade do Minho: Gabinete de Apoio ao Estudante com Deficiência;
- Universidade do Porto: Serviço de Apoio ao Estudante com Deficiência;
- Universidade Técnica de Lisboa: Serviços de Ação Social;
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade;
- Instituto Politécnico de Leiria: Serviço de Apoio ao Estudante;
- Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Serviço de Apoio ao Aluno;
- Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: Gabinete de Apoio Psicopedagógico.

O GTAEDDES conta ainda com a colaboração das seguintes entidades: Direção Geral de Ensino Superior; UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento; Instituto Nacional para a Reabilitação.

BAES – Biblioteca Aberta do Ensino Superior

A BAES é uma biblioteca digital com conteúdos acessíveis à comunidade de utilizadores com necessidades especiais, que resulta de um projeto em parceria entre as Universidades do Porto, Minho, Aveiro, Coimbra, Évora, Lisboa - Reitoria, Faculdades de Letras e de Ciências da Universidade de Lisboa e Trás-os-Montes e Alto Douro.

Trata-se de um projecto que resultada cooperação entre o Serviço Integrado das Bibliotecas - SIB e o Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiências no Ensino Superior (GTAEDS).

Trata-se de uma Biblioteca com conteúdos acessíveis *online*, resultante do trabalho em parceria entre nove Instituições de Ensino Superior.

Constitui-se pela articulação de três grandes áreas:

- produção de informação,
- acesso à informação
- partilha de informação.

Segundo a informação contida no *site* da BAES de cada Universidade cooperante, este projeto disponibiliza títulos em Braille, áudio e texto integral; sendo uma estrutura em desenvolvimento é possível encontrar muita informação na área das Ciências Sociais e Humanas. O projeto pretende, a curto prazo, alargar a produção para a Matemática, Música e Química; aumentar o número de títulos para as áreas centrais e, a médio prazo, introduzir novas.

Os estudantes do ensino superior com necessidades educativas especiais podem aceder ao texto integral de coleções específicas que lhes são dirigidas, designadas pelo título genérico de coleções ALFA (ALFA- Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Universidade do Minho; Aveiro; U. Coimbra; U. Lisboa; U. Évora), mediante a autenticação, solicitada pelo sistema, com as mesmas credenciais que utilizam para o acesso aos serviços da sua instituição de ensino. Estes documentos são produzidos no formato Braille, áudio analógico, áudio digital, texto integral para *download* e em formato DAISY. Segundo o Núcleo de Estudantes com Necessidades Educativas

Especiais, este último formato é pouco conhecido entre os utilizadores da BAES, visto estarem muito familiarizados com o Programa Jaws e também ser a sua “ferramenta doméstica”.

Contudo, e infelizmente os serviços da Biblioteca do Ensino Superior não chega a toda a comunidade académica com deficiência visual, pela reduzida ou ausência de inter-relação com outras unidades orgânicas como os Serviços Administrativos, Serviços Académicos, Núcleo de Estudantes com Necessidades Educativas Especiais e os Serviços de Ação Social.

No que se refere à sua coleção não foi possível obter dados mais recentes mas dispomos do número de 3000 títulos em Braille. Quanto ao número total de utilizadores em todas as bibliotecas cooperantes também não foi possível a obtenção dos dados. Apenas se conseguiu registar que, no ano de 2011-2012, obtiveram apoio na Faculdade de Ciências da ULisboa 1 cego e 2 alunos de baixa visão e na Faculdade de Letras da ULisboa 1 cego.

Biblioteca da Universidade de Aveiro e Mediateca

A pensar na comunidade académica com Necessidades Educativas Especiais, pode-se dizer que este é um espaço que lhes reconhece uma verdadeira igualdade na medida em que lhes foi disponibilizado um espaço verdadeiramente funcional para este público-alvo. Na Biblioteca da Universidade de Aveiro e Mediateca encontram-se disponíveis ferramentas e recursos para consulta de documentos em formatos especiais destinados a cegos, ambliopes, deficientes motores com limitações ao nível de movimentação das mãos, braços e ombros. Para aceder a este equipamento é necessário efetuar a requisição do gabinete. Esta pode ser feita mediante o preenchimento de um formulário, que se encontra na página do serviço de apoio ao utilizador com necessidades especiais.

Podemos encontrar tecnologias especializadas para cada tipo de limitação, desde: Linha Braille, Computador com *software* de leitura de ecrã; Computador com conversor de texto a negro para Braille; Computador com *software* de edição de música em Braille; Computador com *software* de ampliação de caracteres; Lupa para

ambliopes; Dispositivo automático que permite virar as páginas (Page Turner); Dispositivo constituído por uma câmara web, que substitui o rato do computador (Tracker Pro); Apontador ergonómico similar ao rato, que é movimentada com os dedos, ou com a palma da mão (TrackBall); Braço articulado; Teclado de conceitos inteligentes (Intellikeys).

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

A Biblioteca ISCTE-IUL, disponibilizou, a partir de 11 de março de 2013, a Sala Multimédia e Necessidades Educativas Especiais, um espaço equipada com soluções que permitem a todos os utilizadores o visionamento de conteúdos multimédia, nomeadamente CDs, DVDs e cassetes VHS que fazem parte do acervo documental. Os equipamentos para visualização de conteúdos multimédia são: a televisão; leitor de DVD/VHS; dois Computadores; e os respetivos auscultadores.

Estão instalados diversos equipamentos, destinados a alunos com Necessidades Educativas Especiais – NEE, com particular destaque para os alunos cegos ou com baixa visão, possibilitando o seu acesso à Internet, a consulta de obras em suporte de papel, a conversão de documentos para formatos adaptados às suas necessidades e a impressão de documentos em Braille.

Os funcionários que estão direcionado para este serviço obtiveram formação para o uso das tecnologias e para atendimento e apoio no serviço de referência à pessoa cega.

Para dar resposta e auxiliar na recolha de informação e conhecimento aos utilizadores com Necessidades Educativas Especiais, os equipamentos informáticos estão adaptados com *software* específico como: *PT Jaws*, *PT Magic* e *Kurzweil 1000* (*software* específico); *PT Jaws*, *PT Magic* (*software* específico); *PT GRID 2*, *PT Jaws* e *PT Magic* (*software* específico); Scanner de mesa; *TrackBall*; *SmartView Synergy* (amplificador de caracteres); Impressora *Braille Everest* (folha solta).

É um novo espaço na Universidade de Lisboa para utilizador com Necessidades Educativas Especiais, no entanto a sua divulgação é essencial para a cooperação entre as bibliotecas do Campus.

2.3 Bibliotecas Universitárias Estrangeiras: uma visão geral

A fim de nos inteirarmos do estado da questão em Portugal, o âmago deste trabalho, houve a necessidade de procurar informação sobre o estado da questão nas bibliotecas universitárias estrangeiras, num sentido de obtermos uma visão comparada.

Como são providas as necessidades de informação dos alunos universitários portadores de deficiência visual no estrangeiro? Existirão serviços adequados? Serão as suas necessidades e expectativas superadas? Quais são os principais temas focados quando se aborda a questão dos serviços de biblioteca para portadores de deficiência visual?

É de salientar a escassez de literatura e informação sobre a temática dos serviços especializados para portadores de deficiência, nomeadamente estudos mais recentes, que poderiam ser úteis para as bibliotecas desenvolverem e melhorarem os seus próprios serviços.

Todavia foram consultados alguns estudos, a nosso ver, mais significativos para tentar obter uma panorâmica geral e com a finalidade de aferir, não só o estado da situação, como para recolher informação obrigatória sobre métodos de avaliação dos serviços, indicadores utilizados, contexto socioeconómico e social dos países e também sugestões para melhoria dos serviços que, obviamente, podem ser adaptados à nossa realidade.

A ênfase recairá sobre as coleções especializadas, o equipamento tecnológico, a acessibilidade e a formação técnica dos profissionais da informação.

No fim desta revisão literária apresentamos três casos de estudo, a situação dos serviços para invisuais na Nigéria e na Suécia com uma análise mais aprofundada, por constituírem um exemplo de práticas díspares que leva a fins díspares e, por fim, o testemunho de uma bibliotecária cega.

Adina Mulliken, e Ann Atkins, elaboraram uma breve apresentação do essencial a ter em conta na prestação de serviços para pessoas portadoras de deficiência, baseando o seu estudo na Michigan State University Library nos EUA, e na Oxford University Library no Reino Unido. Referem que, cada vez mais, os alunos portadores de deficiência estão a ser inseridos na vida escolar e na vida universitária. À medida que

isso sucede as bibliotecas universitárias sentem a necessidade de implementar e desenvolver serviços adequados a esta população e que correspondam aos seus encontros de informação e formação.

Segundo as autoras há que captar esta população e fazer passar a mensagem que na biblioteca terão uma base de apoio para o prosseguimento normal e regular dos seus estudos. Para tal defendem o desenvolvimento de estratégias para a aquisição de coleções (a Universidade de Oxford é referida como um exemplo de boas práticas) e de como melhor colmatar as expectativas e necessidades de informação dos deficientes visuais, para que todos possam ter oportunidades de sucesso social, escolar e profissional, não esquecendo que o direito de educação deve ser extensível a todos e é um direito consagrado na constituição (MULLIKEN; ATKINS, 2009).

As autoras verificaram que estudos revelam que há cada vez mais alunos com deficiência a frequentarem estudos universitários é porque algo está a mudar e demonstra-se que com a ajuda de suportes adequados e muita criatividade, cada vez mais, os alunos demonstram o seu interesse e habilidade para conseguirem frequentar o ensino universitário. Mas o *ratio* de alunos universitários portadores de deficiência continua baixo e a verdadeira habilidade consiste em fazê-lo aumentar. O apoio que é dado em contexto escolar varia consoante o tipo de deficiência e os alunos com deficiência profunda muitas vezes são incompreendidos e não têm um apoio adequado que lhes permita alcançar o sucesso escolar. Muitas vezes ficam por estudos de nível médio.

Se optam por não frequentar a faculdade, as bibliotecas universitárias não se vêm compelidas a implementar e ou melhorar os seus serviços porque simplesmente não possuem alunos para atender. Por vezes as dificuldades são tantas que desistir dos estudos superiores parece o caminho a percorrer. Os fatores mais comuns que podem levar a este abandono escolar e, por conseguinte, exclusão social estão relacionados com a falta de pessoal especializado para apoio técnico, lacunas no acesso a tecnologias adaptadas ou simplesmente falta de instrumentos tecnológicos ou falta de materiais/recursos (livros sonoros, livros em Braille, livros em formato ampliado). As instituições dedicam uma especial atenção para a dotação de coleções especializadas, de formatos alternativos, para as suas unidades documentais, para o equipamento tecnológico adequado e plenamente acessível e para a formação técnica dos

funcionários das bibliotecas. É abordado formatos especializados essenciais nas bibliotecas (MULLIKEN; ATKINS, 2009).

Formatos especializados

Para um serviço de qualidade é imperioso que as bibliotecas estejam munidas de recursos que vão de encontro às necessidades dos invisuais. Mas, após análise da informação recolhida, observamos que o formato alternativo é praticamente inexistente ou em número muito reduzido, reduzindo a capacidade dos leitores invisuais de terem acesso à informação.

Os modos de leitura disponíveis para este público são os livros em Braille, ou seja livros em que os caracteres são substituídos por pontos que são lidos pelo através da função táctil. Apesar de ser um modo privilegiado de leitura comporta algumas dificuldades; o invisual tem que ter um conhecimento da linguagem Braille para poder ler sozinho. Além disso, estudos evidenciam que estas obras tornam-se dispendiosas porque as letras transformadas em pontos ocupam um maior número de páginas, pelo que um livro impresso fica, em média, três vezes maior, implicando mais gastos e obviamente ficando uma obra mais pesada, que também não facilita em nada o seu transporte e manuseamento. (MULLIKEN; ATKINS, 2009).

Para os amblíopes existem livros de formatos ampliados, ou seja, livros com os caracteres em fonte maior para que consigam ser lidos por portadores de baixa visão. Têm a vantagem de dar mais independência ao leitor, mas tal como o livro em Braille tornam-se obras mais caras e pesadas.

A leitura personalizada também é um serviço em algumas bibliotecas universitárias estrangeiras e, de acordo com inquéritos efetuados ao público invisual, um modo privilegiado de leitura. Na maior parte dos casos são estudantes universitários, em regime de voluntariado, que oferecem os seus préstimos lendo as obras impressas, solicitadas pelo público invisual (MULLIKEN; ATKINS, 2009). Contudo as desvantagens da leitura personalizada residem no facto de que muitas bibliotecas não possuem este serviço e não dispõem, quer de funcionários quer de voluntários que

façam esta tarefa. A organização de uma bolsa de voluntariado nas bibliotecas portuguesas para garantir este serviço seria uma ideia a ter em conta.

Os livros sonoros, que acabam por ser o formato alternativo mais comum, ganham cada vez mais peso. Acarretam custos mas a sua fácil utilização é um garante para os utilizadores e a preferência dos invisuais também recai muito sobre este tipo de livro. De simples gravações áudio analógicas, a livros agora disponíveis no mundo digital parece ser um dos formatos mais conseguidos e grandes mudanças têm sido feitas ao longo da última década, na produção dos livros sonoros.

Iremos, mais adiante, referir o caso da Suécia e do projeto DAISY de livros sonoros que revolucionaram o conceito e trouxeram melhorias significativas a este recurso.

O meio digital – equipamento e acessibilidade

Num seminário realizado na University of West Georgia, em Novembro de 2011, David Robertson coloca a tónica na questão das novas tecnologias. Que oportunidades e desafios se colocam aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias e no acesso à informação? Como se pode ajudar este segmento da população geralmente tão marginalizado? Como podem os profissionais da informação responder a estas adversidades e ajudar os seus leitores?

As tecnologias inclusivas (também referenciadas como tecnologias adaptadas ou assistidas) nomeadamente no que diz respeito à navegação no mundo digital podem agora minorar o problema do acesso à informação. O mundo digital é agora essencial para se atingir esse fim. A utilização da internet, os conteúdos que disponibiliza, os meios de comunicação que permite, ajudam o indivíduo a sentir-se incluído no seu próprio processo de aprendizagem e incluído numa realidade social (ROBERTSON, 2011). A questão premente, e bastante discutida em artigos consultados, é que nem toda a tecnologia é, necessariamente, tecnologia acessível para esta população.

Mas se o acesso à informação é uma necessidade fundamental do cidadão e se esta não se encontra acessível a todas as pessoas, entramos numa contradição. Não seria razoável e expectável tentar minorar as dificuldades a quem revela tanta coragem?

Como sabemos, hoje é, quase ou mesmo impossível, frequentar um curso universitário sem recorrer às inúmeras bases de dados disponíveis através do mundo digital. Bases de dados subscritas por universidades, repositórios, publicações periódicas *online* são ferramentas fundamentais para quem pretende frequentar um curso superior e estar devidamente informado através de recursos fiáveis, atualizados e abundantes.

O que sucede é que a maior parte da tecnologia existente não é *user-friendly*, ou seja, não é de fácil utilização para o indivíduo que vê e, portanto, ainda de maior complexidade para aquele que vê mal ou que simplesmente não tem visão (ROBERTSON, 2011). Os *webs designers* têm um grande desafio e seria muito interessante que se debruçassem sobre este assunto. Cabe também a estes profissionais, num esforço conjunto com bibliotecários e com a cooperação de invisuais (sempre que possível) construir páginas de fácil acesso, simples, que permitam uma fácil utilização, sobretudo, quando em interação com tecnologia adaptada como máquinas de leitura (SPINDLER, 2002). Mas será assim tão fácil atuar no sentido de dotar as bibliotecas universitárias com o desejável e o necessário para que ninguém se sinta excluído?

Os invisuais já têm que lidar com o estigma da sua condição, alienação social, discriminação que reduzem o seu leque de soluções pessoais, sociais e profissionais (ROBERTSON, 2011).

A questão da orçamentação das bibliotecas, na maioria dos casos escassa, reduz o campo de ação quando se tenta melhorar os serviços. Contudo, não há impossíveis e desistir é palavra *non grata*. Agindo de uma forma passiva o bibliotecário contribui para esta injustiça. O trabalho em conjunto com outras organizações que operam no âmbito da proteção dos direitos dos portadores de deficiência, instituições estatais, ONGs, permite delinear e implementar políticas e meios de ação por via a obter, de preferência, apoio relevante em donativos, patrocínios etc.

Nas bibliotecas dos Estados Unidos da América, o enfâse gira, também, à volta do mundo digital. Caminha-se, cada vez mais rumo, a uma maior consciência inclusiva em relação a estudantes com algum tipo de deficiência e necessidades especiais. A consciência inclusiva relativa a utilizadores com necessidades especiais conduziu a alterações profundas no serviço de referência, que é cada vez mais técnico e especializado. O trabalho desenvolvido pela biblioteca da Universidade de Northern

Illinois, é tido como representativo da maior parte das escolas e universidades dos EUA (TINERELLA, DICK, 2005).

A biblioteca comprometeu-se a adquirir bases *online* especializadas e fontes de referência bibliográficas para apoiar a universidade na missão de ensino, de pesquisa e de assistência aos alunos, para que obtenham as competências necessárias. As tecnologias inclusivas disponíveis na Universidade de Northern Illinois consistem, então, num número de equipamentos necessários ao quotidiano das bibliotecas que dispõem de serviços especializados.

Este tipo de tecnologia consiste numa ampla gama de equipamentos, que inclui *software*, *hardware* e formatos especiais, tais como, *software* de reconhecimento de caracteres óticos; *software* de ampliação do ecrã; Scanners; Circuitos fechados de TV; Teclados adaptados de maior dimensão; Livros sonoros; Calculadoras sonoras; Máquinas de leitura; Leitores, teclados e displays em Braille; Impressoras com display em formato ampliado; Óculos e lupas; *software* que permite maior iluminação, luminosidade, brilho, contraste, cor do ecrã (TINERELLA; DICK, 2005).

Contudo, verifica-se que a maior parte da documentação é impressa, o que implica que têm que ser transformada em formato áudio ou tátil. Os alunos sabem que dependem, em larga escala, de redes de suporte para os assistirem. As universidades têm conhecimento deste facto e fazem um esforço visível para equiparem as bibliotecas de modo a servirem os seus alunos da melhor maneira possível, trazendo a lume a temática da acessibilidade e usabilidade das bases de dados disponíveis nas bibliotecas para o público não visual. Os computadores e as tecnologias adaptadas trouxeram um novo leque de oportunidades para conduzir as pesquisas de forma independente, produzir informação e transmissão de conteúdos e comunicar melhor.

A questão é que a maior parte dos conteúdos não são concebidos tendo em vista a acessibilidade dos não visuais, causando frustração em quem confia nos leitores de ecrã.

Na opinião de Tinerella e Dick, cabe aos bibliotecários, na altura em que procedem à subscrição de bases de dados, ter em conta que os recursos eletrónicos devem ser de qualidade, atuais, de custo comportável para a unidade documental, e um

fator de suma importância, devem ser totalmente acessíveis para este público, portanto devem ser testados por invisuais para se aferir da sua usabilidade.

Os EUA caminharam, recentemente, neste sentido ao criar e legislar a secção 508 do Rehabilitation Act, de 1973. A lei estabelece que as entidades federais disponibilizem *sites* acessíveis para o público com deficiência visual; as empresas que querem realizar negócios com o Estado têm que, obrigatoriamente, elaborar *sites* que contemplem total acessibilidade a esta população. A lei aplica-se a todos os organismos estatais, assim como a todas as entidades que obtenham fundos estatais. Trata-se de um enorme passo que visa a melhoria de acesso aos conteúdos digitais (BYERLEY, 2002).

Muitas vezes os *layout* e os *display* são muito complexos e difíceis de navegar e os leitores de ecrã não conseguem ultrapassar estas barreiras. Por outro lado, também algum do *software* que permite ler os conteúdos do ecrã como o JAWS ou WindowsEyes, são programas complexos que requerem muita prática para os utilizar o que também não facilita. Há que melhorar e assegurar o *design* universal e cabe aos designers gráficos seguir as recomendações e cumprir as leis para que se ultrapassem todas estas dificuldades (TINERELLA; DICK, 2005).

Se as instituições operam ao nível de eliminação das barreiras físicas também têm de lutar contra a falta de acessibilidade das páginas web. Páginas com acessibilidade promovem igual acesso à informação e a oportunidades. Estudos revelam que muitos *sites* não são acessíveis, muitas vezes nem o da própria biblioteca.

Contudo, a acessibilidade dos *sites* e dos recursos eletrónicos é muito importante na sociedade de informação tal como a acessibilidade dos edifícios públicos e espaços públicos (SPLINDER, 2002).

Os *webs designers* e as empresas de bases de dados devem caminhar neste sentido, rumo a acessibilidade real e total e muitos estudos realizados debruçam-se sobre esta questão, se as bases de dados assim como o site da própria biblioteca, vai ao encontro das necessidades e expectativas dos utilizadores com problemas ou falta de visão total. É essencial que os administradores das bibliotecas estejam informados sobre a legislação, *guidelines* existentes por forma a delinearem e implementarem serviços que oferecem aos seus utilizadores com necessidades especiais (TINERELLE; DICK, 2005).

Há muitas bibliotecas a fazerem esforços consideráveis para proporcionarem esses serviços. É de salientar que mesmo as unidades que não possuam alunos que encaixem nestes perfis devem estar preparadas para assistir a estas pessoas. Não ter alunos que encaixem neste perfil não significa que não se dê a conhecer os serviços. As bibliotecas devem ter uma política de marketing que dê a conhecer à comunidade os serviços que presta para que os utilizadores ou futuros utilizadores não se sintam excluídos à partida (POWER; LeBEAU, 2009).

As bases de dados subscritas pelas bibliotecas estudadas na investigação de Power e LeBeau foram a EBSCO, Wilson, OCLC (FirstSearch) e a OVID.

Foram verificadas várias falhas. Primeiramente porque as bases de dados *per si* e para o utilizador sem problemas de visão já são difíceis de pesquisar por serem complexas. Quando funcionam com o *software* de leitura de ecrã como o JAWS ou outros funcionam de forma interligada e interagem não só com o texto visível da base de dados mas também com o seu código de programação o que provoca confusão no sistema e torna difícil a leitura. Foram também realizados estudos sobre a acessibilidade da próprio *site* das bibliotecas e a resposta também não foi muito positiva com a maioria das bibliotecas a não prestarem informação sobre se têm ou não serviços especializados para este público. Se possuíam informação estava relegada para páginas secundárias ou para *links* o que não facilita o trabalho de pesquisa dos invisuais.

O trabalho deve ser iniciado na própria página da biblioteca. A informação sobre os serviços disponibilizados para utilizadores com necessidades especiais devem estar na página principal da biblioteca; na informação devem constar as políticas que regem os serviços, os recursos, o *software* e equipamentos que possuem (TINERELLE; DICK, 2005).

Formação técnica

De acordo com uma investigação, realizada em 2005, parecem existir poucos bibliotecários formados para elaborarem/implementarem serviços de referência ou que possuam qualquer experiência ou competência para funcionar com as tecnologias adaptadas e prestar o devido apoio (TINERELLA; DICK, 2005).

Nesta lógica de ideias, o investimento deve incidir em três pilares: i) Aquisição de recursos em formatos alternativos; ii) Aquisição de tecnologias especializadas; iii) Formação técnica de bibliotecários e todos os profissionais de informação.

São sugeridas algumas recomendações, de cariz prático, para conferir um serviço de excelência, quando se presta atendimento personalizado aos utilizadores portadores de deficiência visual. O profissional deve ter em linha de atenção que cada aluno é único e deve ter um apoio personalizado; deve agir normalmente e falar diretamente sem constrangimentos; deve providenciar a melhor assistência possível para que o aluno não saia com as expectativas goradas; deve oferecer ajuda para se deslocarem e tentar integrar o aluno, apresentando-o a outros alunos, se vir que daí pode advir algum benefício para a integração na vida da universidade; deve ser paciente porque algumas questões podem levar mais tempo a serem resolvidas; não deve interagir com o cão-guia, que deve estar sempre atento à sua função e não deve ser distraído; deve ser muito específico ao fornecer direções e deve oferecer assistência para algumas tarefas simples, como tirar fotocópias ou imprimir um artigo.

Ao bibliotecário cabe a organização dos serviços, estabelecer políticas concretas e zelar pela sua efetiva implementação. Nesta perspectiva, destacam-se algumas linhas de atuação que deve ter em conta como providenciar formação técnica especializada a todos os funcionários; providenciar pela aquisição de formatos específicos para este público; estabelecer políticas claras quanto à utilização de salas de estudo, do equipamento adaptado; deve ter em consideração a devida iluminação da biblioteca e sobretudo do serviço de referência; deve assegurar-se de que existe sinalética em Braille na biblioteca, assim como sinalética com formato ampliado, bem iluminada e brilhante para os amblíopes; deve certificar-se que a cotação da obra impressa deve ser em formato bem visível; deve garantir que as escadas da biblioteca estão bem iluminadas com uma faixa brilhante que assinala o primeiro e o último degrau; o espaço multimédia deve ter um posto de trabalho com *software* adaptado; deve certificar-se de que todos os funcionários têm conhecimento das políticas adotadas, dos serviços disponibilizados, dos materiais/recursos e equipamento tecnológico existentes; deve providenciar para que pelo menos dois funcionários saibam lidar com estas novas tecnologias através de formação especializada dos equipamentos e da sua reparação em caso de avaria, para que todo o equipamento esteja sempre disponível; deve conceber sessões de orientação para os novos alunos no início de cada ano letivo (TINERELLA; DICK, 2005).

Apesar das orientações bem concretas quanto às atitudes corretas a adotar os autores referem que, muitas vezes, os alunos sentem-se isolados e há que saber conquistá-los. Através de uma atitude positiva podemos ajudá-los a ultrapassar estes medos com a finalidade de tornar a biblioteca um sítio agradável, ajudando-os na sua tarefa de pesquisa para que esta tenha menos ruído e seja mais produtiva colaborando e facilitando o seu processo de aprendizagem.

No Reino Unido, também foram feitos estudos, mais concretamente na zona geográfica de Midlands, para avaliar a qualidade dos serviços prestados por bibliotecas universitárias para pessoas portadoras de deficiência visual. (HEAVEN, 2004).

Desde 1 de setembro de 2001, que vigora o *Special Education Needs and Disability Act 2001* (SENDA), que tem como fim último a integração de jovens portadores de deficiência em universidades. Os pressupostos legais estabelecem que os serviços prestados por unidades universitárias devem estar obrigatoriamente equipados e preparados para receber pessoas com deficiência, incluindo salas de leitura próprias, alojamento e equipamentos próprios. Já que a biblioteca universitária é um pólo de enorme importância no processo de aprendizagem, os seus administradores têm a obrigação legal e moral de a tornarem acessível a todos, independentemente da sua condição; acessível ao nível de barreiras físicas assim como ao nível de recursos e equipamentos especializados. O acesso à informação digital é referido de vital importância. A avaliação dos serviços existentes torna-se premente no sentido de avaliar se as universidades/ bibliotecas seguem a letra da lei. (HEAVEN, 2004).

Quanto à metodologia é fundamental o recurso a uma revisão da literatura já produzida com vista a uma compreensão total das temáticas, para se obter, de forma clara, a definição dos tópicos de pesquisa e elaborar questionários precisos e adequados. Através da análise do questionário deveremos ser capazes de obter factos e retirar conclusões sobre políticas e procedimentos em relação a serviços especializados para alunos académicos portadores de deficiência; procedimentos que visam a identificação desses estudantes; a monitorização dos serviços, a formação dada a esses estudantes, a promoção de serviços; práticas concretas que visem a acessibilidade dos edifícios, a iluminação, sinalética, a circulação no espaço biblioteca; à existência e acesso aos formatos alternativos de recursos impressos ou eletrónicos; o equipamento tecnológico disponível e serviços relacionados com esse equipamento que dizem respeito à

acessibilidade efetiva dos meios digitais como o acesso ao OPAC e própria página web da biblioteca (HEAVEN, 2004).

2.3 Casos de Estudo

Caso 1- Nigéria

Um estudo de caso produzido por Yemisi Babalola e Yacob Haliso, revela a Nigéria como um país com considerável atraso económico, social e cultural. A situação repercute-se no desenvolvimento dos serviços para invisuais e muito do que se faz é realizado não por organismos estatais mas pelas ONGs que operam no país. Por ter o aval das Organizações Não Governamentais e por ser um estudo de 2011, parece-nos interessante a sua informação, já que a sua realidade, apesar de assustadora, não está muito longe de certos países considerados desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento.

Em 2007, estudos concluíram que apenas 3 das 36 bibliotecas públicas existentes no país dispunham de serviços especializados para invisuais. As bibliotecas da Nigéria revelaram orçamentos muito reduzidos para poderem prestar serviços relevantes, o que torna os utilizadores portadores de deficiência visual alvo de discriminação. Para tentar aferir sobre o nível dos serviços prestados por bibliotecas universitárias na Nigéria foi realizado um inquérito, através de chamada telefónica, para 14 bibliotecários de bibliotecas públicas e privadas, representativas das 6 zonas geopolíticas em que está dividido o país. Os indicadores, que implicavam uma resposta de sim ou não eram os seguintes: Existência de material em Braille; Existência de livros sonoros digitais; Existência de livros áudio (gravações áudio analógicas); Existência de jornais sonoros; Existência de tecnologia / equipamento adaptados.

As respostas revelaram-se desoladoras com todas as bibliotecas a confirmar somente a existência de livros áudio. Contudo e segundo informações prestadas pelos bibliotecários, estes materiais teriam sido adquiridos para servir o público em geral e não o público invisual, tratando-se na maior parte de enciclopédias, ou livros de texto destinado ao público infantil que contém informação gravada. Para dados tão recentes, e

tendo em conta que falamos de bibliotecas universitárias, o panorama é trágico. Faltam serviços, materiais e tecnologia para colmatar as necessidades.

A razão pela qual não se prestavam serviços especiais prendia-se com o facto de nunca terem sido colocados perante o desafio de atenderem este tipo de público no meio universitário; assim sendo, a questão ainda é mais dramática porque há uma parte da população, portadora de deficiência visual, que não atinge os estudos superiores. A necessidade de ultrapassar estas dificuldades é urgente a fim de melhorar a qualidade dos serviços prestados nas bibliotecas universitárias da Nigéria. Talvez assim surjam mais alunos, motivados por novas e melhores condições de apoio ao seu percurso escolar.

No estudo é apresentado um esquema, designado “Model of information need and information seeking behaviour” baseado no modelo Wilson (1981). Este modelo pode ser utilizado para explicar a necessidade de informação dos portadores de deficiência visual. Esta relaciona-se com educação, oportunidades de emprego, carreiras profissionais, política, economia, assim como assuntos relacionados com a sua própria incapacidade e formas de lidar com ela. As suas necessidades e expectativas encontram-se no plano fisiológico, afetivo e no plano cognitivo. Todavia estão constrangidos por barreiras pessoais, interpessoais e pelo meio ambiente envolvente. As barreiras pessoais podem advir da própria ignorância sobre a existência dos serviços disponibilizados e que pode resultar na subutilização dos mesmos (BABALOLA, HALISO, 2011).

São apresentadas algumas estratégias e sugestões para o desenvolvimento dos serviços da Nigéria que aqui ressaltam por acharmos que podem ser facilmente adaptadas a outros países. Segundo o estudo apresentado por Babalola e Yacob, o plano de ação deve contemplar os seguintes níveis:

Cooperação institucional - O desafio de desenvolver os serviços e sobretudo em países mais vulneráveis só pode ser feito com o envolvimento de todos os *stakeholders*, organismos estatais, bibliotecários, ONGs e todos aqueles que servem a causa da luta contra a discriminação dos cidadãos portadores de deficiência;

Orçamento – As bibliotecas devem possuir um orçamento adequado. O estado deve ser responsável pela orçamentação, que se quer condigna e responsável para que as

unidades possam cumprir os seus objetivos de fornecer informação a todos os seus utilizadores;

Implementação de políticas – Deve haver uma revisão das políticas das bibliotecas públicas e universitárias, dos seus procedimentos e compromissos. Uma política formal, bem explícita e documentada é importante porque serve de base e de guia para a política de aquisição das coleções, para o plano de orçamentação e de formação técnica do pessoal e vai igualmente ajudar a definir a relação e compromissos entre todos os agentes;

Trabalhar em rede - nenhuma biblioteca ou escola pode colmatar *per si* as necessidades de informação de todos os seus utilizadores. Neste sentido é necessário que todas as organizações se unam para formar uma rede de trabalho global e partilhar recursos;

Formação de bibliotecários – Os profissionais devem ter uma formação técnica, específica, para prestarem uma assistência personalizada, procurando estabelecer relacionamentos numa base de confiança,

Coleção – Deve-se adquirir materiais e recursos, livros em formato alternativos, investir na produção de livros sonoros (o esforço deve ser neste sentido, visto que são muito procurados), jornais sonoros, obras com formato ampliado;

Investimento Tecnológico - Tem de existir um investimento na aquisição de tecnologias adaptadas que abrem todo um mundo de possibilidades aos invisuais. Deve ser um investimento prioritário para que esta população possa usufruir da riqueza de recursos da web.

Caso 2- Suécia

A Agência Sueca de Acessibilidade e Imprensa (MTM – Myndigheten för Tillgängliga Medier) e o formato DAISY

Em contraciclo com o caso da Nigéria surge o caso da Suécia. País com alto nível de desenvolvimento, seja em termos económicos, legislativos, sociais ou culturais. O facto de ser um país rico influencia e contribui, de forma significativa, para o estado dos serviços disponíveis para cidadãos portadores de deficiência.

A estimativa é que cerca de 1% da população tem deficiência visual. O número estimado ronda as 80.000 a 90.000 pessoas, das quais cerca de 40.000 tem cegueira total.

A política social da Suécia em relação a estes cidadãos tem vindo a mudar e está agora num estágio mais desenvolvido e mais abrangente. As preocupações passaram do plano saúde/ assistência social para o binómio baseado perspectiva democracia/direitos humanos. Desde 2000, um plano de ação nacional “De Paciente a Cidadão” trouxe uma perspectiva mais ampla e despertou para a consciência de uma assistência mais completa e abrangente em todos os aspetos da vida da pessoa deficiente e isso faz toda a diferença. Partiu-se da premissa de que a sociedade devia estar o mais acessível em todos os aspetos possíveis e para o maior número de cidadãos.

A legislação é rigorosa e completa, o que facilita a implementação dos serviços para portadores da deficiência visual, alicerçados na Constituição do país, na Lei do Copyright, na Lei das Bibliotecas e na Lei Sueca da Assistência e pela Legislação Postal. Podemos salientar aspetos relevantes na legislação como o fato dos alunos universitários terem uma lei que lhe dá direitos gerais, assim como livros em formatos alternativos disponibilizados de forma gratuita.

O governo, através do Instituto Sueco de Educação Especial, não descarta responsabilidades; providencia apoio aos municípios e é responsável pela produção e adaptação dos materiais educacionais pedagógicos, sendo a produção a adaptação de material publicado assim como a produção e desenvolvimento de material original. Outra das tarefas do Instituto é reunir um público-alvo para recolher informação sobre os materiais pedagógicos mais adequados existentes no mercado Estes produtos são adaptados para que os alunos que lêem de forma diferente possam fazer uso destes materiais. A lei estabelece que todos os municípios da Suécia têm de ter uma biblioteca pública, dirigida pela autarquia local e orçamentada através dos impostos cobrados pelo município e fundos estatais, comumente tido como adequado. Caso raro, pelo menos na realidade portuguesa.

A Agência Sueca de Acessibilidade e Imprensa (MTM – Myndigheten för Tillgängliga Medier) antiga Biblioteca Sueca do Livro Falado e Braille (TPB), é a instituição de referência, no que diz respeito aos serviços especializados para cidadãos portadores de deficiência. A MTM é um organismo estatal, que em colaboração com outras bibliotecas públicas, disponibiliza serviços para os invisuais. A sua missão consiste em produzir e emprestar livros sonoros e livros em Braille e também fornecer apoio e informação sobre matérias relacionadas com este tipo de livros. Qualquer pessoa pode requisitar livros sonoros na biblioteca local sem ser necessário certificado médico. Além de poder requisitar os recursos da biblioteca pode requisitar-se um livro sonoro de qualquer biblioteca do país, através do serviço de empréstimo interbibliotecas.

Dados confirmam que o empréstimo de livros impressos tem vindo a decrescer; o inverso sucede com os livros sonoros, daí o forte investimento e a grande aposta na produção de livros sonoros considerados um recurso de excelência e é neste formato que tem vindo a acrescentar melhorias significativas, sendo a MTM um organismo de referência a nível mundial.

O sucesso adveio da produção de sonoros DAISY (Digital Audio-based Information System), um formato que ganhou notoriedade no meio digital e que se destaca pelas suas múltiplas funcionalidades, que facilitam a leitura ao invisuál (TANK; FREDERIKSEN, 2007).

O modelo dos serviços para os livros sonoros está assente em três pilares:

1. O estado, através da MTM, é responsável pela produção, informação e os serviços bibliográficos;
2. As bibliotecas municipais são responsáveis pela aquisição da coleção, formação de funcionários e pelo depósito das coleções;
3. As bibliotecas públicas e escolares são responsáveis pelo empréstimo domiciliário para os utilizadores invisuais.

As bibliotecas podem comprar títulos individuais à MTM, mas a biblioteca não é obrigada a ter uma coleção própria de livros sonoros, o que também vem ao encontro da perspectiva de Babalola e Yacob. Apesar de ser um país economicamente rico, a Suécia não permite gastos desnecessários o que denota uma atitude responsável. Todas as

bibliotecas podem fazer o *download* de livros sonoros DAISY através do servidor do MTM via OPAC. Para conseguir fazer uso deste serviço a biblioteca tem de ter uma permissão especial por parte do governo. Todas as bibliotecas municipais têm direito a esta permissão assim como um número considerável de bibliotecas públicas e universitárias.

Os primeiros livros sonoros DAISY, em CD-ROM, (1994) foram transferidos de gravações áudio. Mais tarde, foram criados os primeiros livros sonoros digitais. A MTM produz no formato DAISY desde 2001. Trata-se de um sistema de produção de livro sonoro, de gravação digital, dotado de marcadores estruturais no documento que auxiliam a navegação por parte do utilizador e que tornam a leitura cada vez mais acessível e agradável ao invisual. Um livro DAISY pode ser definido como um conjunto de ficheiros digitais que incluem: um ou mais ficheiros áudio com marcadores, que contém uma narração humana de um texto; um ficheiro com marcadores com o texto escrito (opcional); um ficheiro de sincronismo para relacionar o ficheiro áudio com o ficheiro de texto escrito; um ficheiro com um sistema de navegação central que permite ao utilizador mudar de frase, parágrafo, capítulo mantendo o sincronismo entre o sistema áudio e o texto.

Este formato completo e avançado ganhou muita projeção e o formato DAISY rapidamente passou a Consórcio DAISY, composto por vários organismos, como bibliotecas e organizações sem fins lucrativos, que aderiram a este projeto, ganhando com os conhecimentos e *know how* adquiridos dos técnicos escandinavos, promovendo o desenvolvimento internacional do formato ao contribuir com inúmeras mudanças na interface, design e implementação (TANK; FREDERIKSEN, 2007).

A aplicação levou ao estabelecimento de normas que definiram a nova geração de informação tecnológica destinada aos portadores de deficiência visual; norma ANSI/NISO Z39.86 2002 a pensar no ambiente digital, que foi seguida por vários países, mais desenvolvidos na área da acessibilidade à informação dos deficientes visuais; trata-se de um trabalho em conjunto, que facilita a interoperabilidade entre sistemas de diferentes países.

O livro DAISY trouxe um novo conceito para o livro sonoro.

A MTM não é o único organismo que pode produzir livros sonoros, contudo a produção de livros sonoros só pode ser efetuada quando o governo sueco dá permissão, o que dá garantias de publicações com qualidade.

Funciona como o centro nacional do empréstimo interbibliotecas de livro sonoro. No ano de 2012 registou 40.646 empréstimos para estudantes; *download* feitos por estudantes e bibliotecas 36.941 e distribuído pelo MTM 3.705 em formato Braille, e-book e sonoro. O *stock* contém livros de 53 línguas diferentes, incluindo o português.

O método de escolha dos livros a produzir (livro sonoro e Braille) resulta de uma seleção criteriosa, existindo *guidelines* com critérios definidos. Os livros que são pedidos por utilizadores têm prioridade. A maioria dos livros sonoros produzidos é destinada ao público adulto, 18% ao infanto-juvenil. 16% são de língua estrangeira. No que diz respeito à produção de livros em Braille 50% são literatura para adulto e 50% para crianças e jovens. A produção é feita através de *outsourcing* mas todo o processo é controlado pela MTM. A lei obriga, também, que sejam feitas duas cópias de um título (TANK; FREDERIKSEN, 2007)

Serviços

Os residentes na Suécia portadores de deficiência visual têm o direito de requisitar os livros DAISY através da sua biblioteca local. Os livros estão referenciados no catálogo OPAC-Legimus da Agência MTM. Os cidadãos suecos que residem no estrangeiro também podem recorrer ao espólio da MTM. Todas as bibliotecas públicas suecas e bibliotecas escolares podem requisitar diretamente à Agência Sueca de Acessibilidade e Imprensa (MTM). O tempo de empréstimo é de geralmente 2 meses.

Os livros sonoros estão isentos de selo dos correios quando são enviados de e para uma biblioteca.

Estudos indicam que quem requisita prefere fazer a requisição através da biblioteca local, o que é um ótimo indicador; os invisuais deslocam-se à sua biblioteca. Quem tem dificuldade em deslocar-se também tem direito a receber os livros em casa, isentos de qualquer pagamento.

Na Suécia, o empréstimo de livros sonoros é uma prática muito comum que resulta numa alta taxa de utilização dos recursos. As bibliotecas locais têm também o seu *stock* de livros e as bibliotecas centrais têm um nível considerável de obras.

A Agência tem serviços especiais para os estudantes. Os estudantes universitários com problemas de visão podem requisitar bibliografia em formatos alternativos. O empréstimo é feito através da biblioteca universitária e são livres de encargos. A biblioteca fornece a literatura e materiais de curso necessários em formato alternativo como livros sonoros, textos DAISY em formato digital, braille ou formato ampliado. A MTM também providencia esta literatura em língua estrangeira e pode organizar empréstimos interbibliotecas internacionais. O empréstimo é feito pela biblioteca universitária e é livre de encargos (TANK; FREDERIKSEN, 2007).

Existe também a figura do Coordenador em todas as universidades, responsável pelo apoio pedagógico e educacional, que serve de ligação entre aluno e biblioteca.

Os objetivos, revistos periodicamente, da MTM, são delineados pelo Governo e espelham o compromisso estabelecido; cabe à MTM produzir 25% de livros sonoros em relação à produção anual de livros na Suécia de livro impresso; ou o pedido de requisição deve respondido num prazo de 24 horas.

O modelo de serviços prestados e o avanço em termos tecnológicos colocaram a Suécia no topo dos serviços de excelência para cidadãos portadores de deficiência. O seu modelo de produção de livros sonoros está elaborado no sentido de prevenir as falhas. A boa vontade e legislação adequada fazem o resto. Apesar de decididamente estarem na vanguarda continuam a existir metas e objetivos bem específicos com vista a obter um serviço de excelência com projetos especiais, parcerias com o governo e editoras e muitas metas por cumprir.

O trabalho conjunto entre organismos estatais e várias organizações voluntárias encontra-se estabelecido e cimentado. As organizações dão um importante contributo dando *inputs* sobre as condições, modo de vida e desafios que se colocam à população deficiente e contribuem para a formação da opinião pública apresentando as demandas dos seus membros e sugerindo mudanças. Muitas destas organizações têm apoio estatal para desenvolvimento das suas atividades. O trabalho em conjunto traz vantagens e o resultado é bem visível neste país. A utilização dos serviços de referência assim como a

taxa de utilização das bases de dados e da internet aumentaram. A Suécia está no caminho certo.

Caso 3 – Testemunho de uma Bibliotecária cega

O testemunho de uma professora de Ciências da Informação e Documentação que fica cega, numa fase avançada na vida, ilustra bem as dificuldades no acesso a recursos informativos para fins profissionais, educacionais e de lazer. As suas principais dificuldades prendiam-se com os serviços disponibilizados, na sua opinião, confusos assim como variedade de recursos disponíveis tornava-se problemática, assim como frustrante.

Além disso, apenas 5% do que é publicado no Reino Unido é transposto para Braille, livro sonoro ou impresso em grande escala. Ressalva que a literatura técnica é pouco transposta, e o que se verifica é que as publicações acabavam por estar sempre atrasadas face à publicação do original, o que provocava sentimentos de frustração e desagrado (BURRINGTON, 2007).

Outra das suas críticas tem a ver com o facto de no Reino Unido o apoio estatal ser escasso para este tipo de serviços; o que faz com que os utilizadores invisuais confiem, obrigatoriamente, em caridade e mecenato para puderem ter acesso a formatos adequados, apesar das contribuições e impostos pagos ao Estado. Relata também as dificuldades em permanecer ativa no mundo do trabalho, depois da perda de visão, sobretudo quando se tem uma profissão que obriga a estar permanentemente informado e a par da atualidade. (BURRINGTON, 2007). A única ajuda que obteve foi de um voluntário, que se ofereceu para ler 6 horas por semana; apesar de achar que tal podia ser suficiente para ter material para preparar para as aulas o fato do voluntário não ser um entendido na temática desejada, sociologia e biblioteconomia não ajudava na prévia seleção de materiais relevantes a consultar e o problema de falta de literatura em formato alternativo, de natureza profissional e académico estava sempre presente.

Optou por se reformar mais cedo do que julgava, devido à sua condição de professora cega. Adquirir um *scanner* e um leitor de ecrã e com a ajuda de bibliotecários, disponíveis, conseguiu ter acesso a mais informação. Defende que

estando as bibliotecas equipadas com tecnologias inclusivas e dotadas de pessoal tecnicamente habilitado para trabalhar com este equipamento, num atendimento personalizado e disponível para procurarem a melhor informação, os melhores conteúdos, o acesso à informação é facilitado. Na sua opinião, as associações profissionais como indispensáveis na luta contra a discriminação e que uma política de equidade de oportunidades é inútil se não estivermos todos empenhados, invisuais, profissionais de informação, responsáveis das organizações profissionais. (BURRINGTON, 2007).

Pela sua utilização das bibliotecas, mais recente e ela própria mais capacitada e auto-suficiente, infere que as bibliotecas dispõem de um conjunto variado de recursos; contudo refere que a produção em Braille e *Moon* é escassa e refere que quando se perde a visão numa idade já avançada o sistema torna-se difícil de aprender e de dominar. Consegue ler em *Moon*, um sistema de leitura mais acessível, mas na Biblioteca Nacional para Invisuais em Londres, em 2007, só havia 300 títulos disponíveis. Utiliza um computador com voz sintética (o sistema *Jaws*) para a leitura de textos digitais retirados da internet, um *software* que lhe permite a gravação da sua voz para elaboração de documentos sonoros, e o *software Eze Reader* que lhe permite o acesso ao formato DAISY de livro sonoro, que considera um bom formato porque permite que se retome a partir do momento em que parámos o computador. Usa o sistema de cassete, DVD para materiais mais recreativos (BURRINGTON, 2007).

Refere a Calibre Cassette Library que utiliza material de formato livre o que permite ouvir as gravações em qualquer tipo de aparelhagem de som. Nesta biblioteca existe um grande número de recursos, gravados por atores, voluntários, e ao inverso das cassettes comerciais tem informação adicional, uma sinopse no início de cada livro; o OPAC da Biblioteca é de grande qualidade e fácil de manusear (BURRINGTON, 2007).

O aparecimento do Revealweb, em 2003, um catálogo nacional de toda a produção em formato alternativo existente no Reino Unido, acessível para todas as bibliotecas públicas do país, mas que, infelizmente, muitos profissionais parecem desconhecer. Sendo uma base de dados nacional deva, na sua opinião, devia estar sujeita a financiamento estatal.

Prefere o livro sonoro, em formato DAISY, apesar de realçar que este necessita de um DAISY Player e que comporta mais gastos para o utilizador; porém é neste formato que coloca todo o seu otimismo, nas suas qualidades e operabilidade e espera vê-lo implementado em todas as bibliotecas públicas devido ao seu potencial de recursos sempre aumentados de ano para ano.

Salienta a importância do mundo digital para a obtenção de informação, contudo, e apesar de ter um leitor de ecrã instalado, nem todos os sites são verdadeiramente acessíveis. Faz os recursos eletrónicos da National Library for the Blind ou vai à biblioteca Pública com uma maior variedade de recursos; mas refere o facto de nenhum dos terminais estar equipado com voz sintética ou auscultadores e assim depende sempre da disponibilidade do funcionário (BURRINGTON, 2007).

Este artigo, foi talvez um dos mais interessantes de consultar, porque concilia a opinião de uma invisuál e bibliotecária; como tal, mais sensível à temática sobre a qual se debruça este trabalho.

Dá-nos ideia da realidade vivida no Reino Unido, através das suas críticas, das suas sugestões e preferências. Através da sua leitura apercebemo-nos também da realidade em mudança; das suas dificuldades iniciais aos seus obstáculos ultrapassados; do aumento de material em formato alternativo e dos avanços tecnológicos.

É um artigo com esperança; esperança no futuro com a criação do Repositório de Ficheiros Digitais do Reino Unido de Editores, para facilitar aos produtores a transposição para formatos alternativos, devidamente autorizada, para que o tempo entre a publicação convencional e a produção em formato alternativo seja mais escasso; esperança no Formato DAISY, em constante mudança e melhoria e, por último, confiança e aposta no voluntariado em bibliotecas.

CAPÍTULO III. LEGISLAÇÃO NORMAS E DOCUMENTOS ORIENTADORES

Com este capítulo pretende fazer-se uma breve abordagem ao suporte legislativo existente para os serviços para cidadãos portadores de deficiência visual nas bibliotecas públicas.

As fontes de direito encontradas são de cariz internacional, comunitário e nacional. Focar-se-á, com toda a justiça, o importante papel da IFLA, enquanto fonte de *soft law*, visto que as suas diretrizes ou *guidelines* cobrem, praticamente, todos os aspectos dos serviços de biblioteca ao conceber, definir estratégias e ao estabelecer métodos de avaliação para os mesmos serviços.

3.1 Normas Internacionais

As normas internacionais, que são uma referência para muitos países, emanam, sobretudo da Organização das Nações Unidas, através das suas resoluções, aprovadas pelo Estados-membros. Nesta área específica e focando a questão da acessibilidade podemos referir a aprovação de um conjunto de regras, na Assembleia-Geral da ONU, a 20 de Dezembro de 1993. Convém referir que as suas regras não serem de cariz compulsório.

Estas visam a igualdade de oportunidades no acesso à informação para as pessoas portadoras de deficiência. Embora tenham sido aprovadas antes do desenvolvimento em grande escala das tecnologias de informação, acabaram por ser uma referência para os progressos futuros ao colocar a temática no binómio pessoa deficiente e acessibilidade no mundo digital, como fonte primordial de informação.

O artigo 5º. refere:

“ Os Estados devem reconhecer a importância geral da acessibilidade no processo de alcançar a igualdade de oportunidades em todas as esferas da sociedade. Para as pessoas com deficiência de qualquer tipo, os Estados devem:

Estabelecer programas de ação para o ambiente físico que seja acessível e;

Tomar medidas para garantir o acesso à informação e de comunicação.”

O artigo refere ainda que os países que aderissem à convenção comprometer-se-iam a desenvolver legislação e implementar políticas para garantir os direitos reconhecidos na Convenção e a revogar leis, regulamentos ou quaisquer outras formas ou práticas que pudessem comportar qualquer tipo de discriminação.

No artigo 9º. da Convenção estabelece que os países assinantes devem identificar e eliminar todos os obstáculos que possam existir, a fim de garantir a acessibilidade dos cidadãos portadores de deficiência a transportes, edifícios públicos assim como às tecnologias da informação e da comunicação.

Os países devem promover e facilitar o acesso à informação em geral promovendo a promoção e a circulação de recursos em formatos alternativos. Defendia a implementação de políticas ativas no sentido de incentivar os meios de comunicação social a fornecer informação em formato alternativo e devidamente acessível de recursos variados, como programas de televisão, cinema, teatro e outros materiais culturais. Com estas medidas tornar-se-iam acessíveis teatros, museus, bibliotecas para que todos os cidadãos, independentemente da sua condição, possam ter direito a informação variada.

Outro passo muito importante foi conseguido na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ocorrida no dia 3 de Maio de 2008, onde foi aprovada a resolução da ONU contra a discriminação, denominada “The Standard Rules on the Equalization of Opportunities for Persons with Disabilities”.

Esta foi a primeira convenção do século XXI dedicada aos Direitos Humanos e dela emana aquele que é considerado o primeiro instrumento de protecção legal dos direitos dos cidadãos portadores de deficiência; é de referir que na referida convenção não foram estabelecidos mais nenhuns Direitos Humanos.

Retirado da Resolução, mais concretamente da secção intitulada “Access to Information and Communication”, que se destina especificamente às bibliotecas, transcrevem-se alguns dos parágrafos mais contundentes.

Preâmbulo

“Reconhecendo a importância dos princípios e das orientações políticas constantes do Programa Mundial de Acção relativo às Pessoas com Deficiência e das Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência na influência da promoção, formulação e avaliação das políticas, planos, programas e acções a nível nacional, regional e internacional para continuar a criar igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiências.

Artigo 21.º

Liberdade de expressão e opinião e acesso à informação

Os Estados Partes tomam todas as medidas apropriadas para garantir que as pessoas com deficiências podem exercer o seu direito de liberdade de expressão e de opinião, incluindo a liberdade de procurar, receber e difundir informação e ideias em condições de igualdade com as demais e através de todas as formas de comunicação da sua escolha, conforme definido no artigo 2.º da presente Convenção, incluindo:

a) Fornecendo informação destinada ao público em geral, às pessoas com deficiência, em formatos e tecnologias acessíveis apropriados aos diferentes tipos de deficiência, de forma atempada e sem qualquer custo adicional;

b) Aceitando e facilitando o uso de língua gestual, Braille, comunicação aumentativa e alternativa e todos os outros meios, modos e formatos de comunicação acessíveis e da escolha das pessoas com deficiência nas suas relações oficiais;

c) Instando as entidades privadas que prestam serviços ao público em geral, inclusivamente através da internet, a prestarem informação e serviços em formatos acessíveis e utilizáveis pelas pessoas com deficiência;

d) Encorajando os meios de comunicação social, incluindo os fornecedores de informação através da internet, a tornarem os seus serviços acessíveis às pessoas com deficiência;

Artigo 24.º

Educação

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Com vista ao exercício deste direito sem discriminação e com base na

igualdade de oportunidades, os Estados Partes asseguram um sistema de educação inclusiva a todos os níveis e uma aprendizagem ao longo da vida, direccionados para:

2. Para efeitos do exercício deste direito, os Estados Partes asseguram que:

d) As pessoas com deficiência recebem o apoio necessário, dentro do sistema geral de ensino, para facilitar a sua educação efectiva;

e) São fornecidas medidas de apoio individualizadas eficazes em ambientes que maximizam o desenvolvimento académico e social, consistentes com o objectivo de plena inclusão.

3. Os Estados Partes permitem às pessoas com deficiência a possibilidade de aprenderem competências de desenvolvimento prático e social de modo a facilitar a sua plena e igual participação na educação e enquanto membros da comunidade. Para este fim, os Estados Partes adoptam as medidas apropriadas, incluindo: a) A facilitação da aprendizagem de Braille, escrita alternativa, modos aumentativos e alternativos, meios e formatos de comunicação e orientação e aptidões de mobilidade, assim como o apoio e orientação dos seus pares.

Artigo 30.º

Participação na vida cultural, recreação, lazer e desporto

c) Têm acesso a locais destinados a actividades ou serviços culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços de turismo e, tanto quanto possível, a monumentos e locais de importância cultural nacional.

2. Os Estados Partes adoptam as medidas apropriadas para permitir às pessoas com deficiência terem a oportunidade de desenvolver e utilizar o seu potencial criativo, artístico e intelectual, não só para benefício próprio, como também para o enriquecimento da sociedade.

3. Os Estados Partes adoptam todas as medidas apropriadas, em conformidade com o direito internacional, para garantir que as leis que protegem os direitos de propriedade intelectual não constituem uma barreira irracional ou discriminatória ao acesso por parte das pessoas com deficiência a materiais culturais.

Artigo 32.º

Cooperação internacional

1.Os Estados Partes reconhecem a importância da cooperação internacional e a sua promoção, em apoio dos esforços nacionais para a realização do objecto e fim da presente Convenção e adoptam as medidas apropriadas e efectivas a este respeito entre os Estados e, conforme apropriado, em parceria com organizações internacionais e regionais relevantes e a sociedade civil, nomeadamente as organizações de pessoas com deficiência. Tais medidas podem incluir, *inter alia*:

c) Facilitar a cooperação na investigação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico;

d) Prestar, conforme apropriado, assistência técnica e económica, incluindo através da facilitação do acesso e partilha de tecnologias de acesso e de apoio e através da transferência de tecnologias.”²

Mais recentemente, e depois de duas semanas de negociações, em Marrakesh, Marrocos os Estados – Membros da World Intellectual Property Organisation (WIPO) adoptaram, a 27 de Junho de 2013, o Tratado de Marrakesh, conhecido por *Treaty to Facilitate Access to Published Works for Persons who are Blind, Visually Impaired, or otherwise Print Disabled*.

Este tratado pretende retificar a questão da falta de recursos, como livros em Braille ou outros formatos alternativos, devido ao facto das obras impressas estarem protegidas por Direitos de Autor. Ao criar-se regulamentação que visa abrir exceção de copyright para estes casos específicos, todo o processo de transferência para outros formatos seria facilitado.

O resultado esperado será um aumento de materiais disponíveis para esta comunidade, a nível mundial, já que os países ratificadores disponibilizar-se-ão a partilhar ou tornar acessíveis cópias dos seus recursos.

A esperança recai na ratificação deste Tratado pelos Estados-Membros, para que se implementem estas medidas³.

² [*Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*](#). [Jornal Oficial da União Europeia — N.º L 23 — 27 de Janeiro de 2010]

³ Vide texto http://wipo.int/meetings/en/doc_details.jsp?doc_id=241683

3.2 Legislação da União Europeia

Se analisarmos o enquadramento legal de nível comunitário, assim como outros documentos como a Carta Fundamental dos Direitos dos Cidadãos Europeus, apesar de focar a questão em termos genéricos, podemos referir a Resolução do Conselho da União Europeia e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, (2010/C 316/01), que estabeleceu um novo quadro europeu para a deficiência.

Cita-se:

“O reconhecimento, na Comunicação da Comissão sobre a Estratégia Europa 2020, das questões relacionadas com a deficiência enquanto prioridade europeia e nacional no grande domínio do combate à pobreza, na qual se afirma que a Comissão envidará esforços para conceber e executar programas de promoção da inclusão social das pessoas mais vulneráveis, em especial proporcionando soluções inovadoras em matéria de educação, formação e oportunidades de emprego e combatendo a discriminação das pessoas deficientes e se instam igualmente os Estados-Membros a definirem e aplicarem medidas, tendo em conta as responsabilidades nacionais, que respondam às circunstâncias específicas dos grupos de risco, incluindo as pessoas deficientes.

27. Quadro político geral:

a) Promoverem a ratificação e a aplicação da Convenção da ONU, prosseguirem os esforços no sentido de aprovar o Código de Conduta e a adaptarem a legislação nacional e da UE, se necessário, ao disposto na Convenção.

28. Educação:

a) Contribuírem para a promoção de sistemas educativos inclusivos a todos os níveis, a fim de realizar o direito universal à educação com base nos princípios da igualdade de oportunidades e da não discriminação, o que significa desenvolver políticas destinadas a oferecer uma educação de qualidade a todos os cidadãos, assim como proporcionar-lhes os necessários recursos (económicos, humanos, educacionais, técnicos e tecnológicos);

b) Proporcionarem aos professores de todos os níveis educativos uma formação inicial e contínua que lhes permita responder às diferentes necessidades dos alunos com deficiência e exercer de forma adequada as suas funções no quadro de sistemas educativos inclusivos;

c) Promoverem melhorias nos sistemas educativos, com o objetivo de eliminar os estereótipos e promover a sensibilização e a tolerância para com as pessoas deficientes.

29. Acessibilidade:

a) Realizarem progressos no que respeita às propostas destinadas a promover a acessibilidade ao transporte marítimo, aos serviços de autocarros urbanos e interurbanos, a melhorarem a acessibilidade eletrónica e a utilização das novas tecnologias, para uma maior inclusão;

b) Promoverem os princípios da acessibilidade e do desenho universal. Neste contexto, recorde-se que o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão requer que a acessibilidade para as pessoas com deficiência constitua um dos critérios que devem ser respeitados na definição das operações co-financiadas pelos fundos.”⁴

3.3 Legislação Nacional

Porém o ideal é que os serviços de bibliotecas para portadores de deficiência visual sejam estabelecidos por legislação a nível nacional. Esta deverá identificar agentes e devidas responsabilidades a nível governamental ou autoridades estatais para a criação, aquisição e distribuição de conteúdos acessíveis e a plena integração dos serviços para pessoas com necessidades especiais por parte das principais redes de bibliotecas.

Ao abordarmos estas importantes questões é interessantes verificar até que ponto as instituições governativas acompanham esta problemática, verificando se a

⁴ [Resolução do Conselho da União Europeia 2010/C 316/01](#)

regulamentação internacional e comunitária é devidamente ratificada e implementada e acompanhada por legislação nacional, para fortalecer e estabelecer bases sólidas de atuação.

O Estado português é reconhecido por estar atento à esta problemática e por ser um dos primeiros Estados a legislar sobre a questão da acessibilidade para cidadãos portadores de deficiência. A questão residirá agora em perceber até que ponto a legislação é seguida e cumprida.

A matéria da acessibilidade foi alvo de regulação normativa pelo Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio que introduz “normas técnicas, visando a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas nos edifícios públicos, equipamentos coletivos e via pública”.

Este diploma foi revogado devido a constatação da insuficiência das soluções propostas, uma das quais prender-se-ia com a sua falta de eficácia sancionatória já que as coimas a aplicar eram de baixo valor, o que levava muitos organismos estatais a adiarem a sua implementação.

A criação de um novo diploma, o Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto viria colmatar essas insuficiências. Este novo diploma definiu o regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos públicos assim como aos edifícios habitacionais.

A tónica da promoção da acessibilidade era encarada como “... um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática, [...] para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram...”.

O Estado assume a sua responsabilidade de prover por todos os cidadãos, inclusive os portadores de deficiência, legislando sobre matérias que visem a sua plena integração; aliás como já consagrada na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente a alínea d) do artigo 9.º, no artigo 13.º e n.º 2 do artigo 71.º. ou ainda na alínea d) do artigo 3.º da Lei nº 38/2004 de 18 de Agosto, que determina “a promoção de uma sociedade para todos através de uma eliminação de barreiras e da adoção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência”.

Este novo decreto tinha como principais linhas de atuação: melhorar a ação fiscalizadora, aumentar a eficácia sancionatória, aumentar os níveis de responsabilidade dos agentes envolvidos, implementação de novas soluções técnicas e alargamento do âmbito da aplicação da lei.

A abertura de novos estabelecimentos públicos (escolas, bibliotecas, estabelecimentos comerciais, centros de saúde) teria de ser licenciada por entidades competentes para ver se estava conforme com as novas normas de acessibilidade.

Em termos de acesso à informação digital, Portugal destacou-se por ser o primeiro país europeu que tomou medidas concretas em relação a páginas eletrónicas da Administração Pública ao aprovar a Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/99. Esta resolução estabelecia que toda a informação contida nas páginas da Administração Pública fosse de leitura acessível para os cidadãos portadores de deficiências ao adotarem-se soluções técnicas para este fim. Refere-se o 2º parágrafo da alínea g):

“...Para concretização dos objetivos a que alude o número anterior, os organismos nele referidos deverão implementar formas de escrita e de apresentação das suas páginas na *Internet* que assegurem:

A respetiva leitura possa ser feita sem recurso à visão, movimentos precisos, ações simultâneas ou a dispositivos apontadores, designadamente ratos;

A obtenção de informação e a respetiva pesquisa possam ser efetuadas através de interfaces auditivas, visuais ou tácteis.”

O 2º parágrafo da mesma alínea refere ainda que todas as páginas que cumpram estes requisitos receberão um certificado de normalização.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2007, publicada em Outubro de 2007, estabeleceu diretrizes relativas à acessibilidade das páginas do Governo assim como os serviços públicos disponíveis *online*. Estas diretrizes apoiam-se nos protocolos de acessibilidade da WAI. Estabelecem que:

As páginas puramente informativas deviam ser estruturadas de acordo com o nível A, definido pela W3C;

Todas as páginas que prestem serviços de troca de informação deviam estar de acordo com o nível AA da W3C.

O Despacho n.º 12966/2009 do Ministério dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Educação, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Cultura, na sequência dos artigos previstos na Constituição da República Portuguesa e na Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto, dá um passo em frente na proteção dos direitos dos portadores de deficiência visual. Constitui o Núcleo para o Braille e Meios Complementares de Leitura, designado por Núcleo Braille com os seguintes objetivos:

a) "Garantia da obtenção de padrões elevados e de qualidade quanto à conceção, uso, aplicação, modalidade de produção e ensino do sistema braille e meios complementares de leitura para pessoas cegas ou amblíopes;

b) Avaliação e controlo do sistema braille e dos meios complementares de leitura."

Entre as suas várias competências salientam-se as seguintes:

Propor medidas de harmonização da produção de materiais de leitura para as pessoas com deficiência visual, e de uniformização dos critérios de utilização, ensino e aprendizagem e produção do braille em Portugal;

Prestar apoio técnico a entidades públicas e privadas sobre questões relativas ao uso do sistema braille e de outros meios complementares de leitura para as pessoas cegas ou amblíopes;

Avaliar e adaptar a simbologia braille face à evolução técnico-científica;

Recomendar, com base em pesquisas, estudos e tratados e convenções, procedimentos que envolvam conteúdos, metodologias e estratégias de acções de ensino e aprendizagem do sistema braille com carácter de especialização, formação e reciclagem de professores e técnicos, cursos destinados a utilizadores e à comunidade em geral;

Acompanhar a aplicação dos recursos tecnológicos com vista à sua adequada utilização e rentabilização.

Em 2010, é criada a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, que seguindo o Manifesto da IFLA/UNESCO para as Bibliotecas Públicas, vem reforçar o papel da Biblioteca Pública no seu papel de servir a comunidade, sem exceção.

3.4 Organizações Profissionais- IFLA

Contudo o organismo que mais se destaca na defesa das bibliotecas e dos seus serviços e que muito contribuiu e contribui para a implementação dos serviços para portadores de deficiência visual é a International Federation of Library Associations and Institutions, comumente conhecida por IFLA.

A secção 37 deste organismo, a IFLA Libraries for the Blind Section (LBS) surgiu nos anos 70, e tem como principal missão o desenvolvimento dos serviços de bibliotecas para pessoas portadoras de deficiência visual. Assume como principais linhas estratégicas a necessidade de formação técnica especializada a profissionais da informação e da documentação; a necessidade de centralizar e promover a troca de informações entre profissionais com vista ao desenvolvimento de padrões comuns, a nível internacional, para os serviços aos deficientes visuais. O grupo de trabalho indicou as seguintes linhas de ação que teriam que ser trabalhadas: Elaboração de um inventário internacional de recursos em formatos alternativos; identificação da existência da produção de formatos; padronização desses mesmos formatos; Criação de um sistema de empréstimo internacional; uma abordagem coordenada de aplicação da tecnologia aos requisitos da produção (IFLA,1998).

A partir da criação desta secção começou a delinear-se, de forma mais premente, a questão dos serviços de bibliotecas para cegos e promoveram-se congressos, conferências, *workshops*, fóruns de discussão com a formação grupos de trabalho com bibliotecários de vários países, dedicados à causa do utilizador com deficiência visual. A IFLA Library Blind Service (LBS) tem vários grupos de trabalho, internacionais, que se dedicam a uma variedade de temáticas como o Plano de Desenvolvimento das Coleções, os Direitos de Autor, a Produção de Formatos Alternativos, Partilha de Recursos, Sistemas de Bibliotecas e Tecnologias, Gestão Estratégica ou Marketing (BRAZIER, 2007).

Contudo a IFLA Library Blind Service não implanta sistemas ou desenvolve coleções, cabendo estas às bibliotecas membro. Todavia a discussão destas questões por estes grupos de trabalho ajudam a desenvolver as temáticas e ajudam a treinar os bibliotecários (IFLA, 1998).

Embora o trabalho desenvolvido seja de grande monta é de referir o Relatório nº 86 da IFLA, de 2005, intitulado “ Libraries for the Blind in the information Age: Guidelines for Development” que estabeleceu as diretrizes para o estabelecimento de serviços de biblioteca para deficientes visuais.

Este relatório é um documento, na nossa opinião, muito importante, na medida em que estabelece objetivos, enumera as linhas estratégicas de ação, de estratégia e de desenvolvimento e até de avaliação dos serviços. Podemos concluir, sem dúvida, que a leitura deste relatório é imprescindível para se criarem serviços de biblioteca para portadores de deficiência visual por ser um documento completo e de qualidade destacada.

Em 2011, a IFLA dá um novo passo ao ver aprovado na 36ª Conferência Geral da UNESCO o Manifesto da IFLA/UNESCO para as Bibliotecas Digitais. O Manifesto apresenta recomendações para ajudar as bibliotecas digitais na realização de atividades de digitalizações sustentáveis e interoperáveis, para atenuar os problemas de exclusão digital, de acordo com o desenvolvimento dos Objetivos do Milénio das Nações Unidas, de facilitar o acesso a fontes de informação e a meios de comunicação com vista ao desenvolvimento da saúde, educação cultural e económico (IFLA, 2011).

O livre acesso para todos à herança cultural e científica da humanidade é um direito universal e ajuda a promover a aprendizagem da riqueza e diversidade do mundo não só para a geração presente mas para as gerações futuras. As bibliotecas, como agentes na promoção da paz e dos valores humanitários, agora com o desafio do digital, a nível da informação e serviços, abrem um novo canal para o universo do conhecimento e da informação. Uma biblioteca digital é uma coleção *online* de informação digital, de qualidade assegurada, que é criada, armazenada, mantida de acordo com princípios internacionais para o desenvolvimento da coleção e deve ser mantida acessível de uma forma coerente e sustentável suportada por serviços para permitir aos utilizadores a exploração dos recursos.

A IFLA no seu Manifesto ressalva a necessidade de que a implementação das bibliotecas digitais deve ter em conta o acesso universal à informação ao ir ao encontro das necessidades das pessoas portadoras de deficiência.

CAPÍTULO IV. Análise dos dados

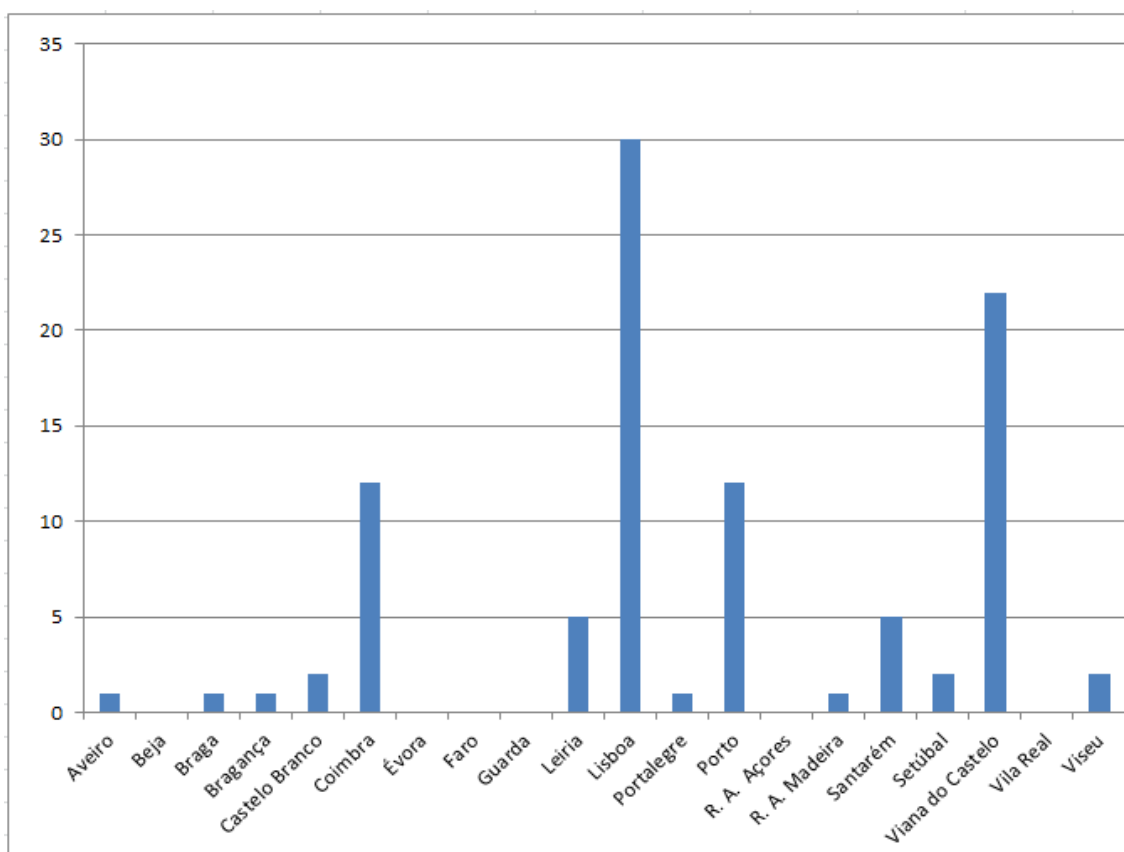
4.1 Análise dos resultados do inquérito às bibliotecas

Um dos objetivos do presente estudo incide em apurar a existência do serviço para deficientes visuais nas Bibliotecas Universitárias portuguesas. Dos 233 inquéritos enviados *online*, recolhemos 81 respostas.

I- Caracterização da Instituição onde a Biblioteca está inserida

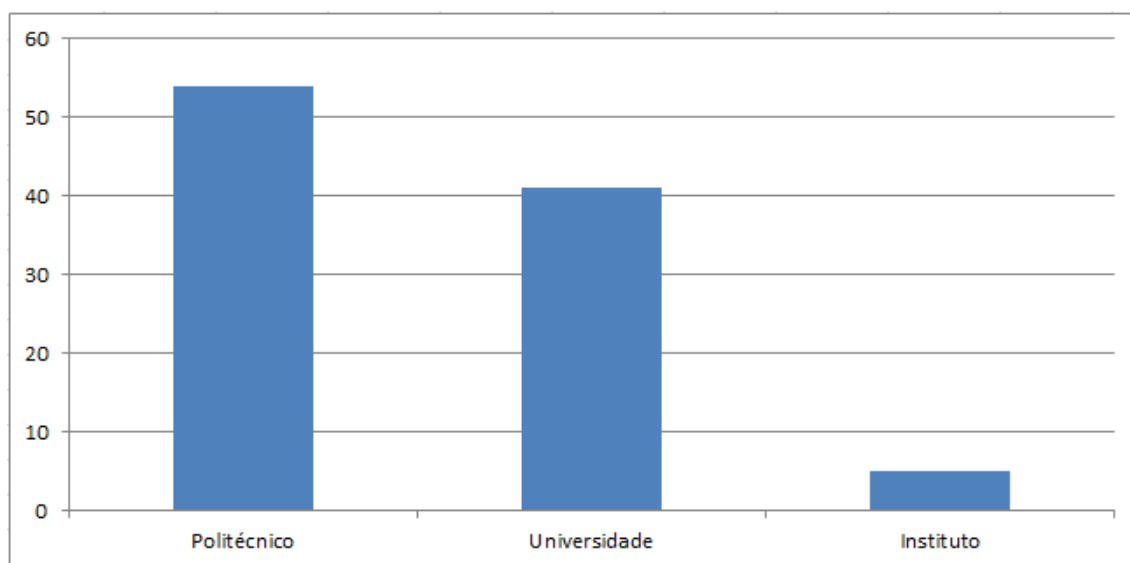
O primeiro estudo efetuado procurou identificar as Bibliotecas e a suas Unidades Orgânicas, as práticas de ensino, as normas de ingresso dos alunos e trabalhadores com deficiência visual e a acessibilidade à Biblioteca. Contribuiu para identificarmos o tipo instituição na sua vertente de Universidade, Politécnico ou Instituto, para aqueles que não se consideram enquadrados nas anteriores.

Quadro 1: Identificação do Distrito onde está situado a Biblioteca



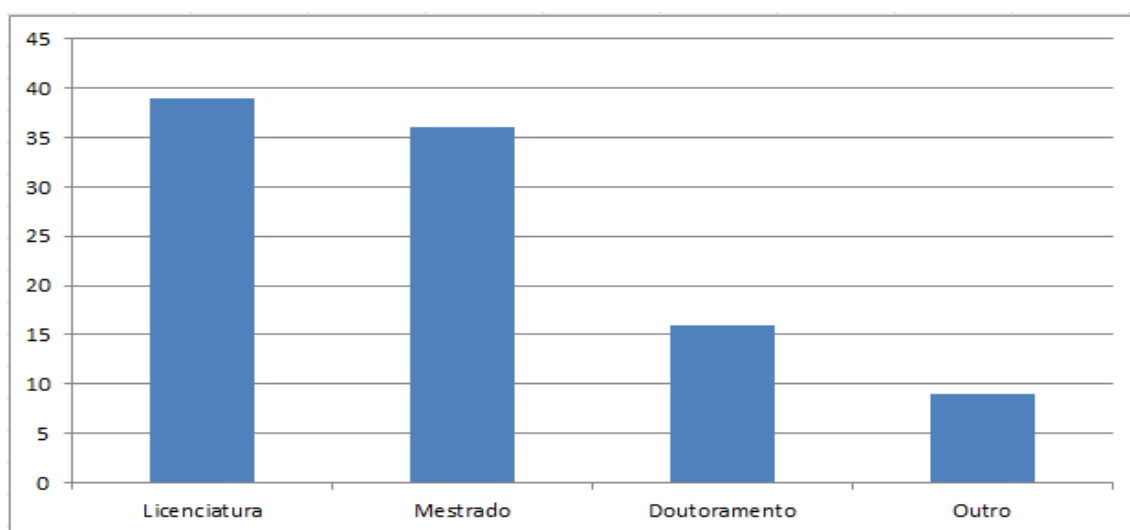
Relativamente à localização das Bibliotecas e tendo em conta os 20 Distritos, as participações apontam para, quatro distritos com maior incidência de respostas, o distrito de Lisboa com 30% (24) participantes o distrito de Viana do Castelo com 22% (18) participantes; os distritos do Porto e Coimbra com 12% (10) Participantes e os restantes distritos numa variável de 5% - 1%, que equivale a 4-1 participantes. Seis distritos não colaboraram no inquérito. Verificou-se que as três Instituições mais participativas por distrito foram as bibliotecas do distrito de Lisboa. Seguindo as bibliotecas universitárias de Viana do Castelo e Coimbra. Contudo registamos que os inquéritos dos distritos de Beja, Évora, Faro, Guarda, Região Autónoma dos Açores e Vila Real não colaboraram nesta investigação. Desconhecendo-se as razões da não participação, poderão estar relacionadas com a falta de tempo, a não visualização do *email* ou por não disporem de serviços para deficientes visuais, excluindo-se de colaborar neste projeto. Deste modo fica a realidade destes distritos por conhecer.

Quadro 2: Tipo de instituição onde se insere a Biblioteca



Uma vez que um dos principais objetivos da investigação é reunir o maior número de bibliotecas universitárias em Portugal existiu um total de 54% de Politécnicos (44) Bibliotecas, 41% de Universidades (33) Bibliotecas e 5% que se consideram apenas como Institutos (4) Bibliotecas. Todavia, praticamente o maior número de respostas é dado por Politécnicos. Na necessidade de cruzar os dados verificou-se que correspondem ao distrito de Viana do Castelo e neste predominar o ensino Politécnico.

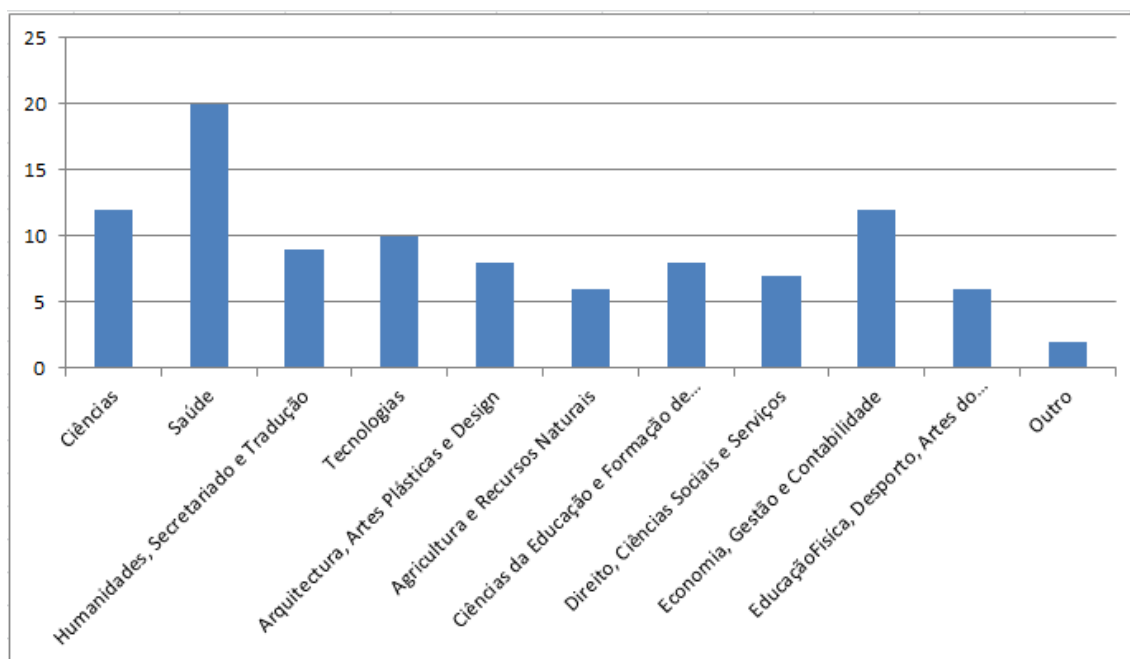
Quadro 3: Graus de ensino lecionados na Instituição



Nas áreas e graus de ensino, observamos que 75 instituições (39%) são do grau de licenciatura (1º Ciclo), seguido do grau de mestrado (2º Ciclo) com 36% (70)

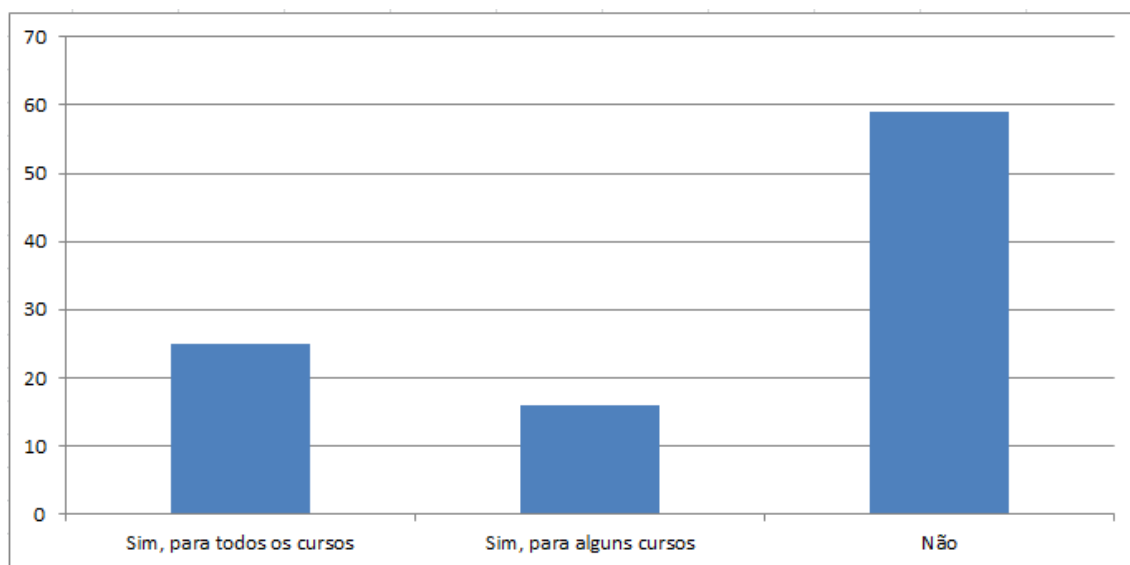
instituições. O doutoramento é lecionado em 16% (31) das instituições que colaboraram, tendo como opção de *Outro* com 9% (17) instituições que foram designados como cursos de Maiores de 23; Formação ao longo da vida; + 60; Cursos CET; Pós-graduação; cursos ALV; Pós-licenciatura; Formação contínua; Post-doc e Estudos Avançados. Registou-se que os Graus de Ensino predominantes são a Licenciatura e o Mestrado. Um dado que pode ser identificado como sendo Ensinos com Licenciaturas com Mestrado Integrado.

Quadro 4: Áreas de ensino lecionadas na Instituição



Devemos salientar que a área de Saúde; Economia, Gestão e Contabilidade; Ciências e Tecnologias, são as mais participativas, o que não deixa de ser curioso quanto à percentagem de respostas nestas áreas, Saúde 20% (42), Economia, Gestão e Contabilidade 12% (25), Ciências 12% (24) e Tecnologias 10% (20) é ainda importante sublinhar que são áreas que, à partida, colocariam mais entraves no que diz respeito à frequência de alunos universitários, por serem áreas de ensino mais experimental e portanto de maior dificuldade para o invisual.

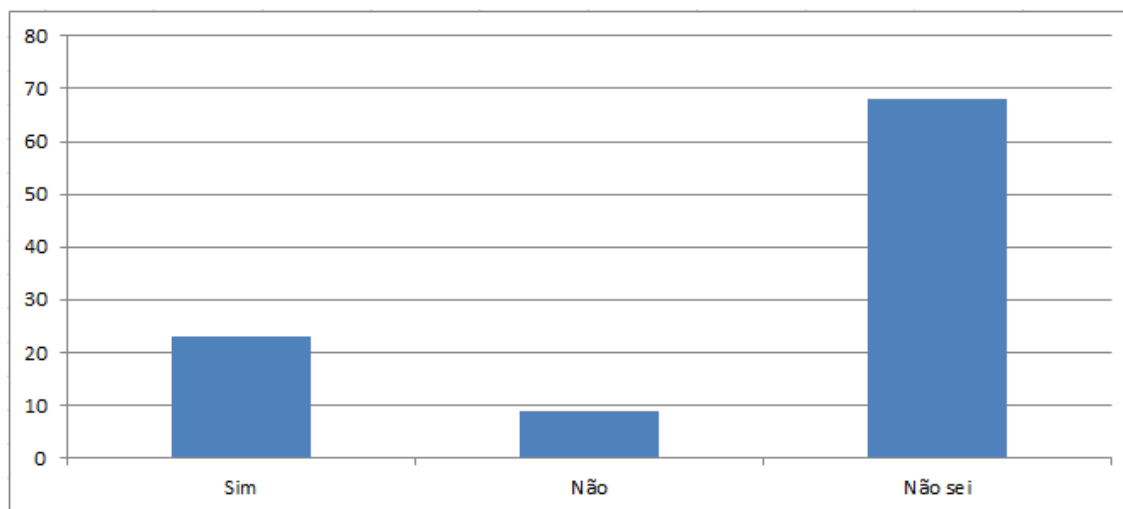
Quadro 5: Pré-requisitos que limitam o acesso a deficientes visuais no processo de candidatura.



Nos indicadores relativos aos pré-requisitos – consideram: Sim para todos os cursos 25% (20); Sim, apenas para alguns cursos 16% (13); Não (a candidatura não exige pré-requisito) 59% (48). Constatou-se que a maioria não exige pré-requisito que limite o acesso a deficientes visuais. Sabendo que o Ensino Superior requer alguns requisitos no seu acesso, foram questionados sobre a prática de pré-requisitos limitativos para o deficiente visual, no processo da candidatura. Assim sendo, constatou-se que a maioria não exige pré-requisito que limite o acesso a deficientes visuais, que corresponde a 48 instituições das 81 participações.

Trata-se de um dado positivo, não podemos deixar de mencionar que existe, ainda, um número muito elevado para as instituições que colocam pré-requisitos; pode suscitar a teoria de existir práticas discriminatórias e de se colocar em dúvida se realmente todos os estudantes podem estudar nas suas áreas de preferência. No cruzamento de dados comprova-se que a Área de Saúde corresponde ao maior número de resposta “Sim, para todos os cursos”, e 13 instituições da Área de Saúde que responderam “Sim, apenas para alguns cursos”. Seria por isso importante, em futuras investigações, avaliar o real conteúdo dos pré-requisitos.

Quadro 6: Admissão de trabalhadores abrangidos pela Lei da Nomeação e Contratação referente aos trabalhadores com deficiência visual.



A investigação não está condicionada apenas a alunos. Assim, um dos pressupostos básicos, também aqui presente é o de saber se as instituições admitem trabalhadores com deficiência visual, um dado que poderá despistado quando se verificar a acessibilidade.

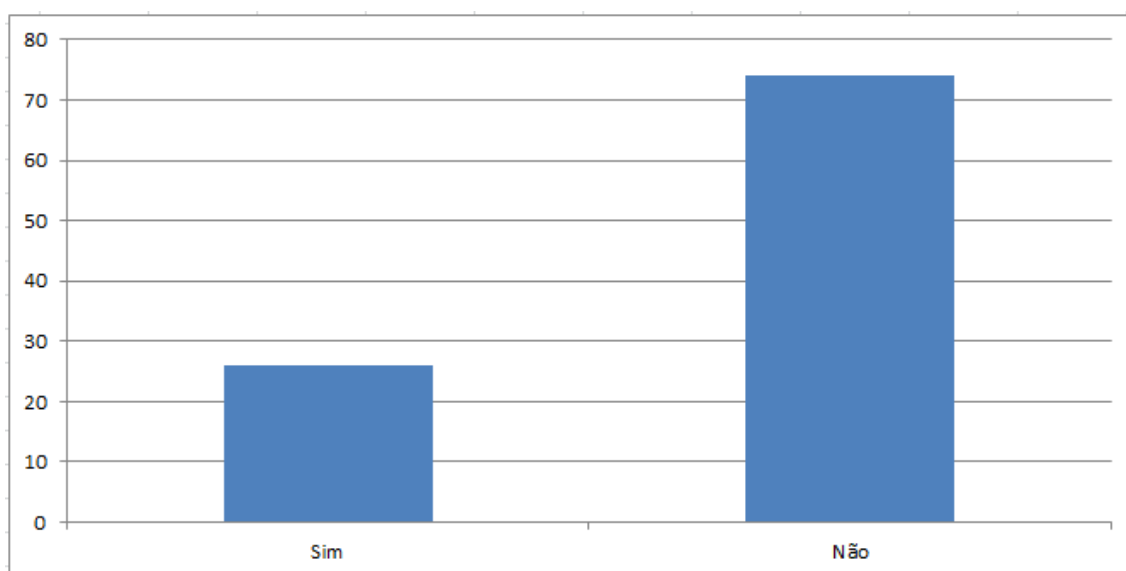
A avaliação assinala uma esmagadora percentagem que não sabe com 68% (55) inquiridos. Apesar não pertencer à área de conhecimento dos bibliotecários identificar as leis de contratação da sua instituição, este dado revela uma lacuna no acesso à informação sobre o modelo de contratação de trabalhadores. 23% (19) inquiridos que responderam que a instituição admite e 9% (7) inquiridos que não admitem trabalhadores com deficiência. No que concerne à legislação, também esta desempenha um papel preponderante na inclusão de pessoas portadoras de deficiência visual e consolidação de práticas e hábitos no processo de aprendizagem. Salientamos que 55 dos inquiridos, responderam “Não Sei” a esta questão, um número demasiado elevado e pouco desejável. Pode ser um indicador de falta de informação e conhecimento da legislação em vigor e, portanto, o desrespeito desta.

Por vezes o desconhecimento pode originar práticas discriminatórias o que provoca a redução dos fatores de soluções pessoais, sociais e profissionais. Considerando que as bibliotecas são organizações sociais dinâmicas e que, independentemente da sua classificação ou tipologia, devem centrar a sua missão na sua utilidade social e na sua capacidade de contribuir efetivamente para o crescimento de

seres humanos, cabe-lhe promover transformações necessárias ao cumprimento adequado da sua missão.

Quanto à Administração Pública, na sua maioria, os Serviços, estão abrangidos pelo Decreto-lei nº 29/2001 de 3 de Fevereiro, nos concursos de ingresso do pessoal. O Decreto-lei estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade funcional igual ou superior a 60%, em todos os serviços e organismos da administração central, regional autónoma e local. Complementado com o art. 85º, nº 2 do Código do Trabalho e o art. 28º, do Código do Trabalho (quotas de emprego), que diz “...devendo a Administração Pública proceder à contratação de pessoas com deficiência em percentagem igual ou superior a 5%”. Quando às entidades privadas, regem também do mesmo artigo do CT “afirmando-se que as empresas devem,...contratar pessoas com deficiência, mediante contrato de trabalho ou de prestação de serviço, em número até 2% do total de trabalhadores”. Contudo este processo de recrutamento por vezes é desconhecido pelas Unidades Orgânicas da Instituição, exceto os Recursos Humanos. Daí que sugerimos uma melhor transparência das Leis de contratação de trabalhadores que a instituição está abrangida e a sua divulgação nos *sites* institucionais.

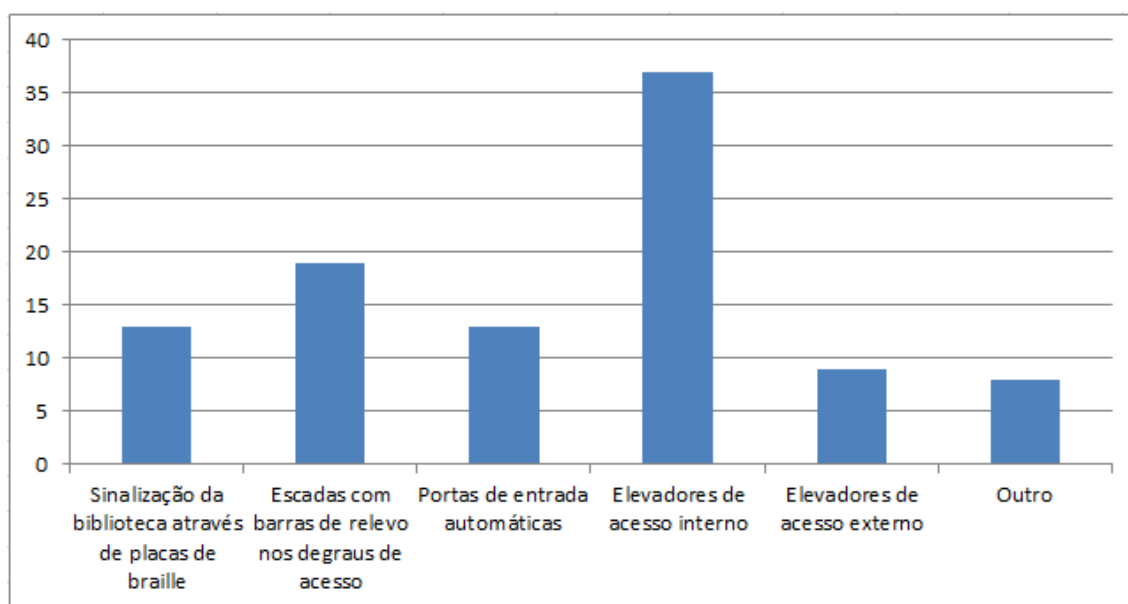
Quadro 7: Acessibilidade para o deficiente visual nas Bibliotecas



De acordo com a opção Sim, 26% (21) bibliotecas e Não com 74% (60) bibliotecas. Concluímos que, a maioria das bibliotecas não estão adaptadas a pessoas portadoras de deficiência visual. O que demonstra falta de rigor no cumprimento das

Leis de Acessibilidade e ausência na fiscalização dos edifícios. Para garantir a acessibilidade a todos, deve-se garantir um espaço livre de barreiras arquitectónicas; na sua construção ou restauração, o bibliotecário e o arquiteto deveriam trabalhar juntos. Não é apenas na acessibilidade ao documento existente na Biblioteca que se deve focar, a própria estrutura física da Unidade Orgânica e Biblioteca em geral também favorece a inclusão, ou não, do utilizador com necessidades especiais. Quando questionamos se Biblioteca tem condições de acessibilidade para deficientes visuais, verificamos que esmagadora maioria, equivalente a 60 bibliotecas, responderam “Não” terem condições. Um indicador relativamente perto das 81 bibliotecas inquiridas. A realidade das respostas revela-se desmotivadora, se não estão reunidas as condições que permitam uma fácil deslocação, orientação na biblioteca, um deficiente visual, dificilmente, se deslocará à unidade documental.

Quadro 8: Opções que melhor se aplicam quanto à acessibilidade da Biblioteca



De facto se admitimos a acessibilidade temos que averiguar os seus elementos. Tomado o conjunto dos elementos, aferimos que 37% (28 bibliotecas) têm “Elevadores de acesso interno”, em segunda posição, equivalente a 19% (14 bibliotecas), temos bibliotecas com “barras de relevo nos degraus de acesso”. Na mesma igualdade de percentagem, 13% (10 bibliotecas) com “sinalização de placas de Braille” e “portas de entrada automáticas”.

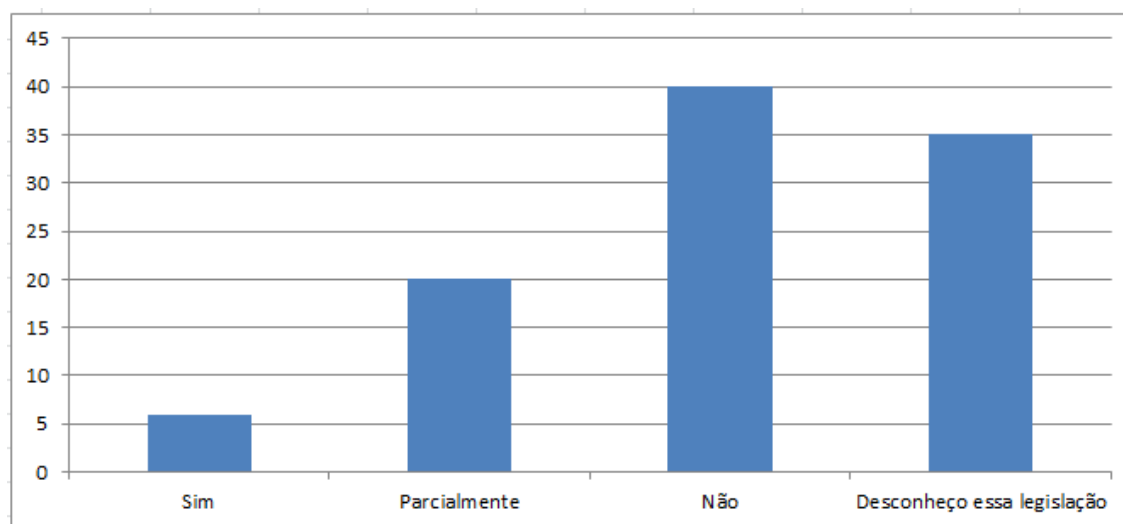
Contudo, dos 37% das bibliotecas dispõem de “Elevadores de acesso interno” não podem ser considerados, apenas, para o acesso a deficientes visuais. Analisando os resultados verifica-se que este meio de mobilidade pode ser feito por todos sem exceção e é muito usual em edifícios constituídos por pisos. Daí que este indicador como avaliação não é ponderável.

Apenas 5 bibliotecas revelam que consideram reunidas as questões de acessibilidade para o utilizador deficiente visual.

No contexto da acessibilidade, deparamos com bibliotecas incapazes proporcionar ambientes para o acesso às suas instalações. Este panorama é bem notório quando as bibliotecas são visitadas por um cego e este nunca sai da zona da receção, quantos de nós já não presenciou isto?

Concluimos que, a maioria das bibliotecas não estão adaptadas a portadores de deficiência visual, que pode ser justificado com o reduzido número de utilizadores e também pode demonstrar falta de rigor no cumprimento das Leis de Acessibilidade e ou ausência na fiscalização dos edifícios.

Quadro 9: Fatores de adaptação que as Bibliotecas têm face às exigências dos diversos Estatutos do Estudante com Necessidades Educativas Especiais.



Ainda relacionado com a questão da acessibilidade, pode inferir-se que as Bibliotecas inquiridas não estão adaptadas às exigências prescritas no estatuto do Estudante com Necessidades Educativas Especiais, com 40% (32) instituições das 81 participantes a optarem pelo “Não”; apenas 6% (5) consideram estarem adaptadas às

NEE. Contudo, o desconhecimento do Estatuto do Estudante NEE é de 35% (28) quase a atingir o número das instituições que não estão adaptadas, e uma parcial adaptação às NEE que abrange os 20% (16) das instituições Relativamente ao que prevalece no Estatuto do Estudante com Necessidades Especiais, a maioria das instituições, que corresponde a 40%, diz que a Biblioteca não está adaptada às exigências do Estatuto do Estudante com NEE. Apesar de não ser o maior indicador, verificamos que 35% inquiridos responderam “Desconheço essa legislação”, mais uma vez demonstra a falta de conhecimento das leis associadas à Unidade Orgânica. Apenas 6% bibliotecas consideram-se adaptadas às exigências numeradas no Estatuto. Daqui podemos concluir que, não existe uma consciência de biblioteca inclusiva relativa aos utilizadores com necessidades especiais. As Bibliotecas têm como objetivo, promover a integração dos deficientes visuais às atividades académicas através da disponibilização de condições estruturais adequadas ao desenvolvimento das suas potencialidades, tendo em conta as suas limitações físicas.

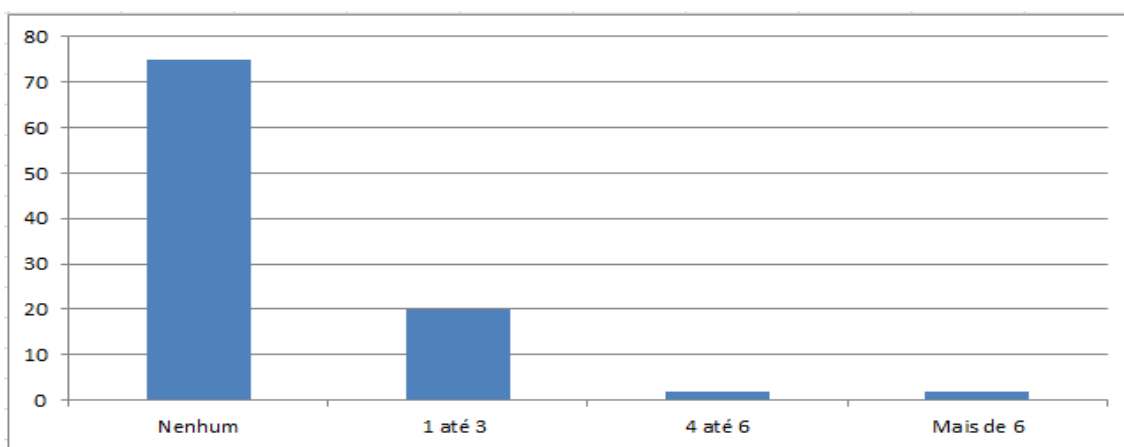
Mais uma vez, seria de apelar ao conhecimento e transparências das Leis de Contratação. Sendo públicas ou privadas por norma as Bibliotecas Universitárias regem indiretamente e outras frisam, nos seus Estatutos e Objetivos, a Constituição da República Portuguesa que consagra no Capítulo III- os Direitos e Deveres Culturais nos seus artigos 73º (nº 1) e 74º (nº 2, alínea g) que estabelece expressamente a obrigação do Estado em promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário. No entanto, também são um serviço público essencial à concretização dos direitos humanos, nomeadamente os consagrados nos artigos 18º, 26º e 27º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e relativos à liberdade de pensamento, à educação e à participação na vida cultural da comunidade e no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.

II- Caracterização dos leitores com deficiência visual

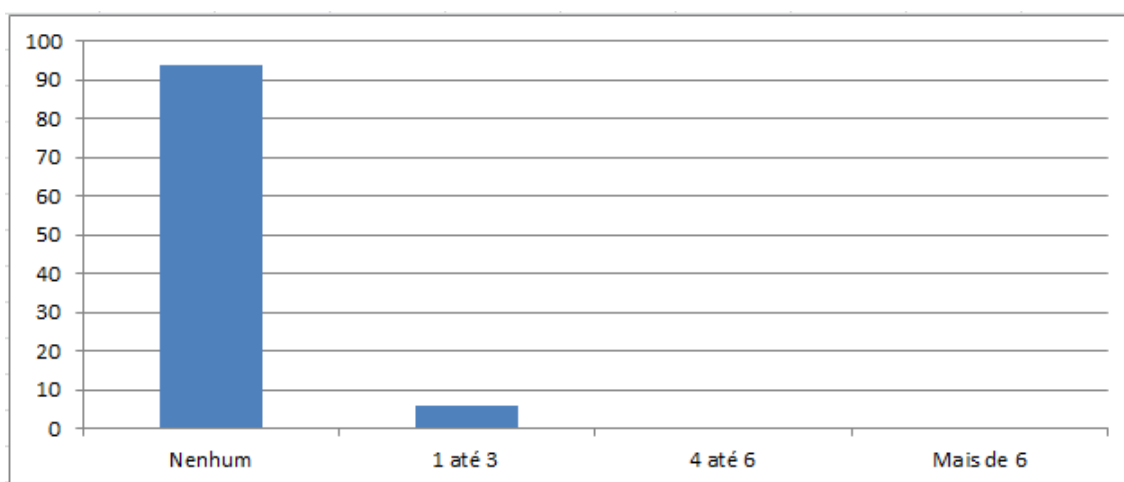
Procuramos, neste parâmetro, avaliar a perfil do portador de deficiência visual na Bibliotecas Universitárias, de modo a concluirmos a relação do deficiente visual na unidade documental.

Quadro 10: Tipologia e o número de utilizadores com deficiência visual:

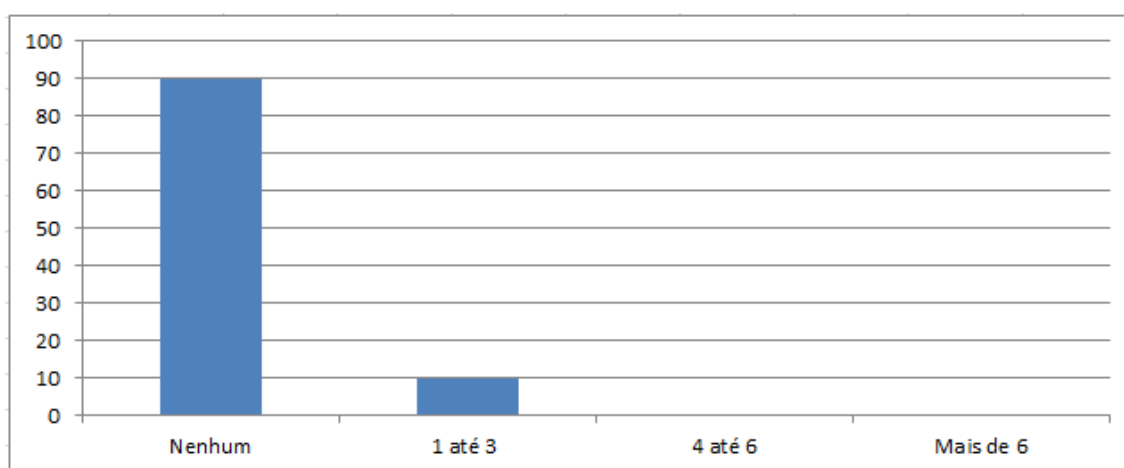
Alunos



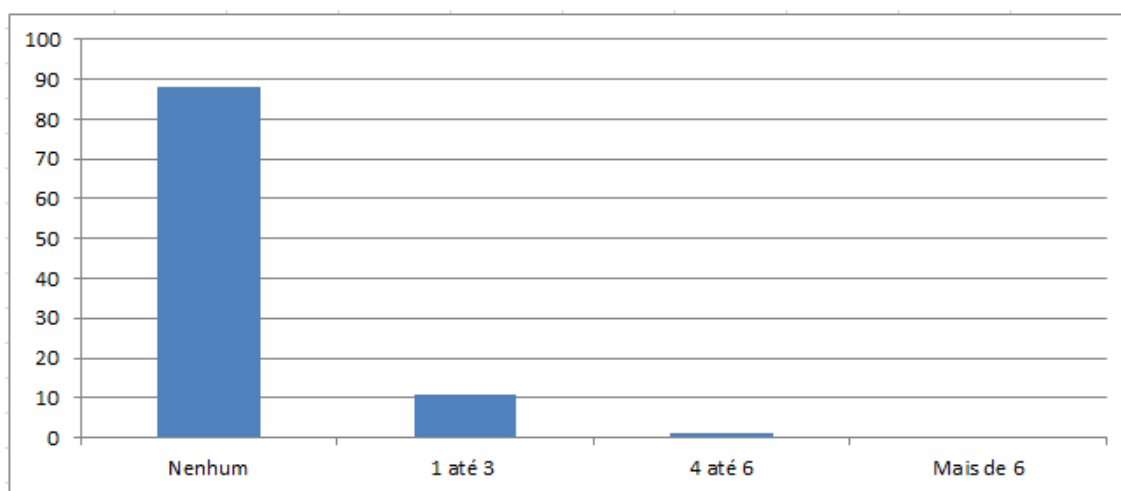
Docentes e Investigadores



Pessoal Não Docente



Utilizadores Externos



Outro dos efeitos identificadores nesta pesquisa, e que reforça o carácter contínuo e mobilizador na prestação do Serviço para Deficientes Visuais, incide na identificação do Perfil de Utilizador. Verifica-se que, uma maioria significativa dos inquiridos 75% (61), não têm no seu perfil de utilizadores Alunos deficientes visuais. Uma margem de 1-3 Alunos é assinalada por 20% (16); com a mesma percentagem de amostra 2% (2) uma margem de 4-6 Alunos e mais de 6.

O dado que revela o “Aluno” utilizador traduz-se num número reduzido [1-3]. O número de estudantes universitários em Portugal, é muito baixo e, se tal facto traduz a realidade, temos que tentar conhecer as causas que levam a esta situação; se o aluno invisual opta por não frequentar, ficando por graus de ensino mais baixos; se as barreiras colocadas são tão difíceis de transpor que desiste dos estudos etc.; ou se opta por não frequentar a biblioteca porque não ver satisfeitas as suas necessidades de conhecimento, porque não encontra formatos alternativos, que possa utilizar para o ajudar no seu percurso académico, assim como tecnologia inclusiva na biblioteca.

No que diz respeito aos Docentes e Investigadores que possam frequentar as Bibliotecas, verificamos 94% (76) de respostas, não há nenhum docente utilizador com deficiência visual. Apenas 6% (5) possuem Docentes e Investigadores numa margem de 1-3 pessoas, com as restantes margens de números de pessoas [4-6] ou [mais de 6] em 0%.

Quando se analisa, a caracterização dos leitores com deficiência visual, o estudo revela uma reduzida frequência dos quatro perfis de utilizadores identificados, Alunos,

Docentes, Pessoal Não-Docente e Utilizadores Externos, aliás, ressalva-se que este estudo não pretende aferir sobre a frequência da utilização do espaço biblioteca, mas sim no número de utilizadores que, por hábito, recorrem à Biblioteca e aos seus serviços, como apoio ao estudo.

Podemos tentar discorrer sobre o porquê destes números. Uma primeira linha de pensamento poderá ter a sua justificativa de que o portador de deficiência visual não atinge ao Ensino Superior e não prossegue a sua carreira estudantil de estudos graduados; outra linha de raciocínio pode relacionar-se com o facto de que, se atinge e finaliza o Ensino Superior não opta pela via do Ensino e da Investigação. Questões novamente relacionadas com a Biblioteca, tal como no caso dos estudantes (falta de acessibilidade, material, recursos e tecnologias) podem levar a um afastamento da unidade documental.

Com uma diferença não muito grande, temos 90% (73) de instituições que não possuem utilizadores Pessoal Não Docentes nas suas Bibliotecas e numa margem de [1-3] com 10% de utilizadores. As restantes variáveis indicam 0%.

Assim, aferimos que o universo de utilizadores com deficiência visual nas Bibliotecas é muito reduzido ou quase inexistente e podemos deduzir que não utilizam as Bibliotecas das suas instituições. Ao relacionarmos os Utilizadores Externos verificamos que 88% (71) responderam “Nenhum”, na escala de [1-3] utilizadores com 11% (9), entre [4-6] com 1% (1) e com mais de 6 utilizadores não se regista com 0%. Os dados recolhidos relativo ao utilizador externo revela-se ligeiramente maior que nas outras tipologias consideradas nos utilizadores internos (Alunos, Docentes, Pessoal-Não Docente). Números igualmente alarmantes recaem sobre Docentes e Investigadores que utilizam o Espaço Biblioteca; 6% das respostas afirmam ter Docentes ou Investigadores invisuais também em número reduzido 1 a 3. O que se pode concluir que em termos de trabalhador/funcionário existe em escasso número nos quadros de pessoal nas instituições.

Atendendo à comparação, analisamos que 9 bibliotecas possuem de 1 a 3 utilizadores e 1 biblioteca com 4 a 6 utilizadores. Não querendo avançar com conclusões precipitadas podemos no entanto tentar compreender este número e pode ser uma explicação viável que o utilizador externo apesar de não ser alunos da instituição têm necessidade de informação e procuram-na e se a utilizam a biblioteca é porque

sabem que as suas necessidades de informação científica, técnica e profissional (não esqueçamos que são bibliotecas universitárias) são satisfeitas.

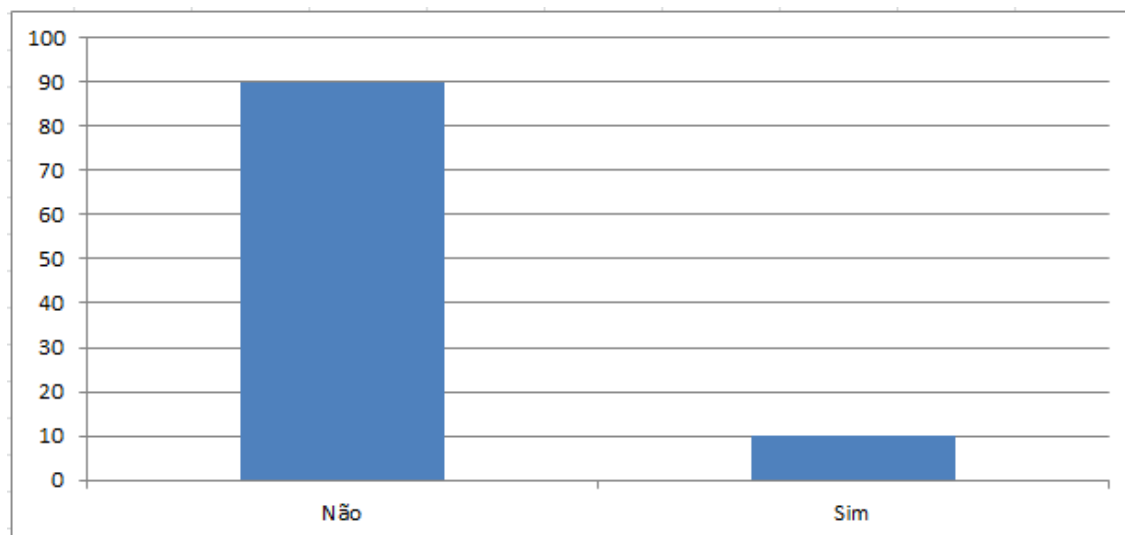
Todavia, tendo em conta as declarações do Diretor da ACAPO, sobre as dificuldades de encontrar números concretos sobre os portadores de deficiência visual e o grau de ensino que frequentam, estes dados podem significar o seguinte: o número de estudantes universitários no Ensino Superior em Portugal é muito baixo e, se tal facto revelar-se verdadeiro temos que tentar aferir o porquê da situação; se opta por não frequentar; se ficam por graus de ensino mais baixos; as barreiras colocadas são tão difíceis de transpor que desistem dos estudos.

Assim, aferimos que o universo, de utilizadores com deficiência visual nas Bibliotecas é muito reduzido, prevalecendo o Aluno em maior número, apesar de ser um dado muito baixo.

III - Serviços para leitores com deficiência visual

Este capítulo irá responder à nossa questão inicial, a existência ou não de um serviço para pessoas portadoras de deficiência visual.

Quadro 11: Se a Biblioteca considera ter um serviço para deficientes visuais.



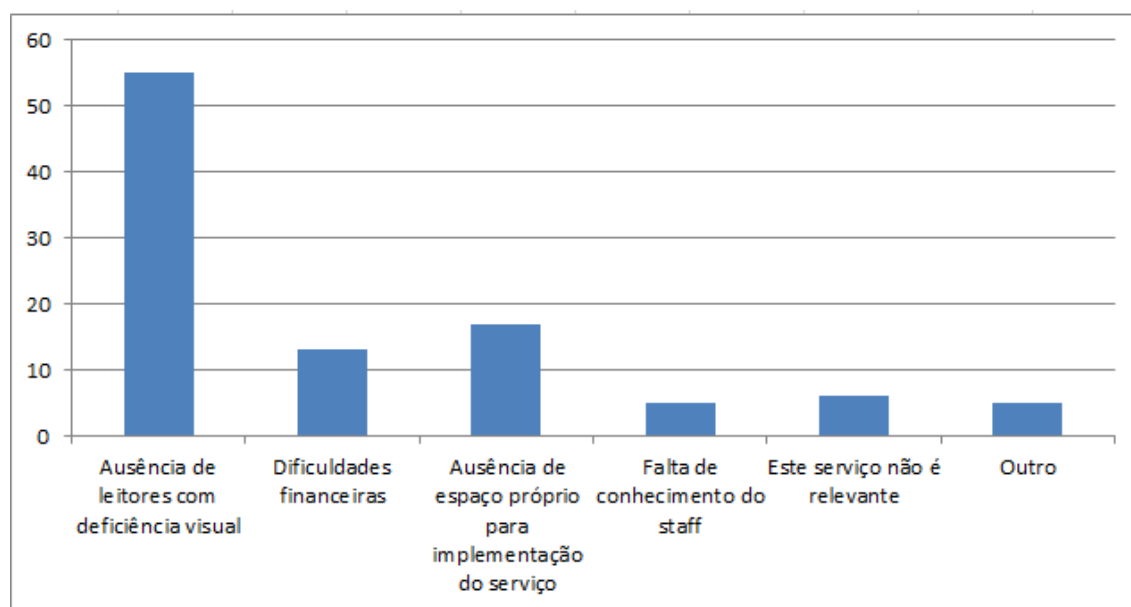
Este gráfico mostra que as Bibliotecas consideram não possuírem um serviço para leitores com deficiência visual. É um dado que vem complementar o número reduzido de utilizadores com deficiência visual.

A partir da análise da percepção do Staff afetado a esta tarefa, podemos observar que na sua maioria dos que responderam Sim (10%), afirmam ter pessoal afeto a este serviço que varia de 1 a 14 pessoas, sendo que uma unidade aponta o número total de funcionários (14 pessoas) como estando aptos para responder às necessidades do utilizador portador de deficiência visual.

Em relação à questão se as bibliotecas consideram ter um serviço para utilizadores deficientes visuais deparamo-nos novamente com números negativos com 90% (73) bibliotecas a optarem pelo Não. O panorama vai-se revelando trágico à medida que os dados são analisados. Em 81 questionários reunidos, enviados às principais instituições um número tão elevado da opção revela uma realidade muito próxima dos países em vias de desenvolvimento.

Das unidades que optaram pelo “Sim” afirmam ter pessoal afeto a este serviço que varia de 1 a 4 pessoas, sendo que uma unidade aponta o número total de funcionários (14) como estando aptos para responder às necessidades do aluno invisual.

Quadro 12: Motivos que justificam a Biblioteca não ter um serviço para leitores com deficiência visual.



Para aferir, quais os motivos que levam a não ter um serviço para deficientes visuais, colocaram-se 5 opções em resposta aberta com opção *Outro*.

Considerando se a Biblioteca tem um serviço para leitores com deficiência visual, verifica-se que a explicação mais adequada é a de, ausência de leitores com deficiência visual 55%, o que por sua vez justifica as elevadas percentagens de respostas “nenhum” aquando da tipologia e número de leitores (aluno; docentes e investigadores; pessoal não docentes; utilizadores externos) portadores de deficiência visual. Seguido de que 17% responderam que não dispõem de espaço próprio para implementação do serviço, sendo que as dificuldades financeiras ocupam o terceiro lugar dos indicadores mais pontuados com 13%. Destacamos os indicadores das restantes respostas, por ser pertinente o seu conhecimento:

4º - Este serviço não é relevante – 6%

5º - Falta de conhecimento do staff – 5% e “Outro” – 5%

Quanto a “*Outro*” temos a salientar as respostas por:

“Dada a especificidade do curso”

“Visita ocasional de um utilizador externo invisual que vem acompanhado pelo seu monitor que o ajuda nas diversas tarefas”

“Ainda não foi necessário”

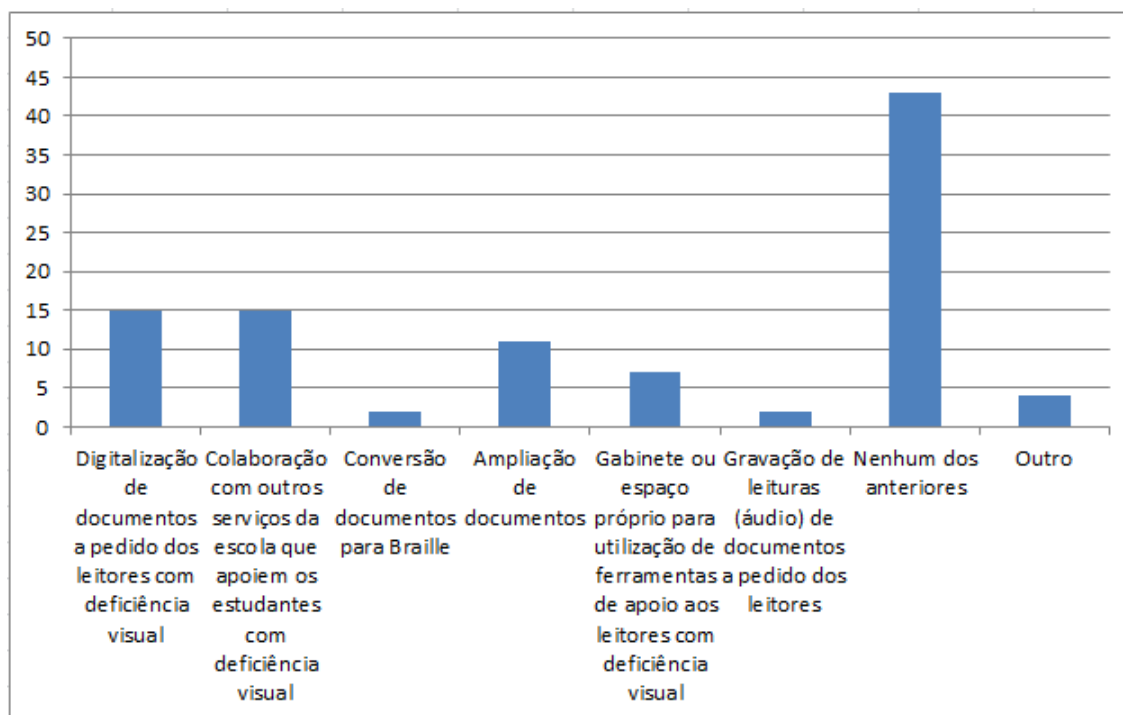
“A formação dos colaboradores ter tido início este ano letivo”

Sendo numa percentagem de 6% a responder “ Este serviço não é relevante”, tratando-se de um valor reduzido não deixa de ser péssimo esta perceção, o que pode suscitar discriminação e ausência de preocupação em satisfazer a oferta de serviços a todos os utilizadores. Quanto às razões explicativas da ausência de serviços por parte das bibliotecas, 55% (60) optaram pela ausência de leitores com deficiência visual. Quanto às razões explicativas da ausência de serviços por parte das bibliotecas, 55% (60) optaram pela ausência de leitores com deficiência visual. Mais uma vez podemos extrapolar sobre o real número de estudantes universitários nas nossas instituições; sobre se são frequentadores ou não das bibliotecas e os porquês da não utilização. Mais um número drástico revelado; 17% (19) responderam a falta de um espaço próprio; aqui poderemos remeter para o Estatuto NEE e a sua falta de aplicação; não aplicação da legislação atitudes discriminatórias e passíveis de provocar exclusão escolar e social.

Dos 13% (14) das respostas incidem no fator económico (talvez aquele que esperávamos que estivesse no topo das respostas e isto é importante, a falta de orçamento deveria, na nossa realidade ter uma expressão mais significativa) ou seja dificuldades financeiras para concretizar a implementação de um serviço especial não é o fator de peso.

Salientamos ainda nesta questão o fato de 6% (6) das respostas considerarem, o serviço como não relevante. Poderá prender-se com o fato de terem poucos ou nenhum utilizador, mas também pode relevar uma atitude distante reveladora de pouca sensibilidade para os portadores de deficiência visual que têm à luz da lei todos os direitos que um cidadão visual tem.

Quadro 13: Serviços disponibilizados pela Biblioteca



Neste parâmetro podemos verificar que das seis hipóteses de respostas apresentadas, “Nenhum dos anteriores” obteve 43%, o maior indicador, que corresponde a 52 instituições. O segundo e terceiro dado com mais valores foram: Com igual percentagem 15% – Digitalização de documentos a pedido dos leitores com deficiência visual e a colaboração com outros serviços da escola que apoiem os estudantes com deficiência visual, que corresponde a 18 instituições.

Ao verificar que 15% disponibilizam a digitalização e colaboram com outros serviços da escola é um dado relevante e animador.

O terceiro dado com maior recolha de resposta, 11% - Ampliação de documentos, que equivale a 13 instituições. Podemos aqui concluir a presença de amblíopes, sendo a ampliação o formato usual para a recuperação da informação.

Com dados mais baixos temos a existência de gabinete ou espaço para utilização de ferramentas de apoio aos leitores com deficiência visual com 7% (9); a seguir a conversão dos documentos em Braille e a gravação de leituras áudio com 2%, que corresponde a 3 instituições, que revela um baixo do formato Braille e deduzimos também uma reduzida apetência por parte dos utilizadores nesta escrita e leitura. A gravação, este formato requer uma voz e normalmente é executada por voluntários. São dados baixos sem dúvida, mas atendendo que este público-alvo também é reduzido.

Verificando-se que 4% (5) na opção *Outro*, tendo como respostas:

“Computadores preparados com software Celia Eyes para cegos.”

“Os serviços são eventuais porque nunca foram solicitados.”

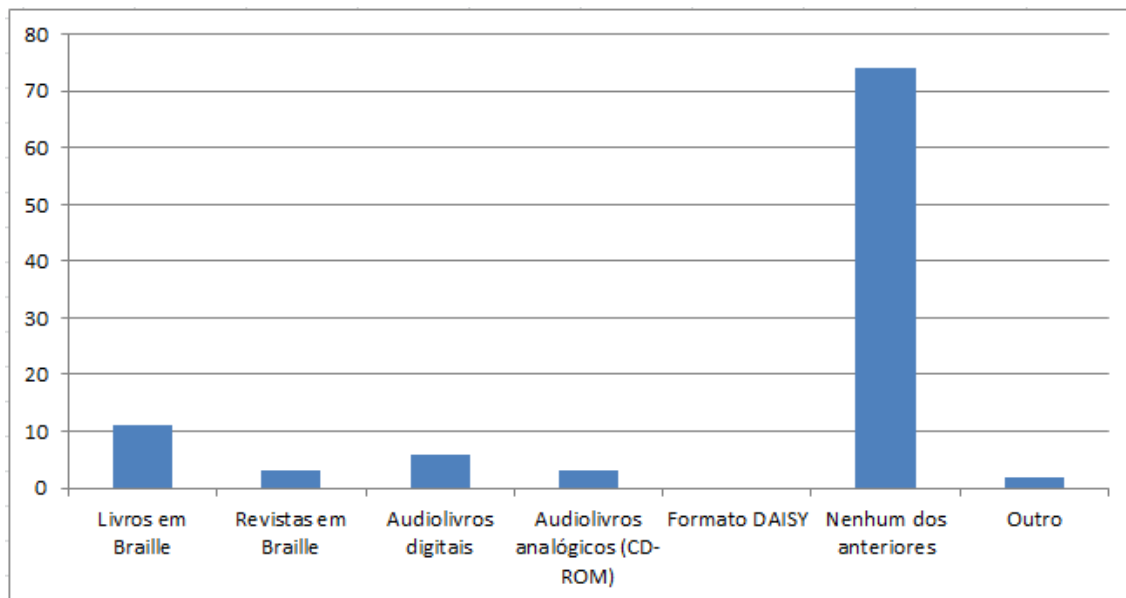
“Fazemos o empréstimo de livros normalmente e é a instituição que presta apoio ao deficiente visual que converte os documentos em Braille ou proceda à ampliação dos mesmos.”

“A Universidade tem um serviço ao qual poderemos recorrer em caso de necessidade.”

Das hipóteses de escolha apresentadas, Digitalização de documentos; colaboração entre departamentos da escola, Conversão de documentos para Braille, Ampliação de documentos, Gabinete próprio para utilização de ferramentas tecnológicas de apoio à leitura; Gravação de leituras pedidas pelos leitores, Nenhum dos anteriores e por fim uma opção aberta para “Outro” o maior número de respostas inciduiu sobre Nenhum dos anteriores. Todos os serviços, considerados essenciais não encontram expressão nas nossas bibliotecas. Dos apresentados a digitalização dos documentos e a colaboração com outros serviços da escola têm maior número de respostas, seguidos pelo serviço de ampliação. São poucos serviços, dispersos pelo

Campus e a Biblioteca deveria ter um papel centralizador e preponderante no acesso à informação.

Quadro14: Tipo de documentos que disponibilizam



Os tipos de documentos disponibilizados, conforme a lista apresentada são na sua maioria “Nenhum dos anteriores” com 74% (66), apenas 11% (10) com livros em Braille, verificando-se 6% (5) de respostas com audiolivros digitais, os audiolivros analógicos (CD-Rom) com 3% (3). Sendo a opção *Outro* com 2% (2), das quais podemos referir os seguintes comentários:

“Livros com ilustração em relevo.”

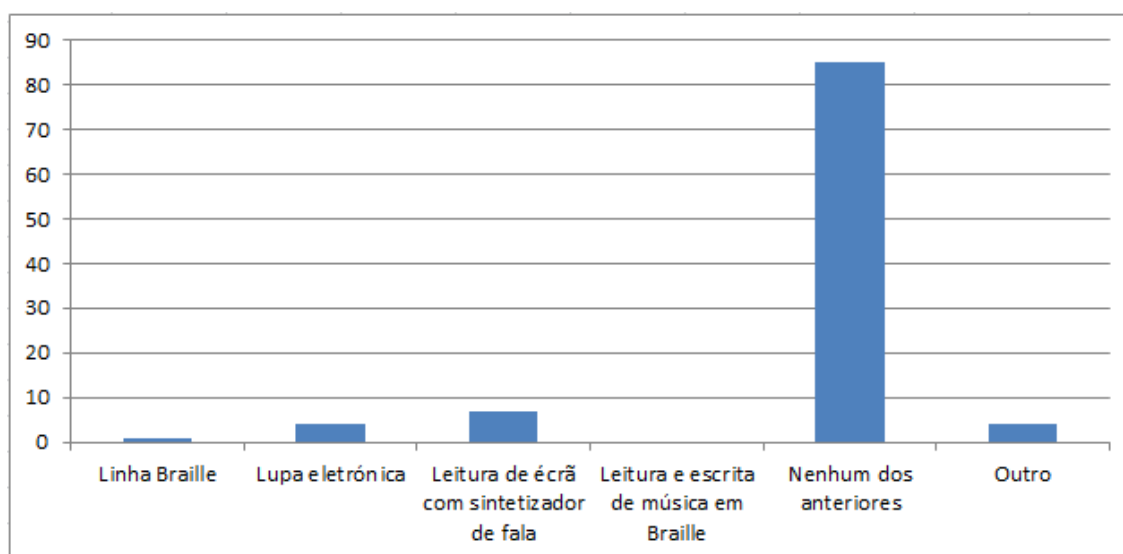
Das hipóteses de resposta apresentadas (Livros em Braille, Revistas em Braille, Audiolivros digitais, Audiolivros analógicos, Formato DAISY, Nenhum dos anteriores e um espaço em aberto para Outros, a opção que reuniu o maior número de respostas foi a opção Nenhum dos anteriores com 74% (66) das respostas. É um dado assustador porque os materiais necessários para apoio da leitura e acesso à informação não estão devidamente disseminados nas nossas bibliotecas! Torna-se ainda mais inquietante porque na opção *Outro* surge o livro com ilustrações em relevo, que poderá ser usado em desenho, cartografia, formas geográficas. Das restantes o Livro em Braille é a que reúne maior número de respostas, seguido dos audiolivros digitais, mas com votações pouco expressivas.

Existem de fato várias lacunas no sector dos serviços e ao nível dos recursos as fragilidades também são inúmeras.

Surpreendentemente o Formato DAISY, reconhecidamente o formato mais desenvolvido e apreciado pelos deficientes visuais, parece não ter grandes adeptos entre as bibliotecas universitárias portuguesas. Mas se é este considerado o formato do futuro e aquele que as bibliotecas de referência estrangeiras optam por disponibilizar, porque não existem interessados entre os nossos bibliotecários? Desconhecimento? Dificuldades orçamentais? Fica por apurar o porquê desta opção não ter reunido qualquer resposta.

A ausência de resposta a recair no formato DAISY, gera a afirmação de que não houve participação das bibliotecas cooperantes do BAES ou da GTAEDS.

Quadro 15: Se a Biblioteca está equipada com os seguintes adaptadores de *software*.



Através do gráfico, podemos observar que, em termos globais, as Bibliotecas não estão equipadas com adaptadores de *software*, segundo a lista apresentada. A maioria respondeu “Nenhum dos anteriores”, enquanto a opção *Outro* com 4% respondeu:

“Não sei.”

A utilização dos adaptadores de leitura de ecrã com sintetizador de fala 7% (6), demonstra uma preferencia pelo som em comparação com o uso da linha Braille com 1% . A lupa eletrónica com 4% (3), o que demonstra a presença de ambliopes ou pessoa

com reduzida visão. Quanto à música, parece ser importante a existência de *software* destinado a esse fim numa biblioteca, se for especializada na matéria. Caso seja, existem programas que permitem a leitura e criação de pautas musicais, devendo fazer parte da descrição efectuada acima.

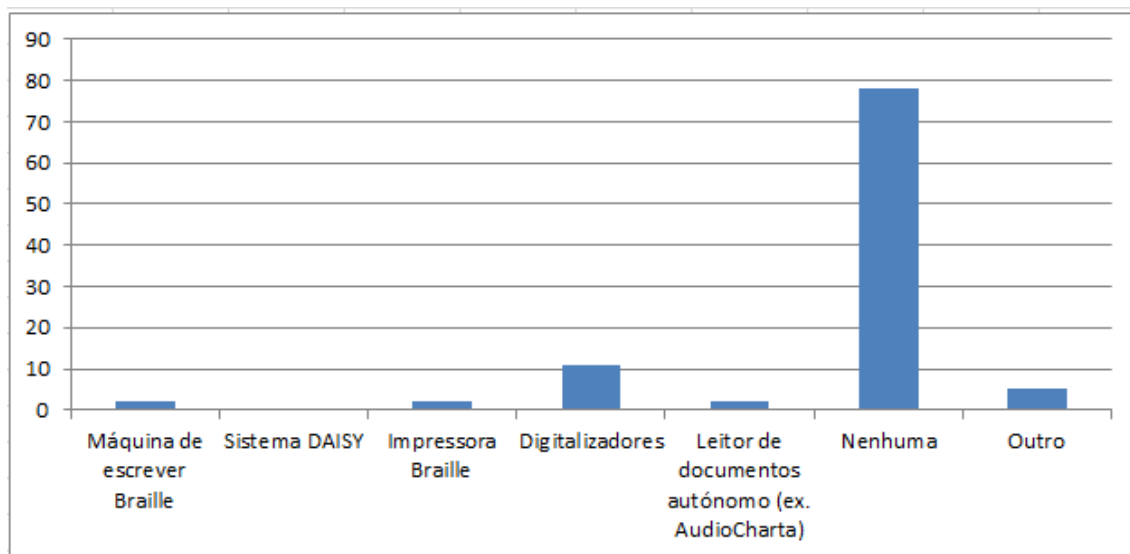
As tecnologias da informação inclusivas parecem, também, ser uma realidade distante com a opção “Nenhuma das anteriores” a ser a opção mais escolhida por 72 instituições. A falta destes adaptadores pode implicar a falta de acesso à informação. É necessário investimento para que ninguém fique de fora!

Segundo o informático, Fernando Santos da ACAPO, “as adaptações dos postos de trabalho para pessoas portadoras de deficiência visual dependem, por um lado das tarefas que essas mesmas pessoas se propõem desenvolver nesses postos de trabalho, por outro, do tipo de deficiência que os utilizadores têm.

Por exemplo um posto de trabalho que se destina a efectuar navegação na Internet, provavelmente poderá dispensar uma linha Braille. Obviamente que na existência de uma, esta será um complemento ao sintetizador de voz, contudo não é fundamental a sua existência.

Se o posto de trabalho for utilizado por uma pessoa amblíope, poderá ter um software de ampliação com voz ou sem ela. A voz funciona como complemento da ampliação, contudo não é fundamental a sua existência. A linha Braille é indicada para trabalhos em que o utilizador tem que se certificar, por exemplo, que o texto está correto (o som das letras m e n é parecido podendo levar a erros se existir apenas voz).

Quadro 16: Ferramentas que a Biblioteca disponibiliza para satisfazer as necessidades dos deficientes visuais.



Conforme se pode observar no esquema, uma grande percentagem das Bibliotecas inquiridas diz que nenhuma das ferramentas da lista é usada para satisfazer as necessidades dos leitores deficientes visuais. Segue-se os que dizem usar os digitalizadores 11% (9). Na opção *Outro* com 5% (4), dizem:

“Não sei.”

“A Universidade tem um serviço ao qual poderemos recorrer em caso de necessidade.”

“Pc com Windows Eyes.”

O uso de impressora Braille e leitor de documentos autónomo (ex. audioCharta) obtiveram 2% que corresponde a 2 instituições. Continuamos com um reduzido uso do formato Braille.

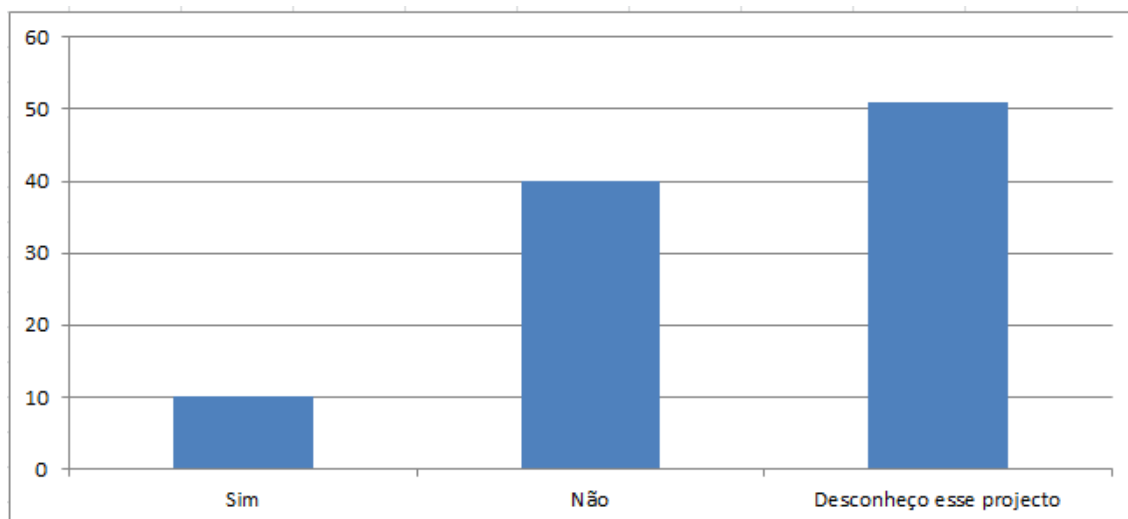
Atendendo à informação do informático da ACAPO, poderemos definir, como adaptação genérica, para uma estação de trabalho a utilizar numa biblioteca, o seguinte:

1º Computador;

2º Leitor de ecrã (se for espectável a visita de pessoas cegas); 3º Ampliador de ecrã (se for espectável a visita de amblíopes); 4º Linha Braille (depende da existência de um leitor de ecrã); 5º Impressora Braille (se o objectivo for a impressão em Braille de conteúdos); 6º Programa de tratamento de texto para Braille (se existir impressora

Braille); 7º Scanner (se o objectivo for a digitalização de conteúdos) 8º Ocr (caso exista scanner, fará o reconhecimento de texto); 9º Lupa electrónica de secretária (se for espectável a visita de amblíopes);

Quadro13: Participação no Projeto Biblioteca do Ensino Superior (BAES).



Quanto ao conhecimento da existência do projeto BAES, a tendência de resposta mantém-se no “Desconheço esse projeto” com 51% (41), seguindo-se *NÃO* com 40% (32), apenas 10% (8) *SIM*. É de referir que algumas das bibliotecas que dizem desconhecer este projeto pertencem a uma das instituições cooperantes do projeto BAES.

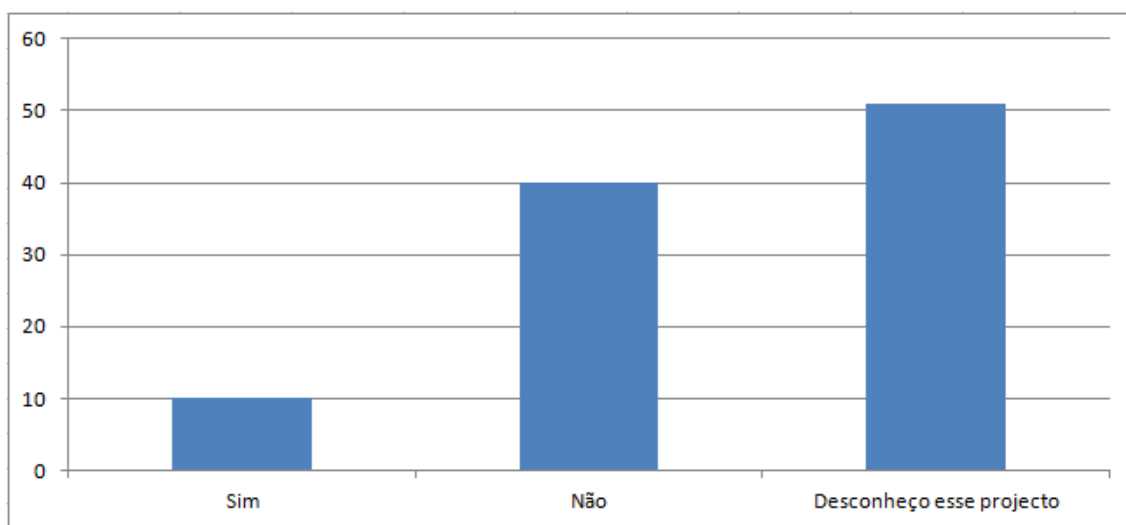
É de relembrar que a BAES (Biblioteca Aberta do Ensino Superior), é uma biblioteca com conteúdos acessíveis on-line (<http://baes.up.pt>). Resulta da parceria entre nove Instituições de Ensino Superior Público e constitui-se pela articulação de três grandes áreas: produção de informação, acesso à informação e partilha de informação. Sendo a BAES destinada a alunos com Necessidades Educativas Especiais, os interessados terão que pedir acreditação junto de um dos parceiros do projeto de modo a terem acesso aos conteúdos. Tratando-se de uma biblioteca que trabalha especificamente para os alunos com necessidades especiais, a falta de conhecimento deste projeto reúne maior número de respostas do que seria desejável, 51%. O Não reúne 40% e o SIM reúne, apenas 10%.

Denota falta de informação por quem tem responsabilidades acrescidas; deve apelar-se à cooperação institucional sempre que possível; se desconhecemos o projeto

não podemos aderir e ao não aderir estamos a dificultar, ainda mais, o percurso universitário dos alunos. A nosso ver é um dado demasiado perturbador e que ajuda a caracterizar e a descrever a realidade portuguesa.

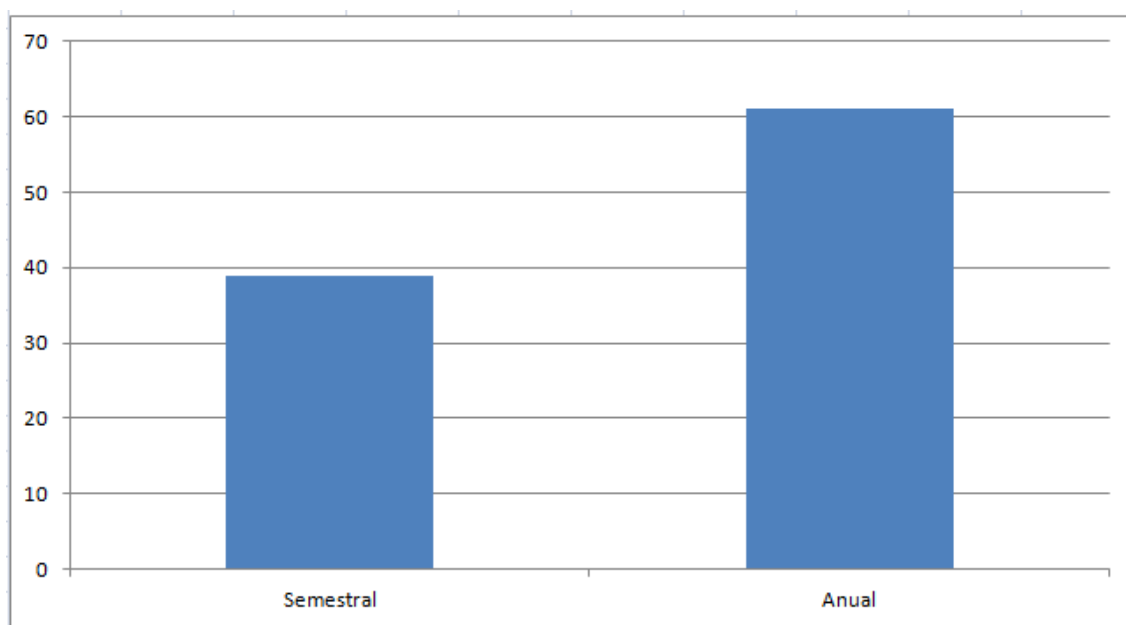
Espera-se que as 10% que participam no projeto façam pleno uso das suas potencialidades.

Quadro14: Disponibilização da bibliografia por parte dos Docentes.



Mais de metade com 61% (43) das Bibliotecas revela que o corpo docente não disponibiliza a bibliografia das unidades curriculares à Biblioteca, enquanto 39% (28) disponibiliza a bibliografia. Esta questão não é específica, isto é, permite-nos salientar que estes dados podem suscitar dúvidas, visto a questão ser feita no geral e não especificando apenas para docentes com alunos com deficiência visual.

Quadro 15: Periodicidade da facultação da bibliografia das unidades curriculares.



Dos 39% de instituições que recebem bibliografia dos docentes, numa periodicidade semestral temos 67% (20) dos respondentes e 33% (10) refere numa periodicidade anual.

O trabalho deve ser constante e estar ligado entre departamentos especiais, bibliotecas e docentes. Ao disponibilizar a bibliografia à biblioteca proporciona tempo de preparação para a aquisição, empréstimo de recursos para estarem habilitados para responder às necessidades dos alunos. Responder atempadamente, para não se sentirem excluídos.

Quanto à periodicidade com que é disponibilizada, sendo semestral a mais escolhida também não ajuda a uma planificação para obtenção de recursos. A bibliografia anual facilita o trabalho às bibliotecas e permite planificação e resposta atempada. A bibliografia é um dos elementos fulcral na Política de Aquisição, trabalho deve ser constante e estar ligado entre departamentos especiais, bibliotecas e docentes. Os bibliotecários neste estudo estão sensibilizados para este auxílio na seleção das coleções, contudo consideramos que estes dados não são passíveis de serem ponderados.

4.2 Análise dos dados recolhidos por entrevista

Não sendo este o instrumento de estudo principal deste trabalho, realizámos a transcrição das entrevistas e o respetivo conteúdo foi analisado de forma simples com um carácter básico de informação. Neste sentido, a análise centrou-se na apresentação dos serviços, nas políticas de trabalho, recursos financeiros e estatísticas.

4.2.1 Associação dos Cegos Amblíopes de Portugal

Nesta entrevista procurou-se conhecer os objetivos e atividades da associação no âmbito do ensino, especificamente na existência de um serviço que disponha documentação para apoio nos estudos da comunidade universitária. Esta apresentação teve a participação do Senhor Diretor da ACAPO, o Dr. Peter Colwell.

ACAPO

Categoria	Unidade de registo	Unidade de contexto
Dados estatísticos sobre pessoas com deficiência visual	Quem recolhe os dados?	Os dados são fornecidos pelos Censos.
	Nº total de pessoas cegas e amblíopes?	Estes dados não são fáceis de retirar e não são fiáveis, pois dependem das questões dos Censos e da responsabilidade e sinceridade das pessoas. Existe mais ou menos 26 mil pessoas cegas e amblíopes mais ou menos 897 mil (Census 2011).
	Nº total de estudantes universitários com deficiência visual?	Em Portugal não é fácil quantificar o número de jovens com idade escolar.
Financiamento/Apoio	Existe um apoio financeiro do Estado?	É uma associação que depende do seu orçamento e das cotas dos seus associados, que tem vindo gradualmente a aumentar, sendo o apoio do Estado muito reduzido.
Informação e documentação	Que tipo de informação é produzido?	Interage na elaboração dos Censos, documentação institucional e de outros interesses em escrita Braille, políticas e sinalização para pessoas deficientes visuais.
Cooperação	A ACAPO coopera com instituições de ensino?	Com o ensino, a associação não tem qualquer tipo de parceria com o Estado ou com delegações e escolas.
		O seu apoio é apenas a nível individual, tanto para escolas, professores como para alunos.
		Assegurando o desenvolvimento da formação dos professores, na atualização dos manuais escolares e sua entrada prévia no estabelecimento de ensino – início do ano letivo. Sendo este contato individual, depende da boa vontade e do interesse do professor para preencher as lacunas.

Auxílio nas necessidades académicas.	O aluno universitário pode a partir da ACAPO obter auxílio nas suas necessidades académicas?	Não. A Biblioteca Nacional tem o primado de disponibilizar a oferta do documento aos leitores em formato braille ou áudio.
--------------------------------------	--	--

É uma associação que depende do seu orçamento e das cotas dos seus associados, que tem vindo gradualmente a aumentar, sendo o apoio do Estado muito reduzido.

Segundo o Diretor da ACAPO, em Portugal não é fácil quantificar o número de jovens com idade escolar. Encontramos nos Censos, dados de pessoas com deficiência visual, por idades na população geral, não especificando números relativos aos graus de ensino diferenciados. Estes dados não são fáceis de retirar e não são fiáveis, pois dependem das questões dos Censos e da responsabilidade e sinceridade das pessoas. Salienta que, presume-se, que em Portugal exista mais ou menos 26 mil pessoas cegas e amblíopes mais ou menos 897 mil, segundo os Censos 2011.

Quanto ao âmbito de cooperação com o ensino, a associação não tem qualquer tipo de parceria com o Estado ou com delegações e escolas; o seu apoio é apenas a nível individual, tanto para escolas, professores como para alunos.

Atualmente e desde há vários anos, o Estado detém a custódia do ensino dos deficientes visuais. Contudo a ACAPO intervém na chamada de atenção assegurando o desenvolvimento da formação dos professores, na atualização dos manuais escolares e sua entrada prévia no estabelecimento de ensino – início do ano letivo.

Sendo este contato individual, depende da boa vontade e do interesse do professor para preencher as lacunas. Devido às reformas educativas e da organização das escolas, tem sido difícil nos últimos anos, formalizar uma formação contínua com horários acessíveis e benéfica aos professores e coordenadores. A reduzida carga horária estabelecida pelo Ministério da Educação às escolas para as formações da ACAPO levou a associação a estabelecer estratégias mínimas adequadas para cada grupo de formandos e às necessidades do estabelecimento de ensino, prevalecendo sempre o ensino em vários formatos e acesso a tudo em que o aluno possa escolher.

Não é obrigatório o ensino do Braille no 1º Ciclo (Primário). Alguns alunos com deficiência visual aprendem ler e escrever as letras convencionais (que podemos chamar texto a negro ou alfabeto romano ou texto impresso) e outros aprendem o Braille. A

opção é feita pelos professores em conjunto com os pais. Existem pessoas com pouca visão que necessitam de ampliação e o seu método de ensino-aprendizagem é ler com a visão e não com os dedos. O deficiente visual pode escrever com caneta, no computador, com linha braille e a sua leitura ser em braille, áudio ou ampliada.

A elaboração dos documentos em braille é da responsabilidade do Centro de Produção Documental, sita nas instalações da ACAPO em Chelas e é responsável pela produção de documentos internos e de serviço comercial. Este último acarreta custos para quem o solicita, neste caso o cliente, por definição um serviço comercial implica custos. O importante é que o cliente da ACAPO é a entidade que opta para fornecer informação em braille. Os clientes/utentes não pagam mais para receber a informação em braille. Por exemplo os clientes da EDP podem pedir a fatura em braille e não pagam uma taxa adicional.

São produzidos tanto a nível privado como empresarial, como por exemplo roteiros (como por exemplo roteiro do Centro Cultural de Belém).

Na produção de livros raramente é solicitada a colaboração da ACAPO. A Biblioteca Nacional tem o primado de disponibilizar a oferta do documento aos leitores em formato braille ou áudio. Desta forma a associação não vê a necessidade de competir com a BN, contudo dispõe de uma pequena biblioteca na Delegação de Lisboa e também um pequeno núcleo na Delegação de Viseu.

Pese embora a nível comercial exista um grande número de obras de literatura de lazer publicadas em braille e áudio, nas temáticas referentes às áreas científicas a sua produção é reduzida.

Contudo nem tudo o que é literatura e *best seller* está em formato acessível para um leitor deficiente visual, por exemplo a coleção do *Harry Potter* que teve várias edições impressas mas nenhuma em formato braille.

A grande lacuna na produção de obras em braille ou áudio é a inexistência ou a insuficiente coordenação e comunicação entre quem produz e quem trabalha nas bibliotecas ou ao serviço com leitores com deficiência visual. Quanto a livros académicos a associação também não intervém a esse nível deixando a sua produção e oferta a cargo do serviço de documentação para deficientes visuais na Faculdade de

Letras da Universidade de Lisboa e o serviço de documentação da Caixa Geral de Depósitos em Lisboa.

A ACAPO tem a noção que um documento em braille ocupa muito espaço o que dificulta e leva ao desinteresse na sua produção e por substituição, o formato áudio é eleito com mais frequência, devido à sua redução de espaço, capacidade e peso.

Financeiramente a associação não tem capacidade de cooperar a todos os níveis com o ensino superior e as bibliotecas. Apesar da associação estar inserida no edifício da FCCN, que financia a inovação, não existe colaboração entre as duas instituições.

De uma forma geral, nesta entrevista verificou-se que a ACAPO não é um meio de intervenção no apoio aos recursos documentais dos estudantes do ensino Superior. Tem, sem dúvida, um papel importante na formação profissional das pessoas com deficiência visual e professores do ensino especial, contudo o seu âmbito, não abrange a produção de livros e documentos de apoio aos estudos e não coopera com as bibliotecas.

4.2.2 Universidade de Estocolmo

Nesta pesquisa procurou-se recolher dados, que demonstram uma realidade com pouca semelhança com o nosso mundo académico. Trata-se de uma recolha de dados feita à coordenadora do Departamento Nacional para Apoio a Estudantes com Deficiência na Universidade de Estocolmo, Dra. Monica Svalfors – monica.svalfors@su.se

Categoria	Unidade de registo	Unidade de contexto
Departamento responsável.	Qual é o departamento responsável pelos serviços para deficientes visuais?	As Instituições de Ensino Superior são responsáveis pelo acesso em toda a área do campus.
		Através do Coordenador do Departamento para Alunos com Deficiência.
		As Universidades estão atentas à legislação nacional no que se refere à política de apoio a pessoas com deficiência.
Organização e planificação.	Quem organiza e planifica o serviço?	A organização e planificação do serviço são elaboradas pelos coordenadores e pelos professores antes do início de cada ano letivo.

Recursos.	Recursos usados para o acesso ao documento?	Por lei todas as bibliotecas incluindo as bibliotecas universitárias têm que ter autorização do governo para fazer o download dos livros sonoros na LEGIMUS e gravar os arquivos em um CD-ROM para a concessão de empréstimos.
		A biblioteca principal da Universidade de Estocolmo oferece duas salas com computadores adaptados. Um deles está disponível livremente, a outra precisa de um cartão de entrada válido que será facultado pelo coordenador.
Tempo de resposta.	Tempo de acesso à documentação.	O acesso à informação solicitada é feito na altura.
		No catálogo LEGIMUS pode-se fazer o pedido de empréstimo.
Avaliação do serviço e satisfação dos utilizadores.	Fazem avaliação do serviço, através de algum inquérito?	Não é feito nenhum estudo ou avaliação estatística direcionada especialmente para pessoas com deficiência visual.
		É apresentado uma estatística anual do número de alunos com deficiência que recorreram aos seus coordenadores, através do site da universidade.
		A avaliação da satisfação não é feita como regra.

Na Suécia, as Instituições de Ensino Superior são responsáveis pelo acesso aos serviços para deficientes visuais. Isto inclui as bibliotecas universitárias e os seus serviços, através do Coordenador do Departamento para Alunos com Deficiência. As Universidades estão atentas à legislação nacional, no que se refere à política de apoio a pessoas com deficiência.

Existe uma interligação com os estudantes e os seus coordenadores, em contato com os professores e conselheiros e, por vezes, com o pessoal administrativo dos departamentos de estudo e com os bibliotecários nas bibliotecas universitárias.

Este serviço tem o apoio da Agência Sueca de Acessibilidade e Imprensa (MTM – Myndigheten för Tillgängliga Medier) ou antiga TPB- (Livro Falado e Braille) e recorre aos suportes de Tecnologia e Informação, em geral através de acesso ao *software* para a escrita, ortografia e edição de textos, discurso síntese, etc. e apoio geral na escrita académica para todos os alunos. É também através do catálogo da MTM, o LEGIMUS, que se tem acesso à bibliografia existente em formato sonoro.

A organização e planificação do serviço são elaboradas pelos coordenadores e pelos professores antes do início de cada ano letivo para toda a comunidade académica com deficiência visual no campus. Por lei todas as bibliotecas incluindo as bibliotecas universitárias têm que ter autorização do governo para fazer o *download* dos livros sonoros na LEGIMUS e gravar os arquivos em um CD-ROM para a concessão de empréstimos. Desta forma, o tempo de resposta ou, por assim dizer, o acesso à informação solicitada é feito na altura graças à planificação das tarefas e é um serviço de acesso livre e em rede.

O livro falado e braille servem as pessoas com dificuldades de leitura (dislexia, visão ou mobilidade deficientes) que estudam em universidades suecas. A biblioteca oferece cursos de literatura em formatos alternativos, como o livro de falar, e-texto, texto em braille ou ampliada. Também adapta a literatura de curso de línguas estrangeiras e pode organizar empréstimos inter-bibliotecas. Esses empréstimos são administrados pela biblioteca da universidade e são gratuitos.

A biblioteca principal da Universidade de Estocolmo oferece duas salas de recursos. Um deles está disponível livremente, a outra precisa de um cartão de entrada válido que será facultado pelo coordenador. Cada sala de recursos tem uma mesa para 2-3 pessoas e uma mesa de computador com um PC. Há também CD-burners/DVD-readers com Roxio Easy Creator e microfone instalados. Uma das salas tem um scanner com software de digitalização. Encontram-se disponíveis fones que são levantados no balcão de informação da biblioteca e é sempre possível a impressão.

Não é feito nenhum estudo ou avaliação estatística direcionada especialmente para pessoas com deficiência visual. É apresentado uma estatista anual de alunos com deficiência que recorreram aos seus coordenadores, através do *site* da universidade. O coordenador durante a execução das suas tarefas verifica se conseguiu dar resposta aos pedidos solicitados.

	2012		
	Kvinnor	Män	Antal
Dyslexi/specifika läs och skrivsvårigheter	3 274	1 665	4 939
Studenter med synnedsättning	177	117	294
Studenter med rörelsehinder	402	182	584
Döva/teckenspråkiga studenter (med tolk)	106	28	134
Studenter med kognitiva svårigheter/funktionshinder	1 112	831	1 943
Studenter med hörselnedsättning (utan tolk)*	126	67	193
Studenter med andra tillstånd/hinder	384	145	529
Summa	5 581	3 035	8 616
Övriga studenter och forskarstuderande som samordnaren känner till genom att ha kontaktats och konsulterats av lärare och vägledare m.fl.	436	332	768
Summa	6 017	3 367	9 384

O Departamento para Alunos com Deficiência da Universidade de Estocolmo no ano de 2012, teve alunos 177 mulheres com deficiência visual e 117 homens com deficiência visual. Dos alunos que estão incluídos nas estatísticas de 2012, 17 eram alunos de doutoramento, 11 mulheres e 6 homens.⁵

4.2.3 Agência Sueca de Acessibilidade e Imprensa

Com esta pesquisa de dados, pretendeu-se dar uma visão específica de uma entidade ímpar na prestação do serviço para pessoas com deficiência visual e deficiência na leitura de textos impressos. A entrevista foi cedida pela responsável pela inter-relação com as Bibliotecas universitárias, Dra. Pia Hasselrot – pia.hasselrot@mtm.se

Categoria	Unidade de registo	Unidade de contexto
Serviços prestados	Para quem prestam o serviço?	Para as bibliotecas locais e universitárias mediante um pedido de autorização, cedida pela MTM.

⁵ **LEGENDA** - Kvinnor=mulheres; Män=Homens; Antal=Total

Studenter med synnedsättning=Alunos com deficiência visual –

VER página da Universidade de Estocolmo <http://www.studeramedfunktionshinder.nu/statistik.htm>

		Todo o material cedido é gratuito.
Cooperação com as Bibliotecas	Porquê as Bibliotecas?	A MTM é a agência nacional responsável pela gestão dos empréstimos de livros sonoros às bibliotecas.
		MTM é um membro da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias, IFLA (Bibliotecas para a seção de Cegos).
		Membro do Consorcio DAISY.
Financiamento	Quem financia?	É um órgão do governo e inteiramente financiada pelo governo.
Meio de acesso	Como o utilizador tem acesso aos documentos?	Através do catálogo LEGIMUS, é um projeto cooperativo, coordenado pelo MTM.
		As bibliotecas cooperam com a MTM e trabalham em rede com o catálogo LEGIMUS, o catálogo Web para Livros Daisy (livros sonoros).
Tipo de material	Produce apenas livros?	Não, produz principalmente livros sonoros. Também artigos e capítulos de livros em Braille.
Missão	Qual o objetivo e missão?	Fornecer o acesso de materiais impressos e áudios para as pessoas com deficiência visual, outras deficiências e problemas de dislexias.
		A missão da MTM é produzir e emprestar livros sonoros e livros em braille, disponível
		em 53 línguas, incluindo o português
Avaliação	Fazem inquéritos de satisfação do serviço às bibliotecas?	Não, durante o processo de empréstimo é confirmado se o serviço foi prestado.

Através da entrevista com a responsável pelo departamento de Relações Interbibliotecas Universitárias, Pia Hasselrot fomos conhecer a instituição que fornece os documentos sonoros na Suécia, a Agência Myndigheten för Tillgängliga Medier.

A primeira biblioteca para cegos na Suécia, foi fundada em 1892, através da iniciativa de uma associação filantrópica Braille. No início essas atividades foram realizadas, inteiramente, numa base voluntária e continuou da mesma forma, após a Associação Sueca dos Cegos assumir o comando da biblioteca em 1911.

No ano de 2005, a Biblioteca Sueca de Livros Falados e Braille (TPB) comemorou o 50º aniversário do livro. O primeiro rolo de gravação em fita magnética foi produzido em 1952. Na década de 1970, deu-se o início da cópia de livros falados em cassetes.

A 1 de Janeiro de 2013, a Biblioteca Sueca de Livros Falados e Braille (TPB), passou a ser designada Agência Sueca de Acessibilidade e Imprensa (MTM –

Myndigheten för Tillgängliga Medier) e é um órgão do governo integrado no Ministério da Cultura.

Os primeiros livros sonoros, designados, MARGARIDA, em CD-ROM, foram transferidos para DAISY de fita analógica em 1996. Desde 2001, que Agência Sueca de Acessibilidade e Imprensa a antiga TPB é membro do Consorcio DAISY e os seus documentos passaram a ser livros falados em formato DVD.

A MTM é um órgão do governo e inteiramente financiada pelo governo que, em colaboração com as bibliotecas locais e universitárias, fornece acesso a materiais impressos e áudios para as pessoas com deficiência visual, outras deficiências e problemas de dislexias.

A missão da MTM é produzir e emprestar livros sonoros e livros em braille, disponível em 53 línguas, incluindo o português. MTM também fornece aconselhamento e informação sobre questões relacionadas com livros falados e em braille. A MTM tem um serviço especial destinado a impressão para alunos com deficiência a nível universitário tanto em braille como textos de apoio à dislexia.

O catálogo LEGIMUS (é o catálogo da MTM, no diretório web) é um projeto cooperativo, coordenado pelo MTM – Myndigheten för Tillgängliga Medier) que se propõe fomentar a partilha de recursos existentes e planos de cooperação de toda a documentação em sistema Daisy, a nível das suas instituições credenciadas, quer estabelecimentos de ensino, quer bibliotecas.

É acessível a todos e o *site* é construído com base em diretrizes e normas para a acessibilidade. Trazem a todas as Bibliotecas da Suécia a possibilidade de usufruírem das vantagens de um sistema integrado que lhes permite rentabilizar os seus investimentos, com menor custo e eficácia acrescida.

As bibliotecas cooperam com a MTM e trabalham em rede com o catálogo LEGIMUS, o catálogo Web para Livros Daisy (livros sonoros). O catálogo disponibiliza livros sonoros em formato Daisy, onde o utilizador pode fazer o *download*, fazer o pedido de empréstimo e consultar o catálogo. Depois da obtenção de autorização de acesso ao LEGIMUS, as bibliotecas podem fazer a catalogação de analíticos de livros e de revistas, que são encaminhados à MTM para a sua introdução imediata no catálogo.

MTM produz principalmente livros mas também artigos e capítulos de livros em Braille. Os artigos são catalogados pelas bibliotecas e o MTM disponibiliza no catálogo. Os estudantes podem pedir artigos e capítulos em formato Daisy (documento sonoro) a partir da sua universidade.

Os leitores de Braille podem encomendar 1.500 páginas por ano de material novo e um número ilimitado de cópias.

O livro sonoro está direcionado para as pessoas com dificuldade na leitura e necessidade de adaptações de documentos impressos. Essas são, por exemplo, pessoas com deficiência visual; os deficientes físicos; pessoas com deficiência de leitura e escrita (dislexia); pessoas com afasia; pessoas com deficiência de desenvolvimento; pessoas com a dificuldade de audição (para treinamento auditivo); os doentes crônicos e convalescentes.

MTM não é o responsável por livros escolares para crianças na faixa etária de 1-12. Outro órgão do governo, a Agência Nacional de Necessidades Especiais de Educação e Escolas tem essa responsabilidade.

A articulação de tarefas, estratégias funcionais, o sentido de responsabilidade social, uniformização de custos e práticas só pode desencadear instituições como esta, é sem dúvida um veículo de informação, conhecimento e lazer que não só pensa na pessoa que está impossibilitada de ler um livro como quem por prazer queira ouvir um livro.

CONCLUSÃO

Partimos para este trabalho com o objetivo primordial da elaboração de um diagnóstico sobre os Serviços para Deficientes Visuais nas Bibliotecas Universitárias em Portugal.

Com a intenção de procurar conhecer melhor a realidade existente no nosso país e no estrangeiro, procedeu-se a leituras exploratórias, visitas aos locais, entrevistas e por fim à realização de um inquérito a bibliotecas do Ensino Superior.

O presente estudo demonstra que as bibliotecas universitárias em Portugal não estão dotadas de serviços especializados para atender às necessidades do público portador de deficiência visual.

A falta de políticas de planificação de infraestruturas por parte das entidades, estatais e privadas, reflete-se nos dados desanimadores sobre os serviços disponibilizados onde a maioria revela não estar munida de nenhum dos serviços essenciais para a recuperação da informação.

Denota-se o fraco interesse em fomentar estratégias para a aquisição de coleções de documentos em formato especial, desencadeando uma prática de exclusão não permitindo a promoção de uma biblioteca inclusiva ao limitar a oferta e divulgação de novos suportes. Registamos que a maioria não dispõe de nenhum dos suportes considerados essenciais.

Numa altura de constante desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, a grande abertura para o acesso a bases de dados e repositórios, a grande auto estrada do Open Access para a partilha da informação científica, o deficiente visual depara-se com barreiras no acesso.

É vital criar uma atmosfera de boas vindas na biblioteca para que os alunos tenham confiança nas suas políticas, na assistência prestada e na fiabilidade dos seus serviços. A articulação entre os profissionais de informação e da informática em conjunto com os utilizadores, permitiria adaptar recursos e estabelecer uma política de seleção de novos suportes.

Poder-se-á dizer que o principal motivo para justificar a ausência do serviço para deficientes visuais não é a falta de orçamentação para a sua implementação, visto apenas 14 bibliotecas das 81 participantes terem assinalado a resposta de ausência do serviço por razões financeiras.

Constatamos que o universo de utilizadores com deficiência visual nas Bibliotecas é muito reduzido, sendo o aluno com maior indicador, e podemos deduzir que não utilizam as Bibliotecas das suas instituições.

Estes dados podem significar que o número de estudantes universitários no Ensino Superior em Portugal é muito baixo e, se tal facto é verdade, temos que tentar aferir o porquê da situação; se optam por não frequentar e ficar com um grau de estudos intermédio; se as barreiras colocadas são tão difíceis de transpor que desistem dos estudos.

A mobilização das entidades para uma biblioteca inclusiva não se faz sentir, ao verificar-se a ausência de leitores com deficiência visual na biblioteca universitária. Se os alunos não chegam ao Ensino Superior então algo no seu percurso de estudante falhou. Das 26 mil pessoas cegas e 897 mil ambíopes, dos dados facultados pela ACAPO, onde estão os jovens na faixa etária de frequentar o Ensino Superior? E mesmo os que se podem enquadrar no Ensino dos Maiores de 23, não têm perspetivas de formação académica?

Verificamos uma insignificante procura no auxílio aos departamentos da BAES. Tratando-se de uma projeto com um repositório a nível académico e com parceria com cooperantes da coleção digital ALFA, que trabalha especificamente para os alunos com necessidades especiais, o desconhecimento deste projeto reúne maior número de respostas do que seria desejável, 41 bibliotecas. É ainda necessário incluir divulgação abrangente e contínua do trabalho efetuado pela Biblioteca Aberta do Ensino Superior (BAES). As ações concertadas de marketing, por parte das unidades, não ajudariam a passar palavra e trazer mais alunos e utilizadores?

A bibliografia é um dos elementos fulcral na Política de Aquisição e numa resposta atempada, o trabalho deve ser constante e estar ligado entre departamentos especiais, bibliotecas e docentes.

Percebe-se que existem unidades de informação que prestam serviços de apoio e proporcionam, dentro das suas possibilidades, acesso à informação para os deficientes visuais. Mas será que são suficientes? Porém, esta prática é insignificante no universo das bibliotecas universitárias portuguesas. Constatamos que os recursos pedagógicos, livros, revistas em formato Braille, formato sonoro ou áudio digital são claramente poucos.

A maioria dos serviços ao alcance dos deficientes visuais requer um documento comprovativo da sua deficiência, ao invés do que sucede na maior parte dos países europeus; um leitor sem deficiência tem acesso à informação sem obstáculos, o leitor com necessidades especiais já tem que lidar com a sua limitação e ao solicitar os serviços é colocado mais um entrave, a apresentação de algo que comprove a sua deficiência para ter a possibilidade de se autenticar no sistema. Fica por apurar o porquê desta situação.

Ao analisarem-se normas, regulamentos, legislação e *guidelines* disponíveis, podemos concluir que as bibliotecas parecem possuir as ferramentas de trabalho legais para estabelecerem serviços com qualidade para pessoas portadoras de deficiência visual.

Existem, já, países em que a legislação de direitos de autor e conexos contém exceções, no caso de transcrição de texto impresso para formato braille, texto eletrónico ou livros sonoros para utilização de deficientes visuais. Contudo, muitas dessas exceções estão confinadas às bibliotecas com serviços para cegos e os livros e outros recursos não podem ser vendidos comercialmente.

Portugal possui ferramentas legais e já aperfeiçoadas, segue normas internacionais e comunitárias e é membro da IFLA. Poder-se-á dizer que existindo enquadramento legal, a principal questão prender-se-á com as questões de conhecimento, orçamentação para a implementação destes serviços. Contudo questões como a fiscalização e a vontade, de todos nós, cidadãos, de fazer evoluir também tem de estar presente.

Os governos devem ir no sentido de trabalhar de forma uniforme com vista à interoperabilidade entre sistemas e formas de conceber os serviços, partindo dos padrões das Nações Unidas para estabelecer infra-estruturas adequadas, através de

financiamento estatal. Devidamente legislados e dotados de orçamentos estatais estão países como a Suécia, a Dinamarca, Suíça, Estados Unidos da América ou Noruega. Casos como o Reino Unido, ou Canadá têm nos donativos a sua principal fonte de rendimento. Contudo todos os países referidos são conhecidos por estarem na vanguarda em relação a serviços de excelência para os deficientes visuais.

Uma partilha de esforços poderá resultar numa partilha de recursos, ganhando, assim, todas as partes envolvidas. Se uma biblioteca dispõe de uma coleção aceitável mas mesmo assim cooperar com outros organismos na partilha de recursos que a poderão melhorar e enriquecer, significa que o aluno que recorre à biblioteca terá maior probabilidade de encontrar aquilo que precisa. Deste modo é certo que voltará a fazer uso da biblioteca. E não é isso que desejamos?

As bibliotecas universitárias portuguesas podem encontrar apoio noutras entidades estatais, que estão ao serviço das pessoas portadoras de deficiência visual.

Estas ofertas, apesar de serem reduzidas, estão equipadas com tecnologia inclusiva. Salientamos o Gabinete de Referência Cultural de Lisboa, que presta um serviço importante e com capacidade de resposta; todavia necessita de ver a sua atuação mais divulgada e devidamente apoiada a nível estatal e municipal. A Biblioteca Municipal do Porto juntamente com a Biblioteca Municipal Almeida Garrett possui uma excelente Biblioteca Digital Sonora e servem de apoio a outras entidades. A Biblioteca Nacional, a Biblioteca Municipal de Coimbra, a Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, Biblioteca Municipal de Gaia e a Biblioteca Municipal de Sintra são outros exemplos a ter em conta.

Em Portugal, as bibliotecas universitárias consultadas estão sensibilizadas e partilham uma preocupação de acompanhamento no desenvolvimento informático no que concerne às tecnologias para apoio às pessoas com Necessidades Educativas Especiais, onde estão enquadrados os portadores de deficiência visual. No seguimento desta preocupação observámos espaços bem equipados com a preocupação de inclusão desde o aspeto arquitetónico à tecnológica e à formação dos profissionais. Promovendo a autonomia deste público-alvo e a sua independência perante as tecnologias e a assistência dos funcionários.

Porém, verifica-se a inexistência de um catálogo digital sonoro produzido pela instituição, para a promoção e difusão desses recursos e a falta de interligação com outras instituições, para a rentabilização de custos.

No entanto, o que verificamos e está presente no nosso meio profissional é a enorme falha na articulação entre entidades e políticas de cooperação, que origina políticas de má gestão, porque as Bibliotecas Universitárias a partir da BAES e da GTAEDES dispõem do equipamento considerado o melhor em leitura e recuperação da informação para este público-alvo, o formato DAISY.

A formação técnica aos bibliotecários é de vital importância. Formação que verse sobre a utilidade dos livros de formatos alternativos, sobre tecnologias específicas e a sua utilização, sobre como pensar os serviços de referência é muito importante; os serviços de referência são o cartão-de-visita de uma biblioteca. Há que encorajar a comunicação, saber interagir com este público e estabelecer normas de atendimento base.

É visível que temos poucos deficientes visuais no Ensino Superior e muito menos são a frequentar as Bibliotecas Universitárias, porém não podemos descuidar as medidas funcionais, na uniformização de recursos e serviços, na rentabilização de custos – dado que estes equipamentos de inclusão são dispendiosos- para criar medidas de resposta atempada e de qualidade numa sociedade de igualdade.

As lacunas existem para serem colmatadas. A partir deste diagnóstico temos de ser capazes de agir. Tentar sensibilizar organizações estatais, promover parcerias com bibliotecas estrangeiras, tentar estabelecer uma verdadeira cooperação institucional entre organizações de proteção dos direitos a invisuais, escolas, bibliotecas para que a informação flua e chegue a quem realmente interessa, o aluno portador de deficiência visual.

É evidente que providenciar serviços especiais acarreta um custo adicional às bibliotecas. Não há dúvida que equipamento especializado, materiais de formato alternativo e/ ou modificações nas instalações que sejam necessárias, podem ser dispendiosos. A solução poderá recair numa sustentada política de angariação de fundos para ajudar a reduzir custos da biblioteca.

A principal fonte de recursos advém do orçamento anual da biblioteca mas deve ser procurado e incentivado o recurso a mecenato, doações, patrocínios ou parcerias.

Os potenciais interessados em aliar-se a uma causa nobre devem ter conhecimento que só recorrendo ao orçamento anual da biblioteca *per si* não é possível satisfazer os requisitos. Qualquer campanha suscitando a angariação de donativos deve ter bem definidos os seus objetivos finais, compra de material específico, equipamento específico, obra específica nas instalações para que o mecenas possa saber o que pretendem fazer com o seu donativo.

A exploração de recursos pode também assentar no conhecimento e candidaturas a programas de apoio específico, levados a cabo pela União Europeia, organismos estatais ligados à Saúde, Educação. Reabilitação, ou em instituições privadas como a Fundação Calouste Gulbenkian

Pensamos que este trabalho é, sobretudo, um trabalho de alerta.

Focámos bons e maus exemplos na prestação dos serviços pelo mundo fora.

Se os deficientes visuais não perdem esperança não a podemos perder também. Não se trata somente de uma questão de legalidade, trata-se, sobretudo, de uma questão de humanidade. Ninguém pode ficar para trás.

BIBLIOGRAFIA

ABERTURA DA SALA multimédia e necessidades educativas especiais (NEE). ISCTE Biblioteca. [Em Linha].[Consult. em 13 mar. 2013].Disponível em: http://www.iscte-iul.pt/biblioteca/servicos/salas_multimedia_nee.aspx

ACAPO-Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal. [Em Linha].[Consult. em 20 de jan. 2013].Disponível em: <http://www.acapo.pt/index.php?option=content&view>

Association of College & Research Libraries – Guidelines for instruction Programs in **Academic Libraries.** 2003. [Em Linha].[Consult. em 10 mar. 2013].Disponível em: <http://www.acrl/alamgrps/divs/acrl/standards/guidelinesinstruction.cfm>

Ataraxia. [Em Linha].[Consult. em 29 dez. 2012].Disponível em: <http://www.ataraxia.pt>

AXTELL, Robert - **An international union catalogue of special format materials for the blind.** Barcelona: IFLA, 1993. IFLA General Conference and Council Meeting, Barcelona, 1993.

BARRETO, André Chaves – **Inclusão digital de invisuais: análise comparativa da acessibilidade e usabilidade num website.** Braga: Universidade do Minho, 2008.

BAICH, Tina - Opening interlibrary loan to open access. **Interlending & Document Supply**, Vol. 40, nº 1 [nov. 2012), p. 55-60. [Em Linha].[Consult. em 19 fev. 2013] Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=17015593&sho>

BABALOLA, Yemisi T; YACOB, Haliso - **Library and information services to the visually impaired: the role of academic libraries.** Canadian Social Science, vol. 7, nº1 (2011).

BERNARDI, Fiorenza – Library services for blind and visually impaired people: literature review. [Em Linha][Consult. em 5 de maio 2013].Disponível em:<http://dspace.unipr.cilea.it/bitstream/1889/1147/1/Library%20Services%20for%20Blind%20and%20Visually%20Impaired%20People%20A%20Literature%20Review.pdf>

BIBLIOTECA MUNICIPAL de Coimbra já gravou quase 50 audiolivros para cegos e teve 600 pedidos de todo o país. Publicado em 3 agosto 2012. [Em

Linha][Consult. em 21 dez. 2012].Disponível em: <http://www.ionline.pt/boas-noticias/biblioteca-municipal-coimbra-ja-gravou-quase-50-audiolivros-cegos-teve-600-pedidos-tod>

BIBLIOTECA MUNICIPAL de Viana do Castelo: o abc do Braille: laboratório de grafia braille. [Em Linha].[Consult. em 21 de fev. 2012].Disponível em: <http://www.biblioteca.cm-viana-castelo.pt/>

BORGES, Fernanda Samora Dias – **Atuação do setor Braille da Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo no atendimento aos portadores de deficiência visual.** [Em linha][Consult. em 19 de abril 2013].Disponível em: <http://rabci.org/rabci/node/71>

BRAZIER, Helen – The role and activities of the IFLA libraries for the blind section. in **Library Trends**. University of Illinois: The Board of Trustees, Spring 2007. Vol. 55, nº 4, p. 864-878.

BRUXELAS. Jornal Oficial da União Europeia – **Resolução do Conselho da União Europeia e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre um novo quadro Europeu para a Deficiência:** (2010/C 316/01) de 22 de novembro de 2010.

BUNDY, A.- **Inquiry into the role of libraries in the online environment: Senate Environment, Communications, Information Technology and the Arts Reference Committee, Blackwood South Australia.** [Em Linha].[Consult. em 6 maio 2013]. Disponilvelem:http://www.aph.gov.au/Senate/committee/ecita_ctte/completed_inquiries/200204/online_libraries/submissions/sub03.doc

BURKE, Susan K. - **Perceptions of Public Library Accessibility for People with Disabilities.** [Em linha].[Consult. em 21 de março de 2013].Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/02763870802546381>

BURNS, Elizabeth – It's more than meets the eye. in **The Horn Book Magazine**. Mar.-Apr. 2013. [Em Linha].[Consult. em: 8 maio 2013].Disponível em: <http://www.hbook.com/2013/03/choosing-books/horn-book-magazine/reading-its-more-than-meets-the-eye/>

BURRINGTON, Gillian A. – A user's perspective. in **Library Trends**. University of Illinois: The Board of Trustees, Spring 2007. Vol. 55, nº 4, p. 760-766.

BYERLY, Suzanne L. - Accessibility and usability of web-based library databases for non-visual users. in **Library Hi Tech**. Vol. 20, nº 2 (2002)

CAREY, Kevin – The opportunities and challenges of the Digital Age: a blind user's perspective. in **Library Trends**. University of Illinois: The Board of Trustees, Spring 2007. Vol. 55, nº 4, p. 767-784.

CALVO, F.J. Martínez - The EXLIB Project: expansion of European library systems for the visually disadvantaged. **Interlending & Document Supply**, vol. 23, nº 2 (1995), p. 17–22. [Em Linha].[Consult. em 23 de fev. 2013].Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=860455&show=abstract>

CAMPOS, Pedro – **Sonificador de imagens para apoio a utilizadores invisuais**. Porto: Departamento de Ciência de Computadores: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 2007.

CANEJO, Elizabeth – **Apostila-introdução ao sistema Braille**. Rio de Janeiro: Fundação de Apoio à Escola Técnica, 2005.

COMO PODE UM utilizador com necessidades especiais. Serviços de Biblioteca, informação documental e museologia, Universidade de Aveiro. [Em Linha].[Consult. em 2 abril 2013].Disponível em: <http://portal.doc.ua.pt/baes>

COSTA, Samantha Moura – **Biblioteca para portadores de deficiências visuais: aspetos organizacionais**. [Em linha].[Consult. em 2 de Abril de 2013].Disponível em: http://repositorio.ufrn.br:8080/monografias/bitstream/1/214/1/SamanthaMC_Monografia.pdf

CRADDock, Peter - Sharethevision. in: **Booklet 3 / Ifla General Conference**. - Copenhagen : IFLA, 1997, p. 54-60.

CUNHA, Maria das Dores Soares – **Importância da família e da escola na inclusão de alunos cegos do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico**. [Em linha].[Consult. em 2 de abril 2013].Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt/dspace/bitstream>

CYLKE, Frank Kurt; MOODIE, Michael M.; FISTICK, Robert E. - **Serving the Blind and Physically Handicapped in the United States of America**. [Em linha].[Consult. em 21 de março de 2013].Disponível em: <http://ehis.ebscohost.com/>

DAVIES, J. E. – An overview of international research into the library and information needs of visually impaired people. in **Library Trends** University of Illinois: The Board of Trustees, Spring 2007. Vol. 55, nº 4, p. 785-795.

Designing and Building Integrated Digital Library Systems – Guidelines. IFLA Libraries for the Blind Section. Publicado em 14 dez. 2012. [Em Linha].[Consult. 23 Dez. 2012].Disponível em: <http://www.ifla.org/publications/ifla-professional-reports-90>

DEVADASON, Shellatay - A new vista on library services to the visually impaired in the developing countries of Asia : a Malaysian paradigm. in: **Booklet 3 / Ifla General Conference.** - Beijing : IFLA, 1996, p. 55-60.

ESCOLAR, Hipólito - **Historia de las bibliotecas.** 3ª ed. cor., rev. y ampl . Madrid : Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1990. (Biblioteca del libro). ISBN 84-368-0535-6

FERNANDES, Hugo Ricardo Morais – **Orientação de cegos usando visão por computador.** Vila Real. Dissertação do curso de Mestrado em Informática, 2010.

FONSECA, Juliene Coelho; PINTO, Tiago Leite – **Tecnologias assistivas para a biblioteca inclusiva: uma forma de oferecer informação a todos.** [Em Linha]. [Consult. em 1 mar. 2013].Disponível em: <http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd>

GALE, Gillian - RVIB library & information services : services to children. in: **Booklet 3 / IFLA Council and General Conference.** - Bangkok : IFLA, 1999, p. 70-74.

GARCIA, Ana Paula Alfano; CUNHA, Marcela G. M. Leme; CUNHA, Poliana Aparecida da; PAQUER, Talita – **Inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola do ensino regular.** [Em Linha].[Consult. em 23 Fev. 2013].Disponível em: <http://www.uniseb.com.br/presencial/bibliotecatccdigital>

GILL, Philip et al. - **IFLA International Federation of Library Associations, The Public Library Service: IFLA/UNESCO Guidelines for Development,** 2001, XVI) 22-23.[Em Linha].[Consult. em 5 de maio 2013].Disponível em: www.ifla.org

HEAVEN, Suzanne – The provision made by higher education library services for people with disabilities. in **Library & Information Research.** Winter 2004, vol. 28, nº 90, p. 24-30.

IFLA- **Guidelines for Library Service to Braille Users, 1998** [Em linha].[Consult. em 23 dez. 2012].Disponível em: <http://www.ifla.org/publications/guidelines-for-library-service-to-braille-users>

IFLA- **International report on library and information services for visually impaired people**. IFLA Libraries for the Blind Section. [Em Linha].[Consult. 23 dez. 2012].Disponível em: <http://www.ifla.org/publications/international-report-on-library-and-information-services-for-visually-impaired-people>

IFLA - **International Directory of Libraries for the Blind**. 4th ed., 2006. [Em linha].[Consult. em 2 de março de 2013].Disponível em: <http://ifla.jsrpd.jp/>

IFLA – Origines et genese du braille dans le monde les origines de l'ecriture tactile. in: **Booklet 3** / Ifla General Conference. - Beijing : IFLA, 1996, p. 16-28.

IFLA – **UNESCO Manifesto for Digital Libraries, 2011**. [Em Linha].[Consult. em 2 de abril de 2013].Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/digital-libraries/documents/ifla-unesco-digital-libraries-manifesto.pdf>

IFLA: UNESCO- **UNESCO Public Library Manifesto**. [Em Linha].[Consult. em 29 jul. 2013].Disponível em: www.unesco.org/webworld/libraries/manifestos

JAHODA, Gerald; JOHNSON, Elizabeth – The use of the Kurzweil Reading Machine in Academic Libraries. in **The Journal of Academic Librarianship**. 1987, vol. 13, nº 2, p. 99-101.

JESUS, Patrícia Silva de – **Livros sonoros: audiolivro, audiobook e livro falado**. Publicado a 9 de dez. 2011. [Em Linha].[Consult. em 13 de dez. 2012].Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/livros-sonoros>

KARA-JOSÉ, Newton; CARVALHO, et. al – **Atendimento de amblíopes e prevalência na população pré-escolar, Campinas, São Paulo, Brasil**. [Em Linha].[Consult 23 fev. 2013].Disponível em: <http://hist.library.paho.org/Spanish/BOL/v96n1p31.pdf>

KAVANAGH, Rosemary, ed.; SKÖLD, Beatrice Christensen, ed. – **Bibliotecas para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento**. São Paulo: Imprensa

Oficial do Estado de São Paulo, 2009. P. 96. (IFLA Relatório profissional, 86). ISBN 9077897011.

KAVANAGH, Rosemary - Preparing for the millennium : linking libraries for the print-disabled. in: **Booklet 3** / Ifla General Conference. - Amsterdam : IFLA, 1998, p. 68-73.

KAVANAGH, Rosemary - Visunet : a vision of virtual library service for the blind. in: **Booklet 3** / Ifla General Conference. - Copenhagen : IFLA, 1997, p. 61-68.

KWAK, Seung-Jin; BAE, Kyung-Jae - Ubiquitous library usability test for the improvement of information access for the blind. **The Electronic Library**, vol. 27, nº 4, 2009, p. 623-639. [Em Linha].[Consult. em 19 fev. 2013]Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=1810759&show=abstract>

LEACH, Allan - Libraries for the blind : the idea and the section. in: **Booklet 3** / Ifla Council and Conference. - Barcelona : IFLA, 1993, p. 3-4.

LIBRARY FOR blind section: case studies: UK [Em Linha].[Consult. em 4 fev. 2013].Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s31/pub/FGpart1.htm>

LIDMAN, Tomas - The quality audit at the Stockholm University Library. in: **Booklet 2** / Ifla Council and Conference. - Barcelona : IFLA, 1993, p. 9-11.

MAGALHÃES, Soraia - **Bibliotecas suecas: espaços vivos e vibrantes num país que valoriza a cultura**. Publicado em 17 dez, 2012. [Em Linha].[Consult. em 21 dez. 2012].Disponível em: <http://biblioo.info/bibliotecas-suecas/>

MARTINS, Patrícia Isabel Sousa Roque - Museus e públicos com deficiência : mitos e preconceitos. Bibliografia : p. 117. in: **Arte teoria**. - Lisboa, 2000-, p. 109-117. - Nº 14/15 (2011/12). ISSN 1646-396X.

MELLING, Maxine - **Supporting e-learning : a guide for library and information managers**. London : Facet, 2005. ISBN 1-85604-535-8.

MULLIKEN, Adina; ATKINS, Ann - **Academic Library Services for Users with Developmental Disabilities**. 2009. [Em Linha].[Consult. em 21 de março de 2013]. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/02763870902873461>

NEEDHAM, William – Academic Library Service to Handicapped Students. in **The journal of academic librarianship**, vol. 3, nº 5 (nov. 1977). [Em Linha]. [Consult. em 21 março de 2013]. Disponível em: <http://ehis.ebscohost.com/eds/pdfviewer/>

NOMURA, Misako; YAMADA, Mayu - **International Directory of Libraries for the Blind**. [International Federation of Library Associations and Institutions]. - 4.ed.. - München : Saur, 2000, XXIV, (IFLA Publications ; 90) ISBN 3-598-21816-8.

ONU. Assembleia Geral da ONU - **Normas para a Igualdade de oportunidades da Pessoa com Deficiência**. Resolução ONU 48/96, de 20 de dezembro de 1993.

ONU. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 13 de Dezembro de 2006.

ONU. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 27 de Janeiro de 2010.

PORTUGAL. Constituição, 1976- **Constituição da República Portuguesa 2007**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008. ISBN 978-972-27-1546

PORTUGAL. Diário da República – **Decreto-lei nº 174/77 de 2 de Maio**. Ministério da Educação e Investigação Científica, 1977.

PORTUGAL. Diário da República – **Decreto-lei nº 84/78 de 2 de Maio**. Ministério da Educação e Cultura, 1978.

PORTUGAL. Diário da República – **Decreto-lei nº 319/91 de 23 de Agosto**. Ministério da Educação, 1991.

PORTUGAL. Diário da República – **Decreto-lei nº 123/97 de 22 de Maio**. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 1997.

PORTUGAL. Diário da República – **Resolução do Conselho de Ministros nº 97/99 de 26 de Agosto**. Presidência do Conselho de Ministros, 1999.

PORTUGAL. Diário da República – **Decreto-lei nº 29/01 de 3 de Fevereiro**. Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, 2001.

PORTUGAL. Diário da República – **Lei nº 38/04 de 18 de Agosto**. Assembleia da República, 2004.

PORTUGAL. Diário da República – **Decreto-lei nº 163/06 de 8 de Agosto**. Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2006.

PORTUGAL. Diário da República – **Resolução do Conselho de Ministros nº 155/07 de 2 de Outubro**. Presidência do Conselho de Ministros, 2007.

PORTUGAL. Diário da República - **Despacho n.º 12966/2009**. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e Ministério da Educação, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Cultura, 2009.

POSNER, Beth - The ethics of library resource sharing in the digital age. **Interlending & Document Supply**, vol. 40, nº 2 (mar. 2012), p. 119–124. [Em Linha].[Consult. em 19 de fev. 2013].Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid>

POWER, Rebecca; LeBEAU, Chris- How Well Do Academic Library Web Sites Address the Needs of Database Users with Visual Disabilities? in **The Reference Libraries**, vol. 50, nº 1 (Jan. 2009). [Em linha][Consult. em 21 março 2013]. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/02763870802546399>

PUPO, Deise Tallarico; BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa; CARVALHO, Sílvia Helena Rodrigues de – **Laboratório de acessibilidade: criação, implantação e inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na Biblioteca Central da UNICAMP** [Em Linha].[Consult. em 13 março 2013].Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br/todosnos/artigos-cientificos>

Purdue University's technical information service in: **Booklet 2 / IFLA Council and Conference**. - Barcelona : IFLA, 1993, p. 32-34.

RIBEIRO, Daniela Filipa Monteiro – **Práticas e hábitos de leitura dos alunos com necessidades educativas especiais e acesso ao livro**. [Em linha].[Consult. em 20 de abr. de 2013].Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/17862>

RICHAUME, Anita - **Utilisation par l'aveugle des informations stockées sur CD ROM dans les bibliothèques universitaires**. Paris: IFLA, 1989. Comunicação ao IFLA General Conference and Council Meeting, Paris 1989.

ROBERTSON, David S. – **Opportunities and challenges for the visually impaired patron in academic libraries**. University of West Georgia, Submitted, November, 28,

2011. [Em linha][Consult. em 18 março de 2013].Disponível em: http://stu.westga.edu/drobert9/midpoint/8484_researchplan_dsr.pdf

ROOS, Barbro - **Niagara : program for the library and information center of Malmö University college**. Basileia : Diener & Diener Architects, 1998.

ROOS, J. W. - Libraries for the blind as accessible content. in **Library Trends** University of Illinois: The Board of Trustees, Spring 2007. Vol. 55, nº 4, p. 879-916.

ROSSMAN, Linda; DURIVAGE, Catherine A. - **InfoEyes Information Service: A Virtual Reference Service for Print-Impaired Individuals**. [Em Linha].[Consult. em 21 de mar. de 2013].Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/>

SAMPAIO, Maria João Rodrigues Quadrado - **Biblioteca Sonora da Biblioteca Pública Municipal do Porto: dar voz aos livros na era do digital**. [Em Linha].[Consult. em 30 out. 2012].Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes>

SCHOLS, Marij - Extra large : large print on demand. in: **Booklet 3 / IFLA General Conference**. - Istanbul : IFLA, 1995, p. 56-59.

SCHWEITZER, Fernanda – A sociedade e a informação para os deficientes visuais: relato de pesquisa. in **Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**. jul.-dez. 2007, vol. 12, nº 2, p. 273-285. [Em Linha].[Consult. em 1 mar. 2013] Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/485>

SERVIÇO DE LEITURA especial. [Em Linha].[Consult. em 7 mar. 2013]. Disponível em: <http://www.biblioteca.cm-viana-castelo.pt/index.php?Itemid>

SILVA, Diana Soares; NOLASCO, Bella; REIS, Cecília; MARTINS, Ana Bela - **A Biblioteca nas Tuas Mãos: desenvolvimento de um projeto de Mobile Library nas Bibliotecas da Universidade de Aveiro em 2012**. [Em Linha].[Consult. em 30 out. 2012].Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes>

SILVEIRA, Júlia Gonçalves da – **Biblioteca inclusiva?: repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no Sistema de Bibliotecas da UFMG e revendo trajetória insti-tucional na busca de soluções**. [Em Linha].[Consult. em 20 fev. 2013].Disponível em: <http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/anaispdf>

SOUTO, Leonardo Fernandes – Acesso à informação digital para portadores de necessidades especiais em bibliotecas universitárias. in **Cadernos BAD**. 2006, nº 2, p. 72-83.

SPINDLER, Tim - The Accessibility of Web Pages for Mid-Sized College and University Libraries. in **Reference & User Services Quarterly**, Vol. 42, No. 2 (Winter 2002).

TANK, Elsebeth; FREDERIKSEN, Carsten – The Daisy Standard: entering the global virtual library. in **Library Trends** University of Illinois: The Board of Trustees, Spring 2007. Vol. 55, nº 4, p. 932-949.

TINERELLA, Vicent P.; DICK, Marcia A. – Academic reference service for the visually impaired: A guide for the non-specialist. in **C&RL News**, (jan. 2005). [Em Linha][Consult. em 13 de mar. 2013].Disponível em: crln.acrl.org/contente

TODARO, Alicia Julia – Library services for people with disabilities in Argentina. In **New Library Word**. 2005, vol. 106, nº 1212/1213, p. 253-268. ISSN 0307-4803

VITZANSKY, Winnie - Managing a National Library Service for Blind and Printheadicapped Persons. **Library Management**, 1994, vol. 15, nº 7, p. 23-28. [Em Linha].[Consult. em 19 de fev. 2013].Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/>

VITZANSKY, Winnie - The development of national strategies for library service for blind and print handicapped people in Denmark. in: **Booklet 3 / IFLA General Conference**. - Beijing : IFLA, 1996, p. 61-66.

WALTRAVEN, Theo - Electronic library services for the visually disabled in the Netherlands. In: **Booklet 3 / IFLA General Conference**. - Amsterdam : IFLA, 1998, p. 62-67.

WOODWARD, Jeannette - **Creating the customer-driven academic library**. Chicago: American Library Association, 2009. ISBN 978-0-8389-0976-8.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANISATION, Marrakesh- **Treaty to Facilitate Access to Published Works for Persons who are Blind, Visually Impaired, or otherwise Print Disabled**, 27 de June de 2013. [Em Linha].[Consult. em 12 de maio de 2013].Disponível em: <http://www.wipo.int/pressroom/en/articles>

WORLD BLIND UNION – **General Assembly**. [Em Linha]. [Consult. em 1 de ago. de 2013].Disponível em: <http://www.worldblindunion.org/English/general-assembly/Pages>

ANEXOS:

Anexo A- Mensagem-convite para responsáveis das Bibliotecas difundida via correio eletrónico do Campus UL.

Anexo B – Lista de endereços de Bibliotecas Universitárias do Ensino Público.

Anexo C – Lista de endereços de Bibliotecas Universitárias do Ensino Privado.

Anexo D – Lista de endereços de Bibliotecas Universitárias do Ensino Superior Militar

Anexo E – Formulário do inquérito online.

Anexo F – Grelha de respostas do inquérito.

Anexo G – Resumo dos gráficos.

Anexo H – Ficha de entidades entrevistadas.

Anexo A – Mensagem-convite para responsáveis das Bibliotecas difundida via correio eletrónico do Campus UL

Caros colegas,

Com a realização deste questionário às Bibliotecas do Ensino Superior pretende-se fazer um levantamento dos serviços para leitores com deficiência visual existentes e necessidades de criação de condições para a prestação deste serviço nas Bibliotecas das Universidades e Politécnicos de Portugal. A informação recolhida fornecerá os padrões de oferta e resposta aos utilizadores (alunos, docentes, funcionários não docentes e investigadores) de e para as Bibliotecas do Ensino Superior, o que possibilitará ter um estudo do que existe e a sua realidade.

Para preencher o questionário aceda através do link: <http://goo.gl/6MQG4>

Agradeço desde já a atenção dispensada,

Com os meus cumprimentos,

Raquel Delgado

Anexo B – Lista de endereços de Bibliotecas Universitárias do Ensino Público

Anexo B – Lista de endereços de Bibliotecas Universitárias do Ensino Público

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO				
Ensino Superior Público Universitário	Endereços	Observações	Ensino Superior Público Politécnico	Endereços
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	biblioteca@iscte.pt	Tem serviço NEE	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	biblioteca@esenfc.pt
Universidade Aberta:	www.univ-ab.pt		Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	cdoc@esel.pt
lisboa	mrc@uab.pt		Escola Superior de Enfermagem do Porto	biblioteca@esenf.pt
Coimbra	cdocoimbra@uab.pt		Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	biblioteca@eshte.pt
Porto	cdocporto@uab.pt		Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	info@enautica.pt
	cdocporto@uab.pt		Instituto Politécnico de Beja	biblioteca@ipbeja.pt
	cdocporto@uab.pt		Instituto Politécnico de Bragança	clarisse@ipb.pt
Universidade dos Açores	www.uac.pt	Tem serviço NEE	Instituto Politécnico de Castelo Branco :	ipcb@ipcb.pt
	mjmcho@uac.pt		Escola Superior Agrária	biblioteca.esa@ipcb.pt
	laudalina@uac.pt		Escola Superior de Educação	biblioteca.esa@ipcb.pt
Universidade do Algarve	www.ualg.pt		Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias	biblioteca.esald@ipcb.pt
	biblioteca@ualg.pt			lurdesgrilo@ipcb.pt
	biblioteca@ualg.pt		Escola Superior de Artes Aplicadas	biblioteca.esa@ipcb.pt
	bibessualg@ualg.pt			erodrigues@ipcb.pt
	bibportimao@ualg.pt		Escola Superior de Gestão	biblioteca@esg.ipcb.pt
Universidade de Aveiro	www.ua.pt		Escola Superior de Tecnologia	biblioteca@est.ipcb.pt
	abela@ua.pt		Instituto Politécnico do Cávado e do Ave:	biblioteca@ipca.pt
	iranito@ua.pt			mjose@ipca.pt
Universidade da Beira Interior	www.ubi.pt		Escola Superior de Gestão	esg@ipca.pt
	jdias@ubi.pt		Escola Superior de Tecnologia	est@ipca.pt
Universidade de Coimbra:	biletras@gmail.com	BAES - Biblioteca Aberta do Ensino Superior	Instituto Politécnico de Coimbra:	www.ipc.pt
Letras	dirsbd@fl.uc.pt		Escola Superior Agrária de Coimbra	biblioteca@esac.pt
Direito	ivicente@fd.uc.pt		Escola Superior de Educação de Coimbra	cdi@esec.pt
	biblio@fd.uc.pt		Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital	geral@estgoh.ipc.pt
	sibuc@sib.uc.pt		Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra	geral@estgoh.ipc.pt
Serviço Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra - SIBUC	biblio@bcs.uc.pt		Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra	biblio@iscac.pt
Biblioteca das Ciências da Saúde	biblioteca@fcdef.uc.pt		Instituto Superior de Engenharia de Coimbra	biblio@isec.pt
Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física	biblioteca@fe.uc.pt		Instituto Politécnico da Guarda:	www.ipg.pt
Faculdade de Economia	rm@fpce.uc.pt		Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto	cm@ipg.pt
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação	biblioteca@fpce.uc.pt			director.esecd@ipg.pt
Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física	biblioteca@fcdef.uc.pt		Escola Superior de Tecnologia e Gestão	estg-geral@ipg.pt
Universidade de Évora	abatata@uevora.pt			mfsantos@ipg.pt
	cachopas@uevora.pt			acristina@ipg.pt
	aamns@uevora.pt		Escola Superior de Saúde	ess.geral@ipg.pt
	alfaiate@uevora.pt		Escola Superior de Turismo e Hotelaria	geral.esth@ipg.pt
Universidade de Lisboa:	sdul@reitoria.ul.pt			gab_biblio_esth@ipg.pt

Faculdade de Belas-Artes	biblioteca@fba.ul.pt			www.ipleiria.pt
Faculdade de Ciências	bfcful@fc.ul.pt			sd@ipleiria.pt
	becb@fc.ul.pt			biblioteca.campus1@ipleiria.pt
Faculdade de Direito	biblioteca@fd.ul.pt			biblioteca.campus2@ipleiria.pt
	teixeiradesousa@fd.ul.pt			biblioteca.campus3@ipleiria.pt
	sofiasoares@fd.ul.pt			biblioteca.campus4@ipleiria.pt
Faculdade de Farmácia	biblioteca@ff.ul.pt			geral@sc.ipl.pt
	icampos@ff.ul.pt			cdi@esd.ipl.pt
Faculdade de Medicina	bibl@fm.ul.pt			gabcom@escs.ipl.pt
	susanahenriques@fm.ul.pt			eselx@eselx.ipl.pt
Faculdade de Medicina Dentária	biblioteca@fmd.ul.pt			esml@esml.ipl.pt
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação	geral@fp.ul.p			luisamarques@estc.ipl.pt
Instituto de Ciências Sociais	biblioteca@ics.ul.pt			biblioteca@estc.ipl.pt
uto Geofísico Dom Luiz Faculdade de Ciências da Universidade de L	cadomingues@fc.ul.pt			estesl@estesl.ipl.pt
	bibliotecaidl@fc.ul.pt			biblioteca@estesl.ipl.pt
				sdocpub@isel.pt
Centro de Documentação Europeia	filipatovar@reitoria.ul.pt			biblioteca@iscal.ipl.pt
	cgodinho@reitoria.ul.pt			geral@ipportalegre.pt
Faculdade de Letras da UL	bib.informacoes@fl.ul.pt			
	bib.biblio@fl.ul.pt			BeatrizcPinto@essp.pt
Universidade da Madeira:	documentacaoarquivo@uma.pt			AnitaLucindo@essp.pt
	iola@uma.pt			cdoc@esep.pt
Universidade do Minho:	bgum@s dum.uminho.pt			catarina.martins@ipportalegre.pt
Universidade do Minho em Guimarães	bpg@s dum.uminho.pt			esae@esaelvas.pt
Ciências de Educação	bce@ie.uminho.pt			www.ipp.pt
Edifício dos Congregados	bec@s dum.uminho.pt			bibese@ese.ipp.pt
Escola de Ciências da Saúde	becs@s dum.uminho.pt			biblioseig@eseig.ipp.pt
Documentação Europeia da Universidade do Minho	cdeum@s dum.uminho.pt			fernandasilva@esmae-ipp.pt
Universidade Nova de Lisboa:				paulomoreira@esmae-ipp.pt
Faculdade de Ciências e Tecnologia	biblioteca@fct.unl.pt			biblioteca@estgf.ipp.pt
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	biblioteca@fcs h.unl.pt			geral@estsp.ipp.pt
Nova School of Business and Economics				biblioteca@iscap.ipp.pt
Faculdade de Ciências Médicas	extensaohpv.bib@fcm.unl.pt			mail@isep.ipp.pt
	Odete.eehpv@fcm.unl.pt			geral@ese.ipsantarem.pt
Faculdade de Direito	biblioteca@fd.unl.pt			biblioteca@esa.ipsantarem.pt
Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação	bsd@isegi.unl.pt			cdi@ese.ipsantarem.pt
	bsd@isegi.unl.pt			bib.vs@esg.ipsantarem.pt
Instituto de Tecnologia Química e Biológica	antonia.correia@isegi.unl.pt			luiscid@esdrm.ipsantarem.pt
	isabel@isegi.unl.pt			jsantos@esdrm.ipsantarem.pt
Instituto de Higiene e Medicina Tropical	secretariadodieccao@ihmt@unl.pt			geralessaude.ipsantarem.pt
Escola Nacional de Saúde Pública	docinfo@ensp.unl.pt			
Universidade do Porto:	biblioteca.virtual@reit.up.pt			ips@spr.ips.pt
Faculdade de Arquitectura	biblioteca@arq.up.pt			estsetubal@estsetubal.ips.pt
	cmachado@arq.up.pt			biblioteca.ips@sc.ips.pt
Faculdade de Belas-Artes	ibarroso@fba.up.pt			cdoc@esce.ips.pt
Faculdade de Ciências	biblioteca@fc.up.pt			Cristina.Manessiez@estbarreiro.ips.pt

Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação	biblioteca@fcna.up.pt		Escola Superior de Tecnologia do Barreiro	marta.diogo@ess.ips.pt
Faculdade de Desporto	biblioteca@fade.up.pt		Escola Superior de Saúde	crai.biblioteca@ess.ips.pt
Faculdade de Direito	sdfd@direito.up.pt			filomenapaixao@ipt.pt
Faculdade de Economia	bibdir@fep.up.pt		Instituto Politécnico de Tomar:	cda@ipt.pt
	adelino@fep.up.pt			
Faculdade de Engenharia	biblioteca@fe.up.pt		Escola Superior de Gestão de Tomar	
Faculdade de Farmácia	biblioteca_gestao@icbas-ff.up.pt		Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	cda@ipt.pt
Faculdade de Letras	ileite@letras.up.pt		Escola Superior de Tecnologia de Tomar	geral@ipvc.pt
	mmiranda@letras.up.pt		Instituto Politécnico de Viana do Castelo:	sonia.silva@ese.ipvc.pt
	sdi@letras.up.pt			
Faculdade de Medicina	biblio@med.up.pt		Escola Superior de Educação	biblioteca@ese.ipvc.pt
Faculdade de Medicina Dentária	dalves@fmd.up.pt		Escola Superior Agrária	anapaula@esa.ipvc.pt
	gmarques@fmd.up.pt			biblioteca.esa@esa.ipvc.pt
	biblioteca@fmd.up.pt			rvenancio@estg.ipvc.pt
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação	hmesquita@fpce.up.pt		Escola Superior de Tecnologia e Gestão	sdi@estg.ipvc.pt
Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar	biblioteca_gestao@icbas-ff.up.pt		Escola Superior de Saúde	geral@ess.ipvc.pt
Porto Business School	cdi@pbs.up.pt			alfredoalves@ess.ipvc.pt
Fundação Instituto Marques da Silva	fims@reit.up.pt		Escola Superior de Ciências Empresariais Valença	geral@esce.ipvc.pt
Universidade Técnica de Lisboa:	utl@reitoria.utl.pt		Escola Superior de Desporto e Lazer Melgaço	
	isaneto@fmv.utl.pt		Instituto Politécnico de Viseu:	mabrantes@esev.ipv.pt
Instituto Superior de Agronomia	galamba@isa.utl.p		Escola Superior de Educação de Viseu	ralves@estv.ipv.pt
	infobisa@isa.utl.pt		Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu	salves@estgl.ipv.pt
Instituto Superior de Economia e Gestão	biblio@iseg.utl.pt		Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego	lcarneiro@esav.ipv.pt
Instituto Superior Técnico	marialibanio@ist.utl.pt		Escola Superior Agrária de Viseu	biblioteca.essv.ipv@gmail.com
	bibliocivil@civil.ist.utl.pt		Escola Superior de Saúde de Viseu	
	bist@ist.utl.pt			
	bdeec@ist.utl.pt			
	biblioteca@dem.ist.utl.pt			
	bib.deqb@ist.utl.pt			
	biblioteca@fisica.ist.utl.pt			
	mathlib@math.ist.utl.pt			
	bist@ist.utl.pt			
	biblioteca@tagus.ist.utl.pt			
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	biblioteca@iscsp.utl.pt			
Faculdade de Motricidade Humana	biblioteca@fmh.utl.pt			
	mamparo@fmh.utl.pt			
Faculdade de Arquitectura	bfa@fa.utl.pt			
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:				
Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias				
Escola de Ciências Sociais e Humanas				
Escola de Ciência e Tecnologia				
Escola Ciência da Vida e do Ambiente	m.carvalho@utad.pt			

Fonte:

<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/NARICENIC/Ensino+Superior/Institui%C3%A7%C3%B5es+de+Ensino+Superior+Portuguesas/>

Anexo C – Lista de endereços de Bibliotecas Universitárias do Ensino Privado.

Anexo C – Lista de endereços de Bibliotecas Universitárias do Ensino Privado.

ENSINO SUPERIOR PRIVADO			
Ensino Superior Privado Universitário	Endereços	Ensino Superior Privado Politécnico	Endereços
ESCOLA SUPERIOR DE ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS:	esai@esai.pt	ACADEMIA NACIONAL SUPERIOR DE ORQUESTRA	metropolitana@metropolitana.pt
	geral@esap.pt		superior@conservatoriodegaia.org
IADE -U INSTITUTO DE ARTE, DESIGN E EMPRESA	iade@iade.pt	CONSERVATÓRIO SUPERIOR DE MUSICA DE GAIA	regional@conservatoriodegaia.org
ESCOLA SUPERIOR GALLAECIA	biblioteca@esg.pt		geral@fress.pt
ESCOLA UNIVERSITÁRIA DAS ARTES DE COIMBRA	filomenagaminha@arca.pt	ESCOLA SUPERIOR DE ARTES DECORATIVAS	esad.geral@fress.pt
ESCOLA UNIVERSITÁRIA VASCO DA GAMA	geral@euvg.pt		iao.geral@fress.pt
INSTITUTO SUPERIOR BISSAYA BARRETO	joaopaulo@isbb.pt	ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E DESIGN	?
	biblioteca@isbb.pt	ESCOLA SUPERIOR ARTÍSTICA DO PORTO (GUIMARÃES)	dir@esap-gmr.com
	info@standre.ipiaget.org	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE SÃO JOSÉ DE CLUNY	geral@esesjcluny.pt
	info@gaia.ipiaget.org	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE SANTA MARIA	geral@esenfsm.pt
	info@gaia.ipiaget.org	ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DO ALCOITÃO	geral@essa.pt
	info@viseu.ipiaget.org	ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	secretaria@esscvp.eu
	iseit.viseu@viseu.ipiaget.org	ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE EGAS MONIZ	biblioteca@egasmoniz.edu.pt
INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO	giselia.felicio@ulusofona.pt	ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE RIBEIRO SANCHES	informacoes@erisa.pt
	gertrudesbarrinho@isg.pt	ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIAS E ARTES DE LISBOA	estal@estal.pt
	info.gaia@unisla.pt	ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIAS DE FAFE	geral@iesfape.pt

INSTITUTO SUPERIOR DE LÍNGUAS E ADMINISTRAÇÃO	isabel.caseiro@unisla.pt	INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES FINANCEIROS E FISCAIS (PORTO)	biblioteca@iesf.pt
	ana.rosa@unisla.pt	CESPU - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SAÚDE DO NORTE	biblioteca@cespu.pt
	info.santarem@unisla.pt		biblioteca.va@cespu.pt
INSTITUTO SUPERIOR DA MAIA	info@ismai.pt	INSTITUTO PORTUGUÊS DE ADMINISTRAÇÃO DE MARKETING DE LISBOA	ipam@ipam.pt
INSTITUTO SUPERIOR MANUEL TEIXEIRA GOMES	informacoes@ismat.pt		eleonora.oliveira@ipam.pt
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA	afonsomadeira@ismt.pt	INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	biblioteca@isag.pt
	anacristina@ismt.pt	INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E LÍNGUAS	isal@isal.pt
ISPA - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA	biblioteca@ispa.pt	INSTITUTO SUPERIOR AUTÓNOMO DE ESTUDOS POLITÉCNICOS	biblioteca@ipa.univ.pt
INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DO PORTO	biblioteca@issp.pt	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO	jvicente@iscad.pt
UNIVERSIDADE ATLÂNTICA	esmeralda@uatlantica.pt	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS EDUCATIVAS	biblioteca@isce.pt
	biblioteca@uatlantica.pt	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS EDUCATIVAS DE FELGUEIRAS	bibliotecaiscefelgueiras@gmail.com
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA LUIS DE CAMÕES	callcenter@universidade-autonoma.pt	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS E DO TURISMO	iscet@iscet.pt
UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA	biblioteca@ufp.edu.pt	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO	info@iscia.edu.pt
UNIVERSIDADE LUSÍADA	mediateca@lis.ulusiada.pt	INSTITUTO SUPERIOR D. DINIS	cristina.simoes@isdom.pt
	imonteiro@por.ulusiada.pt		informacoes@isdom.pt
	biblio@fam.ulusiada.pt	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS	info@isec.universitas.pt
	omartins@fam.ulusiada.pt	INSTITUTO SUPERIOR DE ENTRE DOURO E VOUGA	biblioteca@isvouga.pt

UNIVERSIDADE LUSÓFONA	informacoes@ulusofona.pt	INSTITUTO SUPERIOR DE ESPINHO	isesp@isesp.pt
	biblioteca@ulp.pt	INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO BANCÁRIA	biblioteca@isgb.pt
UNIVERSIDADE PORTUGALENSE INFANTE D. HENRIQUE	biblioteca@upt.pt		l.mata@isgb.pt
	filipamarinho@upt.pt	INSTITUTO SUPERIOR DE NOVAS PROFISSÕES	giselia.felicio@ulusofona.pt
			mariameirinho@inp.pt
		INSTITUTO SUPERIOR DE PAÇOS DE BRANDÃO	geral@ispab.pt

ENSINO SUPERIOR CONCORDATÁRIO	
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA :	Endereços
Biblioteca da Faculdade de Filosofia	?
Biblioteca Geral (Faculdade de Teologia/Faculdade Ciências Sociais)	?
Biblioteca Universitária João Paulo II	bujp@lisboa.ucp.pt
Biblioteca da Asprela	biblioteca@porto.ucp.pt
Biblioteca do Paraíso	?
Biblioteca D. José Pedro da Silva	bjps@crb.ucp.pt

Fonte:

<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/NA RICENIC/Ensino+Superior/Institui%C3%A7%C3%B5es+de+Ensino+Superior+Portuguesas/>

NOTA: ? - Não foi possível o endereço

Anexo D – Lista de endereços de Bibliotecas Universitárias do Ensino Superior Militar

Anexo D – Lista de endereços de Bibliotecas Universitárias Superior Militar

ENSINO SUPERIOR MILITAR	
Ensino Superior Militar e Superior	Endereços
Academia da Força Aérea	afa@emfa.pt
	webmaster@academiafa.edu.pt
Academia Militar:	
Exército	bibex@mail.exercito.pt
GNR	cg.sg.dhcg@gnr.pt
Ministério da Defesa Nacional	biblioteca@idn.mdn.gov.pt
Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior	gmecc@mec.gov.pt
Escola do Serviço de Saúde Militar:	info@mail.exercito.pt
Escola Naval	escolanaval@marinha.pt
Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna	iscpsi@iscpsi.pt

Fonte:

<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/NARICENIC/Ensino+Superior/Institui%C3%A7%C3%B5es+de+Ensino+Superior+Portuguesas/>

Anexo E – Formulário do inquérito online.

Serviços Biblioteconómicos para Pessoas com Deficiência Visual

Este inquérito está inserido no âmbito da nossa Dissertação no Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientada pelo Professor Doutor Paulo Jorge Farmhouse Alberto e pelo Dr. Jorge Revez. Tem como objectivo o estudo dos Serviços para Pessoas com Deficiência Visual nas Bibliotecas Universitárias Portuguesas.

O inquérito deve ser respondido pelos responsáveis das Bibliotecas Universitárias. O universo de análise são todas as Bibliotecas inseridas no Ensino Superior (Universidades e Politécnicos), Público e Privado.

O inquérito não demorará mais de 10 minutos e é confidencial. As informações fornecidas são apenas para o tratamento de dados relativos a este trabalho universitário.

Muito Obrigado pela sua Colaboração.

Raquel Delgado

***Obrigatório**

I - Caracterização da Instituição onde a Biblioteca está inserida

1. 1- Localização *

Identifique o distrito onde fica localizada a Biblioteca

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Aveiro
- ☐ Beja
- ☐ Braga
- ☐ Bragança
- ☐ Castelo Branco
- ☐ Coimbra
- ☐ Évora
- ☐ Faro
- ☐ Guarda
- ☐ Leiria
- ☐ Lisboa
- ☐ Portalegre
- ☐ Porto
- ☐ R. A. Açores
- ☐ R. A. Madeira
- ☐ Santarém
- ☐ Setúbal
- ☐ Viana do Castelo
- ☐ Vila Real
- ☐ Viseu

2. 2- Tipo de instituição onde se insere a Biblioteca *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Politécnico
- ☐ Universidade
- ☐ Instituto

3. 3- Seleccione os graus de ensino leccionados na instituição *

(assinale todas as que se verifiquem)

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Licenciatura (1º Ciclo)
- ☐ Mestrado (2º Ciclo)
- ☐ Doutoramento (3º Ciclo)
- ☐ Outra:

4. 4- Identifique as áreas de ensino leccionadas na instituição *

(assinale todas as que se verificarem)

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Ciências
- ☐ Saúde
- ☐ Humanidades, Secretariado e Tradução
- ☐ Tecnologias
- ☐ Arquitectura, Artes Plásticas e Design
- ☐ Agricultura e Recursos Naturais
- ☐ Ciências da Educação e Formação de Professores
- ☐ Direito Ciências Sociais e Serviços
- ☐ Economia, Gestão e Contabilidade
- ☐ Educação Física, Desporto, Artes do Espectáculo
- ☐ Outra:

5. 5- O processo de candidatura ao ensino superior exige algum pré-requisito que limite o acesso a deficientes visuais? **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim, para todos os cursos
- ☐ Sim, apenas para alguns cursos
- ☐ Não

6. 6- A Instituição admite trabalhadores abrangidos pela Lei da nomeação e contratação referente aos trabalhadores com deficiência visual? **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

7. 7- A Biblioteca tem condições de acessibilidade para deficientes visuais? **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não

8. Escolha as opções que melhor se aplicam quanto à acessibilidade da Biblioteca*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Sinalização da biblioteca através de placas de braille
- ☐ Escadas com barras de relevo nos degraus de acesso
- ☐ Portas de entrada automáticas
- ☐ Elevadores de acesso interno
- ☐ Elevadores de acesso externo
- ☐ Outra:

9. A Biblioteca está adaptada às exigências dos diversos Estatutos do Estudante com Necessidades Educativas Especiais (NEE) **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não
- ☐ Desconheço essa legislação

II- Caracterização dos leitores com deficiência visual**10. 1- Identifique tipologia e número de utilizadores com deficiência visual ****Marcar apenas uma oval por linha.*

	Nenhum	1-3	4-6	Mais de 6
Alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Docentes e Investigadores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pessoal Não Docente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Utilizadores Externos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

III- Serviços para leitores com deficiência visual**11. 1- Considera que a sua Biblioteca tem um serviço para leitores com deficiência visual? ****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não

12. Se tem este serviço, quantos colaboradores do staff estão afectos a esta tarefa

.....

13. **2- Se a sua Biblioteca não tem um serviço para leitores com deficiência visual isso pode ser explicado por:**

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Ausência de leitores com deficiência visual
- ☐ Dificuldades financeiras
- ☐ Ausência de espaço próprio para implementação do serviço
- ☐ Falta de conhecimento do staff
- ☐ Este serviço não é relevante
- ☐ Outra:

14. **3- Que serviços são disponibilizados pela Biblioteca? ***

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Digitalização de documentos a pedido dos leitores com deficiência visual
- ☐ Colaboração com outros serviços da escola que apoiem os estudantes com deficiência visual
- ☐ Conversão de documentos para Braille
- ☐ Ampliação de documentos
- ☐ Gabinete ou espaço próprio para utilização de ferramentas de apoio aos leitores com deficiência visual
- ☐ Gravação de leituras (áudio) de documentos a pedido dos leitores
- ☐ Nenhum dos anteriores
- ☐ Outra:

15. **4- Na sua colecção que tipo de documentos disponibiliza, conforme a lista que se segue ***

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Livros em braille
- ☐ Revistas em braille
- ☐ Audiolivros digitais
- ☐ Audiolivros analógicos (CD-ROM)
- ☐ Formato DAISY
- ☐ Nenhum dos anteriores
- ☐ Outra:

16. 5- A Biblioteca está equipada com os seguintes adaptadores de software: **Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Linha braille
- ☐ Lupa electrónica
- ☐ Leitura de Écran com Sintetizador de Fala
- ☐ Leitura e escrita de música em braille
- ☐ Nenhum dos anteriores
- ☐ Outra:

17. 6- Que ferramentas a Biblioteca disponibiliza para satisfazer as necessidades destes leitores? **Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Máquina de escrever braille
- ☐ Sistema DAISY
- ☐ Impressora braille
- ☐ Digitalizadores
- ☐ Leitor de documentos autónomo (ex. AudioCharta)
- ☐ Nenhuma
- ☐ Outra:

18. 7- A sua Biblioteca participa na Biblioteca Aberta do Ensino Superior? **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Desconheço esse projecto

IV - Colaboração entre Docentes e Biblioteca

19. 1- O corpo docente destes alunos disponibiliza a bibliografia das Unidades Curriculares à Biblioteca?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não

20. 2- Se respondeu sim à pergunta anterior, diga qual é a periodicidade em que a mesma é facultada.*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Semestral
- ☐ Anual

Muito obrigado pela sua colaboração.



Anexo F – Grelha de respostas do inquérito.

Carimbo de data/hora	1- Localização	2- Tipo de instituição onde se insere a Biblioteca	3- Seleccione as áreas de ensino/destinatários na instituição	4- Identifique as áreas de atuação da biblioteca na instituição	5- O processo de trabalho segue algum padrão ou modelo que limite o acesso a deficientes visuais?	6- A instituição admite atendimento especializado para deficientes visuais? Lei de nomeação e contratação referente aos trabalhadores com deficiência visual?	7- A Biblioteca tem condições de acessibilidade para deficientes visuais?	8- Escute as opiniões dos leitores quanto à acessibilidade da Biblioteca	1- Identifique o tipo e o número de utilizadores com deficiência visual (Alunos)	1- Identifique o tipo e o número de utilizadores com deficiência visual (Docentes e Investigadores)	1- Identifique o tipo e o número de utilizadores com deficiência visual (Pessoal Não Docente)	1- Identifique o tipo e o número de utilizadores com deficiência visual (Utilizadores Externos)	1- Considere que a sua Biblioteca tem leitores com deficiência visual?	Se tem este serviço, quantos colaboradores de staff estão afectos a este tarefa	2- Se a sua Biblioteca não tem leitores com deficiência visual, como pode ser explicado por:	4- Na sua coleção que tipo de documentos disponibiliza, conforme a lista que se segue	5- A Biblioteca está equipada com as seguintes adaptações de software:	6- Que ferramentas a Biblioteca disponibiliza para satisfazer as necessidades dos leitores?	1- O corpo docente utiliza alguma ferramenta de informática e bibliografia das Unidades Curriculares da Biblioteca?	2- Se respondeu não à pergunta anterior, diga qual é a prioridade em que a mesma é feita.	9- A Biblioteca está equipada de acordo com as exigências dos Resoluções Educativas Especiais (REE)	3- Que serviços disponibiliza a biblioteca para apoiar os estudantes com deficiência visual?	7- A sua Biblioteca participa na Biblioteca Rede do Ensino Superior?
2013/05/28 17:12	32 Viana do Castelo	Politécnico	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo)	Saúde	Sim, para todos os cursos	Não sei	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Dificuldades financeiras. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	nao sei	nao sei	Não	Desconheço essa legislação	Desconheço a legislação de documentos a pedido dos leitores com deficiência visual. Colaboração com outros serviços da escola que apóiem os estudantes com deficiência visual. Ampliação de documentos	Desconheço esse projecto	
2013/05/28 17:14	33 Viana do Castelo	Politécnico	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo), Doutoramento (3º Ciclo)	Saúde	Sim, apenas para alguns cursos	Não sei	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Dificuldades financeiras. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Sim	Semestral	Não	Nenhum dos anteriores. A Universidade tem um serviço ao qual poderemos recorrer em caso de necessidade	Desconheço esse projecto
2013/05/28 17:39	30 Coimbra	Universidade	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo), Doutoramento (3º Ciclo)	Saúde	Sim, apenas para alguns cursos	Não sei	Sim	Elevadores de acesso interno. Sinalização da biblioteca através de placas de braille.	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Não	Desconheço essa legislação	Desconheço a legislação de documentos a pedido dos leitores com deficiência visual. Ampliação de documentos	Não	
2013/05/28 19:01	59 Viana do Castelo	Politécnico	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo)	Saúde	Sim, apenas para alguns cursos	Não sei	Sim	Sinalização da biblioteca através de placas de braille.	1-3	1-3	1-3	1-3	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	nao sei	nao sei	Sim	Semestral	Desconheço essa legislação	Desconheço a legislação de documentos a pedido dos leitores com deficiência visual. Ampliação de documentos	Desconheço esse projecto
2013/05/28 21:14	37 Viana do Castelo	Politécnico	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo), Doutoramento (3º Ciclo)	Saúde	Sim, apenas para alguns cursos	Sim	Não	Sinalização da biblioteca através de placas de braille.	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Digitalizadores	Sim	Semestral	Parcialmente	Nenhum dos anteriores	Sim
2013/05/28 21:44	32 Viana do Castelo	Politécnico	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo)	Saúde	Sim, para todos os cursos	Sim	Sim	Portas de entrada automáticas.	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Sim	Semestral	Parcialmente	Nenhum dos anteriores	Desconheço esse projecto
2013/05/28 22:29	33 Viana do Castelo	Politécnico	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo)	Saúde	Sim, apenas para alguns cursos	Não sei	Não	Não existe acessibilidade	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço. Falta de conhecimento do staff	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Não	Desconheço essa legislação	Nenhum dos anteriores	Desconheço esse projecto	
2013/05/29 09:48	40 Viana do Castelo	Politécnico	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo), CET	Saúde	Sim, apenas para alguns cursos	Não sei	Não	Sinalização da biblioteca através de placas de braille. Escadas com barras de relevo nos degraus de acesso. Portas de entrada automáticas. Elevadores de acesso interno	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Não	Desconheço essa legislação	Nenhum dos anteriores	Desconheço esse projecto	
2013/05/29 11:06	21 Viana do Castelo	Politécnico	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo), Doutoramento (3º Ciclo)	Saúde	Sim, apenas para alguns cursos	Não sei	Não	Sinalização da biblioteca através de placas de braille. Escadas com barras de relevo nos degraus de acesso. Portas de entrada automáticas. Elevadores de acesso interno	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Não	Desconheço essa legislação	Nenhum dos anteriores	Desconheço esse projecto	
2013/05/29 11:18	01 Coimbra	Universidade	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo)	Ciências	Não	Não sei	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Não	Desconheço essa legislação	Nenhum dos anteriores	Desconheço esse projecto	
2013/05/29 12:02	53 Castelo Branco	Politécnico	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo)	Tecnologias, Arquitetura, Artes Plásticas e Design, Agricultura e Recursos Naturais, Educação Física, Desporto, Artes do Espectáculo	Não	Sim	Sim	Elevadores de acesso externo	1-3	Nenhum	1-3	Nenhum	Não		Ainda não foi necessário	Livros em braille	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Não	Não	Não	Não	
2013/05/29 14:29	31 Lisboa	Universidade	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo), Doutoramento (3º Ciclo)	Saúde, Ciências, Saúde, Humanidades, Secretariado e Tradução, Tecnologias, Arquitetura, Artes Plásticas e Design, Agricultura e Recursos Naturais, Ciências da Educação e Formação de Professores, Direito Ciências Sociais e Serviços, Economia, Gestão e Contabilidade, Educação Física, Desporto, Artes do Espectáculo	Não	Sim	Não	Elevadores de acesso externo	Nenhum	Nenhum	1-3	Nenhum	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Não	Desconheço essa legislação	Nenhum dos anteriores	Desconheço esse projecto	
2013/05/29 15:00	60 Leiria	Politécnico	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo), CET	Saúde	Sim, para todos os cursos	Sim	Sim	Escadas com barras de relevo nos degraus de acesso. Elevadores de acesso interno	4-6	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Dificuldades financeiras. A formação dos colaboradores ter início este ano letivo.	Livros em braille, Nenhum dos anteriores	Letras de Braille, Nenhum dos anteriores	Impressora braille, Pc com Windows Easy	Não	Parcialmente	Nenhum dos anteriores	Sim	
2013/05/30 01:02	58 Viana do Castelo	Politécnico	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo)	Saúde	Sim, para todos os cursos	Não sei	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Não	Desconheço essa legislação	Nenhum dos anteriores	Desconheço esse projecto	
2013/05/30 11:28	01 Portalegre	Politécnico	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo), CET	Saúde	Sim, para todos os cursos	Sim	Sim	Elevadores de acesso interno	1-3	Nenhum	Nenhum	1-3	Sim	1	Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Sim	Semestral, Anual	Sim	Desconheço esse projecto	
2013/05/30 16:45	54 Santarém	Politécnico	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo)	Saúde	Sim, para todos os cursos	Não sei	Não	Escadas com barras de relevo nos degraus de acesso. Elevadores de acesso interno	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Não	Não	Nenhum dos anteriores	Não	
2013/05/30 16:49	32 Santarém	Instituto	Licenciatura (1º Ciclo)	Educação Física, Desporto, Artes do Espectáculo, Ciências, Saúde, Humanidades, Secretariado e Tradução, Ciências da Educação e Formação de Professores, Direito Ciências Sociais e Serviços, Economia, Gestão e Contabilidade, Educação Física, Desporto, Artes do Espectáculo	Não	Não	Não	Escadas com barras de relevo nos degraus de acesso. Elevadores de acesso interno	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Não	Não	Nenhum dos anteriores	Desconheço esse projecto	
2013/05/31 12:18	44 Lisboa	Universidade	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo), Doutoramento (3º Ciclo)	Saúde	Não	Não sei	Sim	Elevadores de acesso interno	1-3	Nenhum	Nenhum	1-3	Sim	2	Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Livros em braille	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Não	Parcialmente	Nenhum dos anteriores	Sim	
2013/05/31 14:59	47 Porto	Politécnico	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo)	Saúde	Não	Não sei	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Não	Não	Nenhum dos anteriores	Não	
2013/05/31 23:11	13 Viana do Castelo	Politécnico	Mestrado (2º Ciclo)	Saúde	Sim, apenas para alguns cursos	Não sei	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Sim	Semestral	Não	Nenhum dos anteriores	Desconheço esse projecto
2013/06/01 16:15	60 Viana do Castelo	Politécnico	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo)	Saúde	Sim, para todos os cursos	Não sei	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Não	Não	Nenhum dos anteriores	Desconheço esse projecto	
2013/06/01 20:52	12 Viana do Castelo	Politécnico	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo)	Saúde	Sim, para todos os cursos	Não sei	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Sim	Semestral	Desconheço essa legislação	Nenhum dos anteriores	Desconheço esse projecto
2013/06/03 14:07	97 Lisboa	Universidade	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo), Pós-Graduação	Saúde	Sim, para todos os cursos	Sim	Não	Elevadores de acesso externo	1-3	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Este serviço não é relevante	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Sim	Anual	Não	Não	
2013/06/04 11:53	22 Porto	Universidade	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo), Doutoramento (3º Ciclo)	Arquitetura, Artes Plásticas e Design, Ciências da Educação e Formação de Professores, Direito Ciências Sociais e Serviços, Economia, Gestão e Contabilidade	Não	Não sei	Sim	Elevadores de acesso interno	1-3	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Sim		Ausência de leitores com deficiência visual. Dificuldades financeiras	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Digitalizadores	Sim	Semestral, Anual	Parcialmente	Nenhum dos anteriores	Desconheço esse projecto
2013/06/06 15:47	46 Coimbra	Universidade	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo), Pós-Graduação	Saúde	Não	Não sei	Não	Elevadores de acesso interno	1-3	Nenhum	Nenhum	1-3	Não		Dificuldades financeiras	Livros em braille	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Sim	Semestral	Parcialmente	Nenhum dos anteriores	Desconheço esse projecto
2013/06/11 10:24	12 Porto	Universidade	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo), Doutoramento (3º Ciclo), formação ao longo da vida	Saúde	Sim	Sim	Não	Elevadores de acesso interno	1-3	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Ausência de leitores com deficiência visual. Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Sim	Anual	Não	Nenhum dos anteriores	Desconheço esse projecto
2013/06/12 09:45	12 Lisboa	Universidade	Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado (2º Ciclo)	Saúde	Não	Não	Não	Elevadores de acesso interno	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Não	Não		Este serviço não é relevante	Nenhum dos anteriores	Nenhum dos anteriores	Nenhuma	Não	Não	Nenhum dos anteriores	Não	

Anexo G – Resumo dos gráficos.

Raquel Gomes Delgado

[Editar este formulário](#)

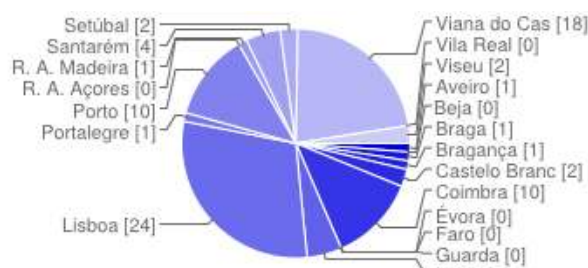
81 respostas

[Ver todas as respostas](#)

Resumo

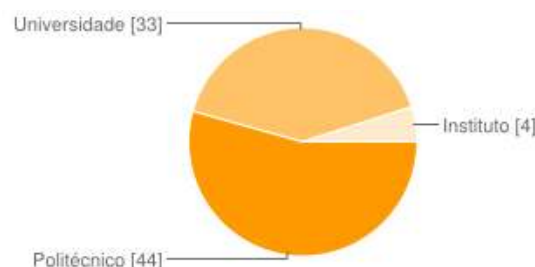
I - Caracterização da Instituição onde a Biblioteca está inserida

1- Localização



Aveiro	1	1%
Beja	0	0%
Braga	1	1%
Bragança	1	1%
Castelo Branco	2	2%
Coimbra	10	12%
Évora	0	0%
Faro	0	0%
Guarda	0	0%
Leiria	4	5%
Lisboa	24	30%
Portalegre	1	1%
Porto	10	12%
R. A. Açores	0	0%
R. A. Madeira	1	1%
Santarém	4	5%
Setúbal	2	2%
Viana do Castelo	18	22%
Vila Real	0	0%
Viseu	2	2%

2- Tipo de instituição onde se insere a Biblioteca

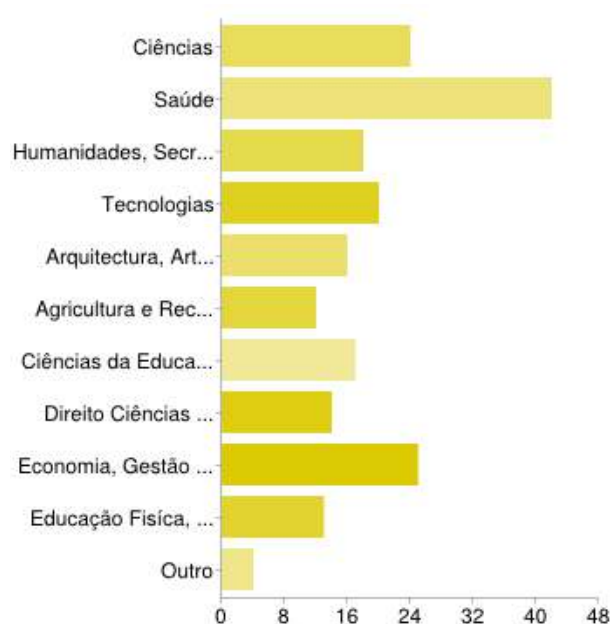


Politécnico	44	54%
Universidade	33	41%
Instituto	4	5%

3- Seleccione os graus de ensino leccionados na instituição

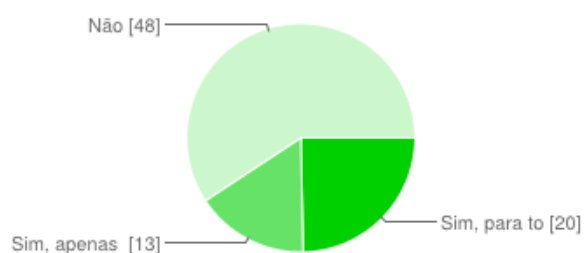
Licenciatura (1º Ciclo)	75	39%
Mestrado (2º Ciclo)	70	36%
Doutoramento (3º Ciclo)	31	16%
Outro	17	9%

4- Identifique as áreas de ensino leccionadas na instituição



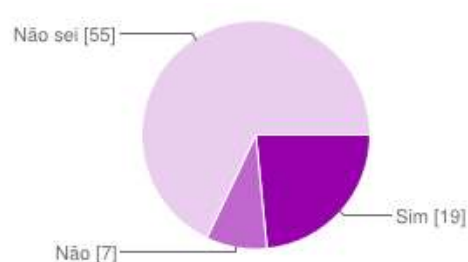
Ciências	24	12%
Saúde	42	20%
Humanidades, Secretariado e Tradução	18	9%
Tecnologias	20	10%
Arquitectura, Artes Plásticas e Design	16	8%
Agricultura e Recursos Naturais	12	6%
Ciências da Educação e Formação de Professores	17	8%
Direito Ciências Sociais e Serviços	14	7%
Economia, Gestão e Contabilidade	25	12%
Educação Física, Desporto, Artes do Espectáculo	13	6%
Outro	4	2%

5- O processo de candidatura ao ensino superior exige algum pré-requisito que limite o acesso a deficientes visuais?



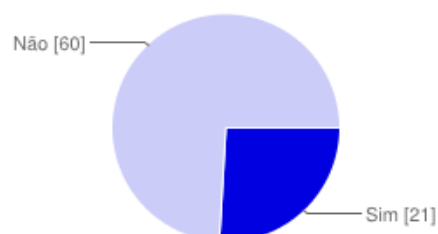
Sim, para todos os cursos	20	25%
Sim, apenas para alguns cursos	13	16%
Não	48	59%

6- A Instituição admite trabalhadores abrangidos pela Lei da nomeação e contratação referente aos trabalhadores com deficiência visual?



Sim	19	23%
Não	7	9%
Não sei	55	68%

7- A Biblioteca tem condições de acessibilidade para deficientes visuais?



Sim	21	26%
Não	60	74%

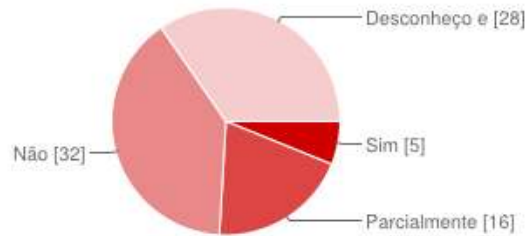
8- Escolha as opções que melhor se aplicam quanto à acessibilidade da Biblioteca



Sinalização da biblioteca através de placas de braille	10	13%
Escadas com barras de relevo nos degraus de acesso	14	19%
Portas de entrada automáticas	10	13%
Elevadores de acesso interno	28	37%

Elevadores de acesso externo	7	9%
Outro	6	8%

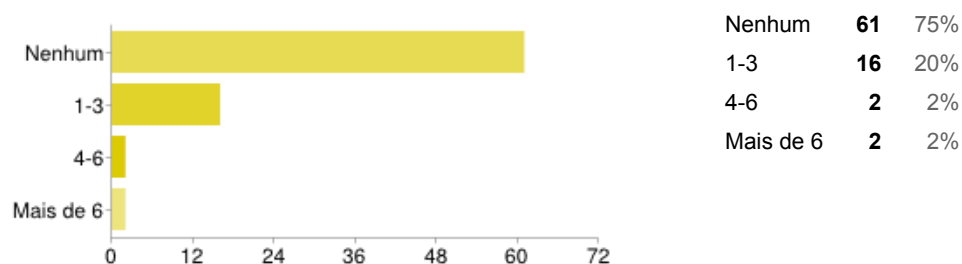
9- A Biblioteca está adaptada às exigências dos diversos Estatutos do Estudante com Necessidades Educativas Especiais (NEE)



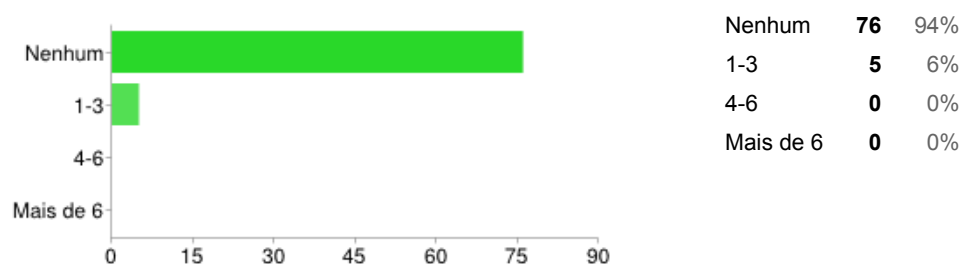
Sim	5	6%
Parcialmente	16	20%
Não	32	40%
Desconheço essa legislação	28	35%

II- Caracterização dos leitores com deficiência visual

Alunos [1- Identifique tipologia e número de utilizadores com deficiência visual]

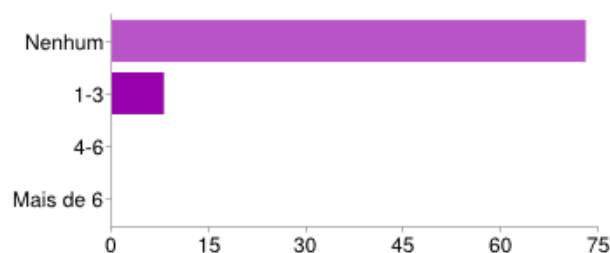


Docentes e Investigadores [1- Identifique tipologia e número de utilizadores com deficiência visual]

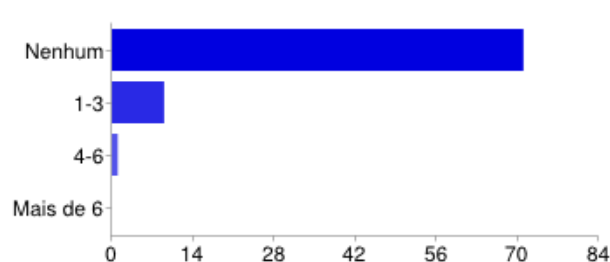


Pessoal Não Docente [1- Identifique tipologia e número de utilizadores com deficiência visual]

Nenhum	73	90%
1-3	8	10%
4-6	0	0%
Mais de 6	0	0%



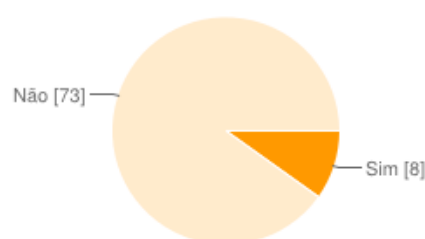
Utilizadores Externos [1- Identifique tipologia e número de utilizadores com deficiência visual]



Nenhum	71	88%
1-3	9	11%
4-6	1	1%
Mais de 6	0	0%

III- Serviços para leitores com deficiência visual

1- Considera que a sua Biblioteca tem um serviço para leitores com deficiência visual?



Sim	8	10%
Não	73	90%

Se tem este serviço, quantos colaboradores do staff estão afectos a esta tarefa

2 1 0 5 4 todos = 14

2- Se a sua Biblioteca não tem um serviço para leitores com deficiência visual isso pode ser explicado por:



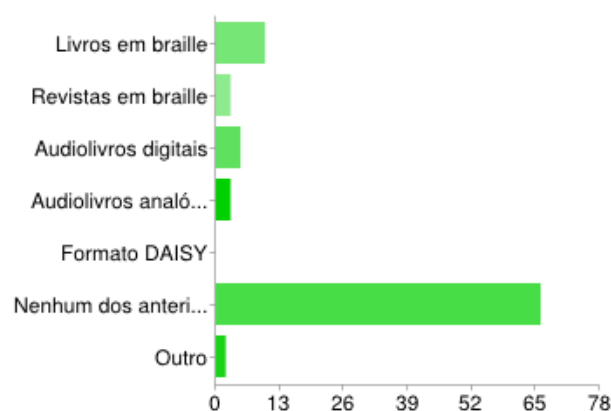
Ausência de leitores com deficiência visual	60	55%
Dificuldades financeiras	14	13%
Ausência de espaço próprio para implementação do serviço	19	17%
Falta de conhecimento do staff	5	5%
Este serviço não é relevante	6	6%
Outro	5	5%

3- Que serviços são disponibilizados pela Biblioteca?



Digitalização de documentos a pedido dos leitores com deficiência visual	18	15%
Colaboração com outros serviços da escola que apoiem os estudantes com deficiência visual	18	15%
Conversão de documentos para Braille	3	2%
Ampliação de documentos	13	11%
Gabinete ou espaço próprio para utilização de ferramentas de apoio aos leitores com deficiência visual	9	7%
Gravação de leituras (áudio) de documentos a pedido dos leitores	3	2%
Nenhum dos anteriores	52	43%
Outro	5	4%

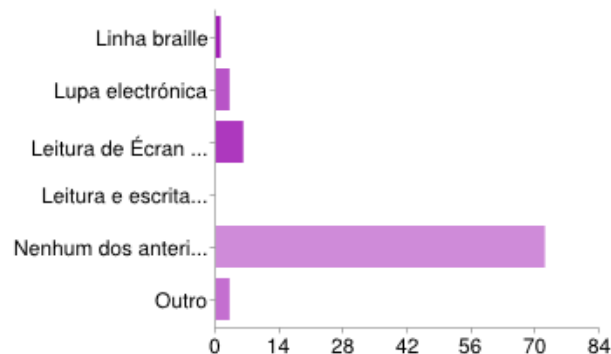
4- Na sua coleção que tipo de documentos disponibiliza, conforme a lista que se segue



Livros em braille	10	11%
Revistas em braille	3	3%
Audiolivros digitais	5	6%

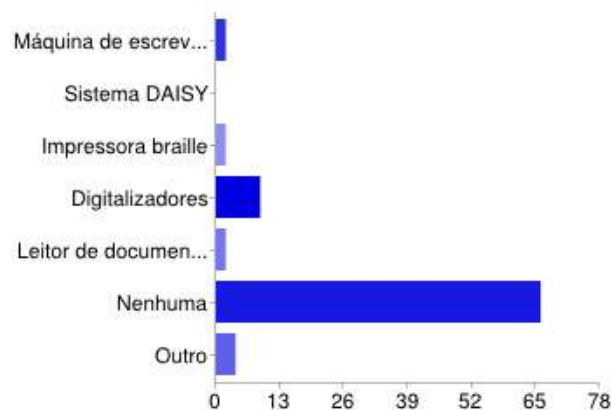
Audiolivros analógicos (CD-ROM)	3	3%
Formato DAISY	0	0%
Nenhum dos anteriores	66	74%
Outro	2	2%

5- A Biblioteca está equipada com os seguintes adaptadores de software:



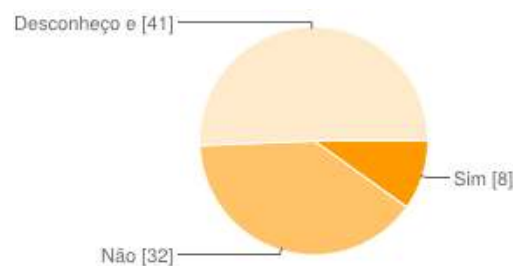
Linha braille	1	1%
Lupa electrónica	3	4%
Leitura de Écran com Sintetizador de Fala	6	7%
Leitura e escrita de música em braille	0	0%
Nenhum dos anteriores	72	85%
Outro	3	4%

6- Que ferramentas a Biblioteca disponibiliza para satisfazer as necessidades destes leitores?



Máquina de escrever braille	2	2%
Sistema DAISY	0	0%
Impressora braille	2	2%
Digitalizadores	9	11%
Leitor de documentos autónomo (ex. AudioCharta)	2	2%
Nenhuma	66	78%
Outro	4	5%

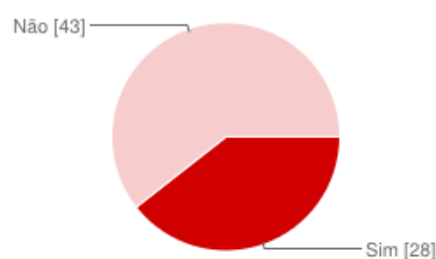
7- A sua Biblioteca participa na Biblioteca Aberta do Ensino Superior?



Sim	8	10%
Não	32	40%
Desconheço esse projecto	41	51%

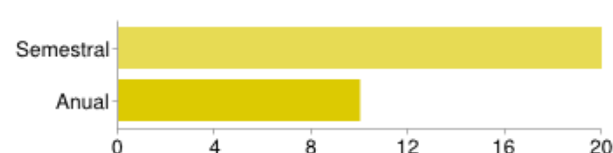
IV - Colaboração entre Docentes e Biblioteca

1- O corpo docente destes alunos disponibiliza a bibliografia das Unidades Curriculares à Biblioteca?



Sim	28	39%
Não	43	61%

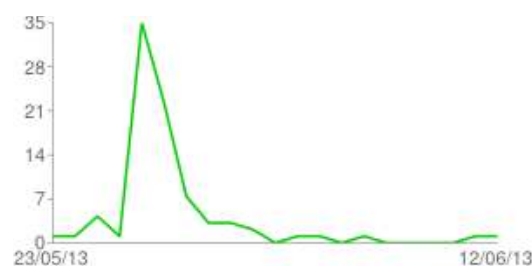
2- Se respondeu sim à pergunta anterior, diga qual é a periodicidade em que a mesma é facultada.



Semestral	20	67%
Anual	10	33%

Muito obrigado pela sua colaboração.

Número de respostas diárias



Anexo H – Ficha de entidades entrevistadas.

ENTIDADE	ENTREVISTADO	ENDEREÇOS
ACAPO- Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal	Dr. Peter Colwell	Av. D. Carlos I, n.º 126 9.º andar - 1200-651 Lisboa - Portugal - Petercolwell@acapo.pt
Departamento de Apoio aos Alunos Nacionais com Deficiência da Stockholm University	Monica Svalfors	Stockholm University, SE-106 91 Estocolmo, Suécia - – monica.svalfors@su.se
Departamento do Livro Falado para as Universidades de Estocolmo da Agência Sueca de Acessibilidade e Imprensa (MTM – Myndigheten för Tillgängliga Medier,)	Pia Hasselrot	SE-Box 5113 - 121 17 Johanneshov, Suécia - – pia.hasselrot@mtm.se